ines249

www.netjen.com.br
ISSN 2595-8410

Sexta-feira,
24 de outubro de 2025

Ano XXI - Nº 5.451

Empresas & Negócios

JEN

Empresas & Negócios do AGRO

agronegocio@netjen.com.br

Nesta edição temos um Especial de Agronegócio que aborda o papel relevante das mulheres no setor.

PARA MELHOR

MULHERES DO AGRO DISCUTEM OS DESAFIOS DO SETOR

Leia na página 12

ChatGPT inicia vendas diretas em conversas e transforma IA em canal de comércio global

Novo recurso permite comprar produtos dentro do chat; movimento marca a entrada da OpenAI no comércio conversacional e deve acelerar o avanço do embedded finance, segundo o especialista Luis Molla Veloso

Matheus_Bertelli_de_Pexels_CANVA

> O ChatGPT passa a ser mais do que um assistente. Ele se torna um agente econômico, capaz de intermediar consumo, pagamento e dados dentro de uma experiência única.

O ChatGPT, sistema de inteligência artificial da OpenAI, iniciou em setembro de 2025 uma nova fase que promete alterar a relação entre consumidores e tecnologia.

A empresa anunciou o recurso Instant Checkout, que permite realizar compras diretamente dentro do chat, sem redirecionar o usuário a sites externos. A ferramenta está disponível inicialmente para os Estados Unidos e integra lojas da Etsy e, em breve, da Shopify.

De acordo com o comunicado oficial, o Instant Checkout utiliza o Agentic Commerce Protocol (ACP), desenvolvido em parceria com a Stripe, responsável por processar os pagamentos de forma segura e instantânea. A funcionalidade transforma o ChatGPT em um ambiente de transação completo: o usuário descobre, decide e paga em um único fluxo de conversa.

O lançamento gerou impacto imediato no mercado financeiro. No dia do anúncio, as ações da Etsy registraram alta de 16% e as da Shopify, de 6%, refletindo a expectativa sobre o potencial de monetização do novo modelo.

Analistas apontam que a OpenAI se posiciona agora como protagonista em uma categoria emergente: o comércio conversacional, em que agentes de IA assumem papel ativo em recomendações e vendas.

Segundo levantamento da Bain & Company, o mercado global de embedded finance, modelo que integra serviços financeiros em plataformas digitais, deve ultrapassar US$ 7,2 trilhões até 2030, impulsionado por sistemas que conectam pagamentos e consumo de forma invisível.

Para Luis Molla Veloso, especialista em Embedded Finance e integração de serviços financeiros a plataformas digitais, o movimento da OpenAI é um marco no cruzamento entre tecnologia e finanças.

"O ChatGPT passa a ser mais do que um assistente. Ele se torna um agente econômico, capaz de intermediar consumo, pagamento e dados dentro de uma experiência única. Isso representa o amadurecimento do conceito de embedded finance, em que o serviço financeiro deixa de ser percebido e passa a fazer parte natural da jornada digital do usuário", afirma.

Embora a funcionalidade ainda não tenha previsão de chegada ao Brasil, Veloso acredita que o país reúne as condições ideais para receber o modelo, especialmente pela maturidade do sistema de pagamentos instantâneos e pelo avanço do Open Finance.

"O ecossistema brasileiro é um dos mais abertos do mundo. O Pix, as fintechs e as APIs de integração criam um terreno fértil para que o comércio conversacional se consolide com segurança e inovação regulatória", avalia o especialista.

A OpenAI informou que a expansão internacional do Instant Checkout ocorrerá de forma gradual, à medida que novos parceiros de pagamento e varejo forem integrados ao protocolo. Até lá, o Brasil observa de perto uma transformação que combina inteligência artificial, finanças embutidas e o futuro das relações de consumo.

Negócios em Pauta

Reprodução: https://resolve.ftd.com.br/

FTD Resolve ajuda estudantes na reta final do Enem após divulgação dos locais de prova

Com os locais de prova do Enem 2025 já disponíveis na Página do Participante, estudantes de todo o país entram na contagem regressiva para o exame, que será aplicado nos dias 9 e 16 de novembro. O período é marcado por expectativa e ansiedade, e o FTD Resolve, plataforma gratuita da FTD Educação, pode ser um importante aliado nessa reta final de preparação. Disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, o FTD Resolve reúne conteúdos, exercícios e vídeos explicativos desenvolvidos por especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Nos últimos sete anos, a plataforma acertou o tema da redação e, em 2024, foi a primeira a concluir a correção completa da prova, com 100% de acerto no gabarito extraoficial. Neste ano, repetirá a cobertura com correções em tempo real nos dois domingos de aplicação do Enem (resolve.ftd.com.br).

Leia a coluna completa na página 3

News@TI

Reprodução: https://sites.rj.sebrae.com.br/inscricao/reload

Evento reúne especialistas em marketing digital e criadores de conteúdo no Rio

@Nos dias 29 e 30 de outubro, o Rio de Janeiro será palco de um dos maiores encontros sobre marketing digital e criação de conteúdo do estado: o Reload, evento gratuito promovido pelo Sebrae Rio. Com expectativa de reunir cerca de 3 mil participantes no Riocentro (Av. Salvador Allende, 6555). A programação intensa promete dois dias de aprendizado, inspiração e conexões estratégicas. As inscrições podem ser feitas pelo link: https://sites.rj.sebrae.com.br/inscricao/reload. Ao todo serão 14 palestras e 6 painéis, distribuídos em dois palcos temáticos: Palco D (Digital): Voltado para temas centrais do marketing digital, como branding, inteligência artificial, liderança na era digital e estratégias em plataformas como Canva e TikTok. No Palco C (Creators): Dedicado aos criadores de conteúdo, com insights práticos para quem já atua ou deseja ingressar nesse universo.

Leia a coluna completa na página 2

Como empresários podem estruturar metas realistas e executáveis

Para Thiago Oliveira, CEO da Saygo, falta de estrutura, foco e disciplina transforma bons planejamentos em promessas vazias antes mesmo do segundo trimestre.

Black Friday 4.0: Quem não integrar canais, perderá clientes

Todos os anos, a Black Friday é apontada como o grande momento do varejo, só perdendo para o Dia das Mães e o Natal.

Como escolher o destino certo para exportar? ApexBrasil mostra caminhos

Ferramenta de Inteligência de Mercado da Agência identifica 45 mil oportunidades para produtos brasileiros em 175 países e apoia empresas na busca por novos mercados. O assunto é um dos temas da nova webserie Destino Exportação.

Sem cartões ou boletos? Por que o Pix Automático pode mudar o pagamento de contas

O Pix já ultrapassou 160 milhões de usuários no Brasil e estima-se que 90% deles estejam dispostos a aderir ao Pix Automático.

Para informações sobre o
MERCADO FINANCEIRO
faça a leitura do
QR Code com seu celular

Política

A guerra acabou!!!

Heródoto Barbeiro

Leia na página 2

Economia da Criatividade

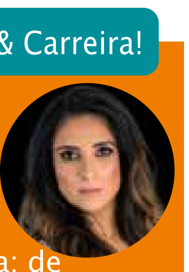
Do Aluno ao Embaixador: Estratégias para Construir Advocacia Autêntica na Educação

Carol Olival

Leia na página 4

Negócios & Carreira!

Bernar Campos - Vice-presidente na Strata Engenharia: de Recife ao Mundo, um Trajeto de Inspiração e Resultados



Fabiana Monteiro

Leia na página 8

A guerra acabou!!!

Heródoto Barbeiro (*)

Ninguém aguenta mais tanta notícia de mortes. Quando a guerra começou, os analistas políticos e militares garantiam que ela seria breve.

A tecnologia militar avançou muito, o que garante que o inimigo será dizimado rapidamente – e não existe outra saída para o perdedor se não se curvar e pedir um armistício. O mundo prende a respiração quando o presidente dos Estados Unidos divulga o seu plano de paz. Inicialmente, ele é aceito pelos adversários que também estão exauridos. "A paz está próxima", proclama o presidente americano aos quatro cantos do mundo.

Embaixadores marcam reuniões preliminares como uma contribuição para a aceleração do final da guerra sangrenta.

Os rastros da destruição estão espalhados por todos os lados. As fotos divulgadas mundialmente mostram um grau de destruição de cidades como nunca visto na história da humanidade. Os escombros se espalham e não se sabe onde está a rua, a praça, a escola e o hospital. A estratégia é destruir tudo o que o inimigo pode utilizar na guerra, e o resto não interessa.

Vencer ou vencer. As mortes de civis se acumulam nas escolas, nos hospitais e porões das casas. Canhões de grande alcance, tanques de guerra usados para esmagar literalmente o soldado inimigo e outros instrumentos de aniquilação sob a desculpa que guerra é guerra – se você não matar, morre! É o cinismo da destruição e da vitória a qualquer custo. Vale a pena??? Os belicistas dizem que é a única saída com honra.

A esperança é o presidente americano. Manda imprimir e espalhar nos campos de batalhas um folheto que ele chama de os "14 Pontos".

Os adversários ridicularizam o americano dizendo que para organizar o mundo Deus precisou de apenas dez pontos. Mas o presidente americano não desiste. E, para surpresa geral, mesmo não sofrendo uma derrota militar decisiva, o Kaiser aceita uma negociação de paz e assina um armistício.

O presidente democrata Woodrow Wilson transfere a capital dos Estados Unidos para a Europa e participa diretamente da redação do Tratado de Versalhes. Diz para o mundo que essa é uma "guerra para acabar com todas as guerras" e que nunca mais o mundo vai viver uma catástrofe como a experimentada entre 1914 e 1918. É dele a proposta da criação de uma entidade mundial onde todos os países se reuniriam para resolver as divergências em lugar de em um campo de batalhas.

A Liga das Nações. Wilson recebe o prêmio Nobel da Paz em 1920.

(*) - É professor e jornalista, âncora do Jornal Novabrasil, colunista do R7, do Podcast. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e midia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

News @TI

mLabs lança índice gratuito e revela engajamento real por segmento no Instagram

@ A mLabs, plataforma líder em gestão e análise de mídias sociais no Brasil, acaba de lançar o mLabs Índice, um painel gratuito e inédito que oferece dados reais e mensalmente atualizados sobre o desempenho de conteúdos e o engajamento no Instagram. Com base em uma amostra de mais de 30 milhões de publicações, o índice se consolida como a primeira base pública do país com essa amplitude de informações sobre as contas brasileiras no Instagram. A solução oferece uma leitura sobre taxas de engajamento, formatos de conteúdo e horários de postagem mais usados, com possibilidade de visão segmentada por mais de 20 setores do mercado brasileiro. O grande diferencial está na metodologia: as taxas de engajamento são calculadas a partir da razão entre interações e alcance das publicações, e não sob o número de seguidores — métrica pública tradicional, mas muitas vezes imprecisa. O resultado é uma visão mais realista, comparável e transparente entre segmentos distintos (https://www.mlabs.com.br/indice).

Sumitomo Rubber adquire empresa norte-americana de soluções em IA

@ A Sumitomo Rubber Industries, detentora das marcas Dunlop e Falken no Brasil, anunciou a assinatura do acordo de aquisição da Viaduct, startup de soluções em inteligência artificial sediada nos Estados Unidos, pelo valor total de 104 milhões de dólares (aproximadamente 15,3 bilhões de ienes). As duas companhias já vinham colaborando em projetos conjuntos de prova de conceito, que combinam a tecnologia própria de sensoriamento de pneus da Sumitomo, o SESING CORE, com as avançadas capacidades de IA da Viaduct para o desenvolvimento de serviços inovadores. Com a aquisição, a Sumitomo Rubber terá condições de ampliar, de forma mais eficiente, a oferta de serviços de manutenção preditiva para frotas corporativas na América do Norte. A iniciativa também representa um passo estratégico na expansão global desses serviços, incluindo Japão e Europa. O objetivo é notificar usuários sobre o momento ideal de substituição de peças, prevenindo falhas veiculares, otimizando manutenções e, futuramente, expandindo para áreas como pedidos de peças e instruções de trabalho — criando sinergias com os negócios de pneus da Sumitomo (www.dunloppneus.com.br).

Drones da Amazon colidem com guindaste

A Amazon volta à imprensa, com notícias não muito agradáveis: dois de seus drones utilizados para entregas colidiram com um guindaste, em Tolleson, Arizona.

Vivaldo José Breternitz (*)

O incidente aconteceu a aproximadamente três quilômetros de um centro de distribuição da gigante do comércio eletrônico, felizmente sem deixar feridos - a Administração Federal de Aviação (FAA) assumiu a investigação do caso e a Amazon paralisou temporariamente as entregas feitas por esse meio.

A Amazon passou a fazer entrega usando drones na região onde ocorreu o incidente no ano passado. Ali, os drones operam apenas durante o período diurno e quando as condições climáticas são favoráveis, seguindo protocolos rigorosos de segurança estabelecidos pelas autoridades aeronáuticas americanas.

O serviço está disponível para entregas de pacotes de até cerca de dois quilos – o prazo de entrega é de uma hora, mediante o pagamento de uma taxa que pode chegar a US$ 14,99.

Em maio deste ano, a empresa deu um passo importante na expansão desse serviço ao receber autorização da FAA para transportar uma variedade maior de produtos utilizando seus drones, ampliando significativamente a lista de produtos disponíveis para entrega aérea.

Andy_Dean_Photography_CANVA

O incidente em Tolleson ocorre em um momento de rápida expansão dos serviços de entrega por drone nos Estados Unidos, levantando questões sobre os desafios operacionais e de segurança desses veículos em ambientes urbanos onde estão presentes estruturas como guindastes, antenas, torres e outros obstáculos elevados.

Ainda não estão disponíveis informações sobre as causas do incidente, a serem esclarecidas pela investigação conduzida pela FAA, que identificará os fatores que causaram o fato e muito possivelmente gerará novas recomendações para a operação de drones de uso civil.

Isso nos leva a acreditar que a ampla utilização de drones para fins comerciais ainda deve demorar, principalmente em função de preocupações com o controle do tráfego aéreo e com a segurança.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.

Buscando emprego? Veja como a IA pode ser sua melhor aliada para encontrar vagas sob medida

Especialista em recrutamento e seleção cita quatro dicas práticas para aplicar a tecnologia de forma estratégica para buscar boas oportunidades.

O uso da Inteligência Artificial nos processos seletivos cresce a cada dia e aponta para um futuro promissor, especialmente para quem busca novas oportunidades no mercado. Da criação de currículos personalizados à atualização de perfis no LinkedIn ou preparação para entrevistas, a tecnologia pode ser uma grande aliada. E mais do que isso, a IA já começa a atuar como uma ferramenta capaz de identificar vagas sob medida, alinhadas às habilidades, experiências e objetivos de cada candidato.

Atualmente, os profissionais já podem acessar plataformas de recrutamento com IA que analisam informações como histórico profissional, habilidades, interesses e até comportamento em testes e interações, para a partir disso indicar vagas mais alinhadas ao perfil do profissional. Essa funcionalidade é benéfica tanto para recrutadores quanto para candidatos, pois economiza tempo e aumenta consideravelmente as chances de sucesso e compatibilidade na contratação.

Até mesmo no caso das vagas afirmativas, é possível enxergar a IA como uma aliada, explica **Flávia Mentone, CEO da Reponto, empresa especializada no recrutamento e seleção de Pessoas com Deficiência**. "Desde que desenvolvida e aplicada de forma ética, a IA pode permitir que critérios objetivos - como competências e potencial — tenham mais peso do que estereótipos ou julgamentos inconscientes nos processos seletivos. Isso ajuda a reduzir barreiras que historicamente impactam pessoas com deficiência", afirma.

Flávia acrescenta, porém, que a Inteligência Artificial aprende com dados e por isso é fundamental que as empresas usem sempre ferramentas auditadas, transparentes e com supervisão humana. Isso impede que os processos repitam padrões e realizem contratações excludentes. "Da mesma forma, os candidatos podem se proteger diversificando os canais de busca de vagas e mantendo o currículo atualizado e facilmente legível para a leitura dos algoritmos", explica.

pixelshot_CANVA

Por isso, a especialista em recrutamento e seleção de pessoas aponta quatro dicas práticas para usar a IA de forma estratégica na hora de buscar vagas:

1. **Personalize seu currículo:** utilize ferramentas de IA que extraem palavras-chave das descrições das vagas e geram textos otimizados para o tom e os requisitos específicos de cada oportunidade.
2. **Otimize seu perfil nas plataformas de emprego:** um perfil otimizado aumenta suas chances de ser encontrado por recrutadores em plataformas como o LinkedIn, por exemplo. Por isso vale usar a IA para analisar perfis de outros profissionais da sua área e identificar termos, competências e formatos mais atrativos. Para completar o perfil, aproveite as ferramentas de IA para aprimorar sua foto profissional e elaborar um bom resumo sobre sua trajetória.
3. **Pesquise e analise as vagas:** ferramentas de monitoramento de mercado podem ajudar a identificar tendências do setor, mapear oportunidades e estudar a concorrência, além de pesquisar boas oportunidades de carreira. Da mesma forma, softwares de IA podem sugerir vagas alinhadas ao seu perfil, realizando análises preditivas sobre suas chances de sucesso no processo seletivo.
4. **Prepare-se para entrevistas:** a IA pode ser uma aliada também na simulação de entrevistas e na análise do seu desempenho. Interaja com ferramentas que trazem perguntas frequentes e oferecem feedbacks sobre sua comunicação verbal e linguagem corporal.

Por fim, Flávia reforça que é importante evitar a dependência excessiva da IA. "Ela deve ser um apoio ou ponto de partida, mas é preciso checar informações, dados e se o conteúdo criado realmente reflete a experiência e habilidades reais do candidato. O que os recrutadores mais valorizam é a autenticidade, por isso priorize sempre combinar o trabalho da IA com seu toque pessoal, isso faz diferença no processo de recolocação profissional e mostra diferencial", finaliza.

Empresas & Negócios
José Hamilton Mancuso (1936/2017) **Laurinda Machado Lobato (1941-2021)** Responsável: **Lilian Mancuso**

Editorias
Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); *Ciência/Tecnologia:* Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); *Livros:* Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br);
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; *Editoração Eletrônica:* Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; *Serviço informativo:* Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.

ISSN 2595-8410

Jornal Empresas & Negócios Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Brasil e Indonésia firmam acordos; Lula confirma candidatura em 2026

O Brasil e a Indonésia assinaram, na madrugada de ontem (23), uma série de memorandos e acordos de cooperação nas mais diversas áreas, durante a visita oficial do presidente Lula à capital do país, Jacarta

Ricardo Stuckert/PR

Lula disse que novos encontros, entre ele e o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, ocorrerão para tornar a relação entre os dois países cada vez mais valorosa.

Em declaração à imprensa, os presidentes dos dois países disseram ter visões e posicionamentos comuns com relação à situação em Gaza, à necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como sobre o papel do Brics na defesa dos interesses do sul global.

Ao confirmar que disputará as eleições presidenciais de 2026, Lula disse que novos encontros, entre ele e o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, ocorrerão para tornar a relação entre os dois países cada vez mais valorosa. Segundo Lula, os acordos assinados pelos dois chefes de Estado caminham nessa direção, em especial para áreas como agricultura, energia, comércio, educação, defesa, ciência e tecnologia.

Ele lembrou que, nas últimas duas décadas, o comércio entre Brasil e Indonésia cresceu mais de três vezes, passando de US$ 2 bilhões para US$ 6,5 bilhões. "É quase inexplicável, para as nossas sociedades, como é que dois países importantes no mundo, como Indonésia e Brasil, com quase 500 milhões de habitantes, só tenham um comércio de US$ 6 bilhões. É pouco", disse Lula.

"Por isso, vamos fazer um esforço muito grande para trabalhar muito para que Indonésia e Brasil se transformem em dois parceiros fundamentais na geografia econômica do mundo", acrescentou ao afirmar que os dois países são "nações determinadas a assumir o lugar que nos corresponde em uma ordem em profunda transformação". De acordo com o Planalto, a Indonésia foi o quinto destino das exportações do agronegócio brasileiro em 2024. Segundo Lula, "são valores ainda tímidos" diante do potencial desses mercados consumidores.

Em seu discurso, Prabowo disse que Brasil e Indonésia são duas forças econômicas cada vez maiores, que fortalecem o sul global. Segundo ele trata-se de uma "parceria estratégica e sinergética entre países complementares", entre dois membros do Brics e do G20, grupo formado pelas 20 maiores economias do planeta. A fim de "cultivar essa relação", Prabowo disse que incluirá o português entre as línguas prioritárias do sistema educacional de seu país.

Marina Silva: licença do Ibama para foz do Amazonas foi técnica

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, negou que a decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de autorizar a Petrobras a pesquisar petróleo na bacia sedimentar Foz do Amazonas tenha sido motivada por influências políticas. A licença para perfurar poços no bloco FZA-M-59, na área do litoral brasileiro conhecida como Margem Equatorial, foi concedida na última segunda-feira (20).

"A decisão dos servidores do Ibama foi uma decisão técnica. E, se houve qualquer manifestação política, isso não influenciou o trabalho de qualidade que foi feito pelos nossos técnicos. Claro, vivemos em um contexto político, é legítimo que as pessoas tenham aspirações, mas em um governo republicano, como é o do presidente Lula, a decisão foi uma decisão técnica", disse Marina Silva.

Ela destacou que o rigor do Ibama pode ser identificado em uma série de melhorias que foram exigidas para que a Petrobras conseguisse a licença. "Uma delas é a base de suporte ou de socorro para o que os especialistas chamam de fauna oleada. No projeto inicial, a base ficava em Belém, a 800 quilômetros de onde ia ser feita a prospecção de petróleo. E o Ibama entendeu que era inadmissível, porque o tempo de transporte desses animais era tão longo que não teria salvamento", disse Marina.

"Agora, nós temos uma base em Belém e uma outra base perto do local da prospecção, que fica algo em torno de 160 km. Ou seja, todas as exigências que o Ibama fez eram altamente necessárias e se não fosse o rigor do Ibama, teria saído uma licença em prejuízo do meio-ambiente e dos interesses do Brasil", complementou (ABr).

Privatizada em 2022, Eletrobras passa a se chamar Axia Energia

A Eletrobras anunciou que passa por um processo de rebranding – mudança de nome e identidade visual – e passa a se chamar Axia Energia. A companhia é a maior empresa de energia renovável no Hemisfério Sul e responde por 17% da capacidade de geração nacional e 37% do total de linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). A agora Axia possui 81 usinas, sendo 47 hídricas, 33 eólicas e uma solar. De acordo com comunicado divulgado pela empresa, Axia "vem do grego e significa 'valor', carrega a ideia de eixo – de conexão, articulação e centralidade". A companhia ressalta que a alteração de marca não implica qualquer mudança nos compromissos contratuais, empresariais ou regulatórios. Fundada em 1962, a empresa foi estatal até 2022, quando concluiu o processo de privatização, durante o governo de Jair Bolsonaro.

Em carta assinada pelo presidente da companhia, Ivan Monteiro, o executivo explica que a mudança traduz um movimento profundo de transformação que a empresa viveu nos últimos três anos e também seus desafios de negócio. "Evoluímos nossa governança, ampliamos investimentos, fortalecemos nossa estrutura e nos reposicionamos para responder a um setor em transição, marcado por novas tecnologias, mudanças regulatórias e novos padrões de consumo", diz. Mesmo com a desestatização, o governo manteve participação acionária e no quadro de conselheiros da empresa (ABr).

Canais verificados: como alavancar o destaque competitivo?

Carlos Feist (*)

Vivemos em um tempo em que tudo existe em abundância. Informações, notícias, opiniões e, até mesmo, desinformações e mentiras. Definitivamente, não temos tempo para avaliar tudo que está à nossa disposição, e a grande dicotomia do consumidor moderno é escolher onde aplicar a sua atenção. A peça-chave para atraí-lo pode ser mais simples do que muitos imaginam: através dos canais verificados.

Mensagens, e-mails, chamadas e todo tipo de estímulo chegam inundando nosso dia a dia, em um excesso que faz com que passemos a desconsiderá-los. Muitas vezes, a informação enviada até é importante, mas a poluição faz com que deixemos de ver e dar atenção ao conteúdo recebido. Não à toa, dados da Edelman Trust Barometer indicam que 81% dos consumidores precisam confiar em uma marca antes de comprar dela.

A falta dessa segurança ocasiona um efeito cascata cada vez pior às marcas. Afinal, elas investirão enormes quantias em mensagens que nem sequer serão abertas pelos clientes, sem terem a certeza de que estão conversando com a própria organização ou, apenas, recebendo mais uma oferta desnecessária e fora de seu perfil.

Mas, neste ambiente saturado, em que consumidores têm cada vez menos paciência e tempo para avaliar o que merece sua atenção, é com os canais verificados que as empresas têm a oportunidade de sair desse mar poluído e comunicar-se com seus clientes em ambientes críveis e que se destacam do restante das informações.

A verificação é, hoje, um fator decisivo para a confiança digital, a partir da qual as marcas garantem que suas mensagens não se percam em meio ao "ruído digital" e passem a ser vistas como confiáveis e legítimas. Com ela, o cliente sabe com quem está falando e tem segurança para interagir, elevando o engajamento entre as partes e reduzindo, ainda, riscos de fraude, golpes e uso indevido do nome da empresa.

Essa estratégia já pode ser conquistada e investida em diversos pontos de contato entre as empresas e seu público-alvo, do SMS ao WhatsApp, agentes de voz e um dos mais famosos em constante ascensão no mercado: o RCS, canal de envio de mensagens com agentes cadastrados e aprovados pelas operadoras que identificam a empresa, acompanhados de selo de verificação e identidade visual da marca.

Independentemente do meio escolhido, é crucial contratar estes serviços de empresas especializadas e parceiras das operadoras de telefonia, do Google ou da Meta. Isso porque, a verificação exige a adesão a processos técnicos e regulatórios que, nem sempre, são simples de serem orquestrados sem essa orientação. Sem falar, ainda, que cada canal possui regras próprias quanto ao direcionamento de uso corporativo, cuja validação burocrática pode levar semanas, dependendo da complexidade das checagens.

Por mais que a contratação desses serviços especializados possa gerar um investimento inicial relevante, não encare isso como um custo à parte, mas como uma garantia de que seu negócio não apenas estará em conformidade legal quanto às normas digitais, mas também tendo o suporte necessário para garantir as atualizações dos dados, de forma que não percam o selo.

Com o auxílio constante desses parceiros, eventuais riscos e problemas que possam gerar danos graves às operações serão, certamente, mitigados, tendo a máxima segurança na condução deste processo de ponta a ponta, desde a orientação estratégica até a homologação junto às operadoras e plataformas digitais. Assim, a empresa acelera sua entrada em canais verificados e garante segurança e performance nas comunicações.

(*)- É Diretor de Inovação da Pontaltech.

A – Programa de Estágio

O Banco ABC Brasil está com inscrições abertas para o Programa de Estágio 2026. A iniciativa busca atrair e desenvolver jovens talentos que desejam iniciar sua trajetória profissional em um banco em crescimento e com forte cultura de desenvolvimento humano. O programa é voltado para estudantes de cursos de graduação com previsão de conclusão entre junho de 2027 e dezembro de 2028. As oportunidades estão distribuídas nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto e Porto Alegre, abrangendo diferentes áreas de atuação, incluindo tecnologia, negócios e operações. Link de inscrição: (https://www.ciadeestagios.com.br/vagas/bancoabcbrasil/).

B – Energia Solar

A indústria chinesa de energia solar decidiu ampliar a aposta no Brasil e trazer a SNEC (International Photovoltaic Power Generation and Smart Energy Conference & Exhibition), maior evento do setor de energia solar e tecnologias sustentáveis do mundo, que inclui armazenamento energético e eletromobilidade, ao País em 2026. A SNEC PV & ES LATAM acontece entre os dias 24 e 26 de março, no Distrito Anhembi, em São Paulo. Reunirá as principais empresas, investidores e especialistas para apresentar lançamentos, novas tecnologias e debater os rumos do setor no Brasil e no mundo. Será a primeira vez que o evento terá uma versão realizada fora da China. Mais informações: (https://sneclatambr.com.br/).

C – Mulheres em IA

A Numen, empresa líder em soluções de tecnologia, acaba de anunciar o patrocínio ao Potenc.IA, programa nacional de formação em Inteligência Artificial para mulheres. A iniciativa terá foco em empregabilidade, inclusão e protagonismo digital e prevê formar 10 mil mulheres em seis meses. O anúncio ganha ainda mais relevância diante de dados do Fórum Econômico Mundial, que apontam que apenas 35% das mulheres recebem oportunidades de qualificação em comparação a 65% dos homens. O programa, desenvolvido pela Prosper Digital Skills, visa proporcionar uma experiência estruturada de forma linear, focada no desenvolvimento contínuo das participantes, por meio da identificação de gaps de conhecimento, aprendizado prático e feedback constante. Para mais informações, visite: (https://numenit.com/).

D – Cibersegurança

Conhecida por ser a primeira pessoa no mundo a acessar todos os dispositivos Bluetooth ativos, Carlota Bindner será um dos destaques da conferência anual global Cyber Security Summit Brasil (CSSB), que acontece nos próximos dias 27 e 28, no Grand Hyatt São Paulo. A especialista vai compartilhar sua visão sobre ética hacker, segurança descentralizada e o papel humano na proteção de ecossistemas conectados. Em sua 9ª edição, o evento consolida-se como a conferência de cibersegurança mais importante da América Latina, reunindo CISOs, CIOs, CTOs, reguladores, executivos e líderes de agências de segurança e governos para debater o tema "A Nova Era da Segurança Cibernética: Decisões Estratégicas em um Mundo sem Fronteiras". Saiba mais: (https://cybersecuritysummit.com.br/).

E – Feirão de Imóveis

O Santander Brasil, em parceria com a Biasi Leilões, promove no dia 03 de novembro, a partir das 11h30, o maior feirão de imóveis residenciais e comerciais localizados em 22 estados brasileiros. Serão 203 imóveis disponíveis para lances, com valores que variam entre R$ 39,6 mil e R$1 milhão, oferecendo aos investidores e empresas uma excelente oportunidade de adquirir ativos de alto padrão ou imóveis para moradia, com condições facilitadas de pagamento. O leilão será realizado de forma virtual, pelo site da Biasi Leilões, sob a condução do leiloeiro oficial Eduardo Consentino. Os interessados em participar do leilão devem fazer um cadastro prévio no site (www.biasileiloes.com.br).

F – Nova Fábrica

A Lacticínios Tirol lança um investimento de R$ 200 milhões na construção de uma nova fábrica em Pinhalzinho, em Santa Catarina, voltada à industrialização de leite em pó. Com previsão para começar a operar no final de 2026, a unidade terá capacidade de produção de 1 milhão de litros de leite por dia. O investimento faz parte do plano de expansão da empresa, que além de ser referência no setor lácteo brasileiro, também exporta para o Uruguai, Chile e Paraguai. A nova unidade reforça o compromisso da marca com a inovação e o fortalecimento da cadeia produtiva do leite, ampliando a capacidade de captação e agregando valor à produção regional.

G – Câmeras Públicas

O Governo de São Paulo ampliou o alcance do programa Muralha Paulista, que passou a conectar câmeras municipais e particulares ao banco de dados da Secretaria de Segurança Pública para ajudar no combate ao crime. Atualmente, o sistema reúne mais de 38 mil câmeras integradas. Elas fazem leituras automáticas de placas de veículos e reconhecimento facial. Os dados são cruzados com as bases da Secretaria da Segurança Pública e geram alertas em tempo real quando um carro roubado, furtado ou um procurado pela Justiça é identificado. Municípios, empresas e cidadãos podem participar. O cadastro é gratuito e deve ser feito no site: (https://www.muralhapaulista.sp.gov.br/).

H – Inovação e Empreendedorismo

A Autoridade Portuária de Santos realiza, entre os próximos dias 25 e 29, a primeira edição do ColaBora Mundo. O evento reúne, em uma programação integrada e colaborativa, diversas iniciativas voltadas aos temas de ESG, inovação e empreendedorismo, conectando a comunidade local e portuária em uma grande rede de transformação. A abertura oficial ocorre na segunda-feira (27), às 18h, no Teatro Municipal Braz Cubas, com a palestra "O Futuro dos Negócios é Sustentável: Como o ESG está redefinindo o sucesso das empresas", da jornalista Rosana Jatobá. A programação e as inscrições (gratuitas) estão disponíveis no site (https://colaboramundo.portodesantos.com.br).

I – Oportunidade

A Opea, hub de soluções de crédito estruturado, busca por profissionais para atuação em diferentes segmentos. Ao todo, são mais de 30 vagas em aberto, com modelos de trabalho flexível e remoto. A empresa, que hoje conta com mais de 300 pessoas, dobrou seu quadro de colaboradores nos últimos dois anos e projeta crescer ainda mais até final de 2025. "Queremos trazer profissionais especializados que ajudem a impulsionar a Opea, oferecendo um ambiente positivo para o desenvolvimento de suas carreiras", afirma Thiene Nedel Pereira, CHRO da Opea. Saib a mais em: (https://opea.com.br).

J – Setor Solar

Nos dias 28 a 29 de abril de 2026, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, acontece o Intersolar Summit Brasil Nordeste. O principal evento do setor solar brasileiro receberá expositores selecionados, que terão a oportunidade de interagir com os participantes do congresso e demais visitantes qualificados. O congresso discutirá políticas, desafios jurídicos e regulatórios e também financiamentos e soluções de transição energética. Saiba mais: (https://www.intersolar-brasil.com/nordeste/visao-geral).

Carol Olival (*)

Economia da Criatividade

#FullSailBrazilCommunity

Do Aluno ao Embaixador: Estratégias para Construir Advocacia Autêntica na Educação

Sempre acreditei que a comunicação mais poderosa de uma instituição não vem de uma campanha paga, mas da voz dos seus próprios alunos. Pais e futuros estudantes confiam mais em experiências reais do que em qualquer anúncio. Dados da Nielsen (2015) mostram que 83% das pessoas confiam em recomendações de conhecidos acima de qualquer forma de publicidade. No marketing educacional, isso significa que transformar alunos em embaixadores espontâneos é uma das estratégias mais eficazes para gerar credibilidade e engajamento. Na minha trajetória, vi de perto o impacto que depoimentos e histórias genuínas podem ter na decisão de matrícula.

Quando falo em advocacia autêntica, não me refiro a roteiros ou falas ensaiadas. Trata-se de criar experiências positivas que motivem os alunos a compartilhar, de forma natural, como se sentem em relação à escola ou universidade. Como destacam Kumar e Pansari (2016), o engajamento dos alunos com a instituição aumenta a lealdade e a disposição de recomendá-la a outros. Isso pode acontecer em pequenas ações, como incentivar estudantes a registrar seus projetos nas redes sociais, ou em grandes iniciativas, como campanhas de storytelling que valorizem conquistas acadêmicas, esportivas ou culturais. O segredo está em estimular sem forçar, dando protagonismo à comunidade escolar.

Os benefícios dessa abordagem são múltiplos. Primeiro, o alcance orgânico cresce, já que o conteúdo compartilhado pelos alunos circula em suas redes pessoais e gera prova social. Segundo, a imagem institucional ganha autenticidade, porque as famílias reconhecem que são vozes reais, não discursos prontos. Terceiro, o ciclo de captação se fortalece, já que cada novo aluno que se identifica com essas narrativas tende a se engajar da mesma forma. Em outras palavras, criar embaixadores é construir um ciclo virtuoso de comunicação que se retroalimenta.

Acredito também que é papel da escola criar um ambiente que valorize essa participação. Isso passa por reconhecer e celebrar as conquistas dos alunos, dar espaço para sua voz em eventos institucionais e até oferecer plataformas de co-criação em campanhas. Não se trata apenas de marketing, mas de cultura organizacional. Quando o aluno sente que pertence, ele naturalmente se torna defensor da marca. Foi observando práticas assim que compreendi como algumas instituições conseguem criar comunidades sólidas, que resistem até mesmo às mudanças do mercado.

Em conclusão, transformar alunos em embaixadores é mais do que uma estratégia: é um compromisso com a autenticidade. É dar espaço para que vozes reais contem histórias que nenhum roteiro poderia reproduzir. Ao longo da minha experiência, aprendi que a construção de marcas fortes na educação passa por escutar, valorizar e amplificar a experiência do aluno. Essa é uma lição que sigo aplicando e que foi reforçada pela minha formação em ambientes inovadores como a Full Sail University, onde o protagonismo estudantil sempre esteve no centro.

Referências

Kumar, V., & Pansari, A. (2016). Competitive advantage through engagement. *Journal of Marketing Research, 53*(4), 497–514. https://doi.org/10.1509/jmr.15.0044

Nielsen. (2015). *Global trust in advertising: Winning strategies for an evolving media landscape*. Nielsen Insights.

(*) - Com graduação em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduação em Administração, MBA em Empreendedorismo e Inovação e Mestrado em Marketing Digital, Carol Olival conta com mais de 20 anos de atuação no mercado de educação. Tem foco nas áreas de vendas e marketing e experiência como empreendedora e gestora de escolas próprias. Autora de três livros sobre educação e treinamento corporativo e TEDx speaker, hoje Carol atua como Community Outreach Director da Full Sail University, provendo constantes debates sobre como o binômico criatividade e tecnologia são necessários a todos profissionais do cenário atual, e o papel da educação dentro desse contexto

---

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
Distrito de Jardim São Luís

Drª. Evanice Callado Rodrigues dos Santos - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **THALES BARBOSA OLIVEIRA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 17/04/1999, estoquista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ademir Carvalho Oliveira e de Eronildes Oliveira Barbosa; A pretendente: **CAMILA SOARES DOS SANTOS,** brasileira, solteira, nascida aos 13/03/1998, atendente operacional, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Ildevan de Jesus Santos e de Francisca Rozenilda Soares da Silva Santos.

O pretendente: **LUCAS MELCHIOR AMMIRABILE,** brasileiro, solteiro, nascido aos 19/09/1993, policial militar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de João José Ammirabile e de Fatima Cristina Melchior Ammirabile; A pretendente: **GABRIELLE CAVALCANTE DA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 12/08/1999, policial militar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Claudionor Cavalcante da Silva e de Vera Lucia Cavalcante da Silva.

O pretendente: **HIGOR MESSIAS VIANA DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, nascido aos 26/12/2000, fiscal de prevenção de perdas, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliado em Taboão da Serra - SP, filho de Clayton Evangelista dos Santos e de Catia Viana de Souza; A pretendente: **ANDRESSA DOS SANTOS GERVASIO,** brasileira, solteira, nascida aos 28/07/2004, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de André Luís Gervasio e de Alessandra dos Santos Gervasio.

O pretendente: **ADAILSON ROCHA DE MELO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 27/04/1988, almoxarife, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Maria dos Reis Melo e de Luciene Lima da Rocha Melo; A pretendente: **MARIA APARECIDA DA COSTA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 10/03/1983, analista de controle de qualidade pleno, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Matos da Silva e de Josefa Maria da Costa.

O pretendente: **JHONATAN SENA DA COSTA SILVA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 08/12/2001, assistente de recursos humanos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Eduardo da Costa Silva e de Nicelia Sena Oliveira; A pretendente: **MAYARA PEREIRA ANTUNES,** brasileira, divorciada, nascida aos 14/08/1998, analista de recursos humanos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edivaldo Alexandre Antunes e de Juciara Pereira da Cruz.

O pretendente: **CRISTIAN FERREIRA BELO DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, nascido aos 07/08/1998, meio oficial de pedreiro, natural de São Bernardo do Campo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Cicero Belo dos Santos e de Priscila Leslley Ferreira da Costa; A pretendente: **GISELE DOS SANTOS,** brasileira, solteira, nascida aos 06/08/1986, cuidadora de idosos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maria de Lourdes Santos.

O pretendente: **WILDER OLIVEIRA CAMPOS,** brasileiro, divorciado, nascido aos 28/09/1981, empresário, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Benedito Maria de Campos e de Maria José Oliveira Campos; A pretendente: **RENATA CABRAL DA SILVA,** brasileira, divorciada, nascida aos 06/12/1988, gestora de pessoas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Moacir Galdino da Silva e de Lúcia Cabral de Oliveira Silva.

O pretendente: **ROBSON PEREIRA,** brasileiro, divorciado, nascido aos 01/11/1979, analista financeiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Marina Maria Pereira; A pretendente: **VIVIANE JESUS DOS SANTOS,** brasileira, divorciada, nascida aos 19/02/1983, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Mariene Jesus dos Santos.

A pretendente: **CACILDA DOS SANTOS SANTANA,** brasileira, solteira, nascida aos 11/04/1977, analista de sistemas, natural de Ipirá - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Agostinho Bernardinho de Santana e de Lourdes Maria Santos; A pretendente: **ADRIANA CRISTINA DA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 21/11/1983, do lar, natural de Natal - RN, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Tereza Cristina da Silva.

O pretendente: **JAIR CARLOS BARBOSA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 03/07/1959, corretor de imóveis, natural de Recife - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Carlos João Barbosa e de Gessi Petronila Barbosa; A pretendente: **MARIA DO CARMO PIMENTA DA SILVA SOUSA,** brasileira, viúva, nascida aos 18/03/1973, corretora de imóveis, natural de Bacuri - MA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Cizismundo da Silva e de Dolores Trindade Pimenta da Silva.

O pretendente: **VAGNER ADALBERTO BATISTA BUENO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 20/10/1974, vigilante, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Baptista Bueno e de Maria Aparecida Bueno; A pretendente: **KÊNIA MARIA DA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 10/07/1987, manicure, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Heleno da Silva e de Joselina Maria da Silva.

O pretendente: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUSA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 29/09/1998, conferente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Edilson Ferreira de Sousa e de Tatiana Barbosa Santana de Sousa; A pretendente: **MILLENA DA SILVA NOVAES,** brasileira, solteira, nascida aos 28/08/1999, balconista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Ronis Almeida de Novaes e de Dagmar da Silva Novaes.

O pretendente: **DIEGO NUNES DE MELO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 28/12/1989, manobrista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Josias Francisco de Melo e de Nilza Aparecida Nunes da Silva Melo; A pretendente: **ROSICLEIDE MARIA DOS SANTOS ALMEIDA,** brasileira, solteira, nascida aos 24/10/1989, do lar, natural de Carpina - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Manoel de Almeida e de Severina Lúcia dos Santos.

O pretendente: **GENIVAL REIS DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, nascido aos 13/10/1984, eletricista, natural de Euclides da Cunha - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Domingos Alves dos Santos e de Josefa Maria dos Reis; O pretendente: **RENAM ANDRÉ DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 09/06/1981, arrumador, natural de Nova Russas - CE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Expedito André de Souza e de Cezária Alves de Souza.

O pretendente: **RONALDO LEITE DE SIQUEIRA GOMES NETO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 03/09/2002, auxiliar de serviços gerais, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ronaldo Leite de Siqueira Gomes Júnior e de Silvia Aparecida da Silva Lima; A pretendente: **ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA GOMES,** brasileira, solteira, nascida aos 29/03/1996, auxiliar de enfermagem, natural de Natal - RN, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Sebastião da Silva Gomes e de Eunice de Oliveira Mascarenhas.

O pretendente: **MARCELO DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado, nascido aos 27/04/1968, eletricista, natural de Osasco - SP, residente e domiciliado em Osasco - SP, filho de Geraldo Matosinho dos Santos e de Nerci Rosa dos Santos; A pretendente: **LIDIANE ALVES MOREIRA,** brasileira, solteira, nascida aos 13/05/1981, babá, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Miguel Alves Moreira e de Maria Oneide Cristovam Moreira.

A pretendente: **FRANCICLEIDE BARROS DA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 18/03/1998, recepcionista, natural de Palmeira dos Índios - AL, residente e domiciliada em Itapecerica da Serra - SP, filha de Lenilton da Silva e de Evani Teixeira de Barros; A pretendente: **RAQUEL DA SILVA PINHEIRO,** brasileira, solteira, nascida aos 06/01/1998, assistente administrativa, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jose Erivan Lopes Pinheiro e de Isabel Maria da Silva Pinheiro.

O pretendente: **LUAN ARAUJO LIMA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 07/12/1999, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Domingos Lopes de Lima e de Luciana Maria de Araujo Lima; A pretendente: **MAYARA OVIDIO DOS SANTOS,** brasileira, solteira, nascida aos 28/04/1999, babá, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Cristiano Francisco dos Santos e de Shirlei Ovidio.

O pretendente: **GINO LUIZ CORDEIRO,** brasileiro, divorciado, nascido aos 27/11/1972, gerente de restaurante, natural de Santo Antônio do Sudoeste - PR, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Mario Antonio Cordeiro e de Maria Mercedes Cordeiro; A pretendente: **ADELIA FERREIRA SANTOS,** brasileira, solteira, nascida aos 10/09/2000, operadora de caixa, natural de Araçuaí - MG, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Izael Ferreira Cardoso e de Adriana dos Santos Moreira.

O pretendente: **GERALDO DA SILVA SANTOS,** brasileiro, solteiro, nascido aos 11/09/1964, gerente de farmácia, natural de Frei Inocêncio - MG, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Juventino Lopes e de Maria Lourenço Santos; A pretendente: **CLÁUDIA CRISTINA LIMA,** brasileira, divorciada, nascida aos 17/05/1969, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João Lima e de Nadir Lima.

O pretendente: **KAWAN DE JESUS MELO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 19/04/2005, militar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Emerson de Melo Nunes e de Jaqueline de Jesus; A pretendente: **JÉSSICA ESTER FERREIRA DE CARVALHO E SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 05/03/1999, atendente de loja, natural de Altos - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João Ferreira da Silva e de Luiza Furtado de Carvalho.

O pretendente: **EDERSON SILVA SOARES DA CRUZ,** brasileiro, solteiro, nascido aos 07/06/2001, churrasqueiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sebastião Aparecido Soares Cruz e de Luciana Cristiany Bizerra da Silva Cruz; A pretendente: **VITORIA FRANCELINO MARQUES,** brasileira, solteira, nascida aos 01/08/2000, confeiteira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Vicente Francisco Marques e de Maria Jose Francelino.

O pretendente: **WILLIAM DOS SANTOS SILVA FONSECA,** brasileiro, divorciado, nascido aos 10/04/1996, auxiliar administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jose Nilson Lopes da Silva e de Ana Paula dos Santos Fonseca; A pretendente: **TAMILES DOS ANJOS SANTOS,** brasileira, solteira, nascida aos 22/06/1994, enfermeira, natural de Jequié - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Marilene dos Anjos Santos.

O pretendente: **VICTOR ABREU DE TOLEDO ALVES,** brasileiro, solteiro, nascido aos 12/07/1996, gerente de produtos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Walter de Toledo Alves e de Andrea Cristina Alcantara de Abreu; A pretendente: **ERIKA SANTOS PEREIRA,** brasileira, solteira, nascida aos 31/07/1994, analista de dados, natural de Diadema - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Luis Carlos Pereira e de Valmira Santos Oliveira.

O pretendente: **EVERTON RICARDO DE OLIVEIRA NUNES,** brasileiro, solteiro, nascido aos 14/03/2007, auxiliar de operação, natural de Paulo Afonso - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ricardo Nunes Santos e de Edeilma de Sá Oliveira; A pretendente: **RENATA NASCIMENTO DA SILVA,** brasileira, solteira, nascida aos 25/03/2003, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Renato Leite da Silva e de Samara Nascimento dos Santos.

O pretendente: **GEORGE CAMBUÍ DE CARVALHO,** brasileiro, solteiro, nascido aos 01/10/1986, auxiliar de engenheiro civil, natural de Xique-Xique - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jorge Clemente de Carvalho e de Marizete Cambuí de Carvalho; A pretendente: **JUSSARA CARVALHO ROCHA,** brasileira, divorciada, nascida aos 12/12/1974, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Alzir Rocha e de Ana Pereira de Carvalho.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local
Jornal Empresas & Negócios

Empresas & Negócios
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
3106-4171

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ: 17.991.841/0001-00

Demonstração Financeira

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023 Individual	2023 Consolidado	2022 Individual	2022 Consolidado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 6	26.996	26.999	10.642	18.528
Adiantamento a fornecedores		564	564	1.154	1.154
Contas a receber	Nota 7	119.618	114.916	84.999	84.999
Tributos a recuperar	Nota 19	3.678	3.678	1.188	1.188
Instrumentos financeiros	Nota 10	-	19.930	3.968	2
Demais ativos		699	699	163	163
Outros créditos		119	119	664	664
Total do Ativo Circulante		**151.674**	**166.905**	**102.778**	**106.698**
Não circulante					
Contas a receber	Nota 7	8.450	8.450	6.266	6.266
Depósitos judiciais		85	85	39	39
Imobilizado	Nota 8	1.032	1.032	985	985
Ativos intangíveis	Nota 9	21.814	21.814	12.481	12.481
Direito de uso	Nota 12	2.221	2.221	404	404
Instrumentos financeiros	Nota 10	34.948	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		**68.550**	**33.602**	**20.175**	**20.175**
Total do ativo		**220.224**	**200.507**	**122.953**	**126.873**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023 Individual	2023 Consolidado	2022 Individual	2022 Consolidado
Circulante					
Salários e encargos sociais	Nota 16	8.315	8.315	14.780	14.780
Fornecedores	Nota 14	1.593	1.593	3.726	3.726
Contas a pagar	Nota 15	95	95	3	24.039
Empréstimos e financiamentos	Nota 13	6.517	6.517	5.882	5.882
Tributos a recolher	Nota 19	1.955	1.955	2.413	2.416
Arrendamentos a pagar	Nota 12	311	311	605	605
Partes Relacionadas	Nota 8	206.203	206.203	218.026	199.985
Outras contas a pagar	Nota 14	61.259	5.002	11.547	9.464
Total do Passivo Circulante		**286.248**	**229.991**	**256.982**	**260.897**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos.	Nota 13	10.977	10.977	14.872	14.872
Tributos a recolher	Nota 19	335	335	1.186	1.186
Arrendamentos a pagar	Nota 12	1.969	1.969	56	56
Provisão para contingências	Nota 18	793	793	474	474
Partes Relacionadas.	Nota 8	14.848	14.848	4.190	4.190
Outras contas a pagar	Nota 14	5.311	5.311	5.247	5.247
Total do Passivo Não Circulante		**34.233**	**34.233**	**26.025**	**26.025**
Total do Passivo		**320.481**	**264.224**	**283.007**	**286.922**
Patrimônio líquido	Nota 20				
Capital social		113.675	113.675	34.145	34.145
Prejuízos acumulados		(221.231)	(221.231)	(194.199)	194.199
Reservas		7.299	7.299	-	-
Participação de não controladores		-	36.540	-	5
Total do patrimônio líquido		**(100.257)**	**(63.717)**	**(160.054)**	**(160.049)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**220.224**	**200.507**	**122.953**	**126.873**

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023 Individual	2023 Consolidado	2022 Individual	2022 Consolidado
Receita de vendas e serviços	Nota 21	74.233	74.233	36.050	36.050
Custo das vendas e serviços	Nota 22	(23.009)	(23.009)	(14.435)	(14.435)
Lucro bruto		**51.224**	**51.224**	**21.615**	**21.615**
Despesas comerciais	Nota 22	(352)	(352)	(2.898)	(2.898)
Despesas gerais e administrativas	Nota 22	(122.447)	(129.369)	(131.689)	(134.969)
Despesa de captação	Nota 22	-	(927)	-	(271)
		(122.799)	**(130.648)**	**(134.587)**	**(138.138)**
Prejuízo operacional		**(71.575)**	**(79.424)**	**(112.972)**	**(116.523)**
Receitas financeiras	Nota 23	57.340	69.895	25.980	31.156
Despesas financeiras	Nota 23	(12.797)	(17.503)	(9.487)	(11.112)
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		**44.543**	**52.392**	**16.493**	**20.044**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	Nota 19	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por quota		(0,24)	(0,24)	(2,83)	(2,83)
Prejuízo do exercício		**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023 Individual	2023 Consolidado	2022 Individual	2022 Consolidado
Prejuízo do exercício		**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício		**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

		Capital social	Prejuízos acumulados	Reservas	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021		**23.810**	**(97.720)**	**-**	**-**	**(73.910)**
Aumento de capital	Nota 21	10.335	-	-	-	**10.335**
Capital social		-	-	-	5	**5**
Prejuízo do exercício		-	(96.479)	-	-	**(96.479)**
Em 31 de dezembro de 2022		**34.145**	**(194.199)**	**-**	**5**	**(160.049)**
Em 31 de dezembro de 2022		**34.145**	**(194.199)**	**-**	**-**	**(160.054)**
Capital social		-	-	-	36.540	**36.540**
Aumento de capital	Nota 21	79.531	-	-	-	**79.531**
Reservas	Nota 24	-	-	7.299	-	**7.299**
Prejuízo do exercício		-	(27.032)	-	-	**(27.032)**
Em 31 de dezembro de 2023		**113.675**	**(221.231)**	**7.299**	**36.540**	**(63.717)**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023 Individual	2023 Consolidado	2022 Individual	2022 Consolidado
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(27.032)**	**(27.032)**	**(96.479)**	**(96.479)**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Juros sobre arrendamentos	90	90	205	205
Reavaliação de arrendamentos	2.256	2.256	101	101
Juros sobre empréstimos	3.156	3.156	3.425	3.425
Juros sobre mútuo	6.699	6.699	818	818
Depreciação e amortização	3.256	3.256	858	858
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.503)	(5.503)	51.196	54.102
Provisão para contingências	319	319	337	337
Despesas com instrumentos financeiros	-	-	1.309	-
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber	(31.300)	(26.599)	(95.953)	(95.711)
Tributos a recuperar	(2.491)	(2.491)	(1.099)	(1.099)
Adiantamentos a fornecedores	590	590	(918)	(918)
Fornecedores e contas a pagar	47.736	(30.474)	9.337	31.290
Salários e encargos sociais	(6.465)	(6.465)	9.121	9.121
Tributos a recolher	(1.309)	(1.316)	(211)	(209)
Partes relacionadas	47.491	65.532	41.411	20.462
Demais ativos e passivos	(38)	(38)	(762)	(757)
Caixa líquido gerado (usado nas) atividades operacionais	**37.455**	**(18.020)**	**(77.304)**	**(74.454)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Instrumentos financeiros	(34.948)	(19.930)	(5.032)	(2)
Baixa de instrumentos financeiros	3.968	2		
Reavaliação de direito de uso	(2.256)	(2.256)		
Aquisição de ativo intangível	(11.834)	(11.834)	(11.726)	(11.726)
Aquisição de ativo imobilizado	(363)	(363)	(677)	(677)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(45.433)**	**(34.381)**	**(17.435)**	**(12.405)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento (redução) do Capital	79.531	116.071	10.335	10.340
Reserva de ações	7.299	7.299		
Pagamento de arrendamentos	(727)	(727)	(701)	(701)
Pagamento de empréstimos	(6.416)	(6.416)	(3.928)	(3.928)
Pagamento de mútuo	(85.173)	(85.173)		
Captação de mútuo	29.818	29.818	79.290	79.290
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**24.332**	**60.872**	**84.996**	**85.001**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.354**	**8.471**	**(9.743)**	**(1.858)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.642**	**18.528**	**20.385**	**20.386**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**26.996**	**26.999**	**10.642**	**18.528**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1. Contexto operacional: A Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 2 de abril de 2013 e que tem como principal objetivo a prestação de serviços de meios de pagamento pós-pago (através de plataforma tecnológica própria de boleto bancário parcelado) para lojistas que fornecem bens ou serviços para o consumidor final, com a finalidade de incrementar a conversão de vendas dos estabelecimentos associados. A companhia é uma entidade controlada pela Dfinance Holding Ltda. ("Dfinance"), holding pertencente ao grupo Despegar.com Inc. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 1º de julho de 2024. **1.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional considerando a análise descrita no seu plano de negócio descrito na nota 1.4. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso, de determinados ativos e passivos financeiros, têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Em outubro de 2023, com a extinção do controle exercido sobre a Vert-Koin, a Administração descontinuou o processo de consolidação das demonstrações individuais daquela companhia. No exercício findo em 31 de dezembro 2023, de acordo com a estratégia de originar e ceder seus ativos retendo riscos e benefícios via a pose das cotas subordinadas, a Companhia consolidou o K-FIDC - K - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios. **1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: a) Novas normas que entraram em vigor no exercício:** As seguintes alterações de normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023, mas não trouxeram nenhum impacto nas demonstrações financeiras: • Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Informações sobre políticas contábeis - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. • Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. • Alterações na IAS 12 - Impostos sobre a Renda - Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. • Alterações na IAS 12 - Regras do Modelo do Pilar Dois - As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: - Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo Pilar Dois; e - Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. **b) Novas normas que entrarão em vigor no futuro:** • Alterações ao IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, introduzindo novos requerimentos adicionais de divulgação referentes ao Supplier Finance Arrangements (SFA) - acordos que possuem outras nomenclaturas comumente referenciadas no mercado, como por exemplo, risco sacado, supply chain finance, payables finance, reverse factoring, entre outras. Estas alterações são aplicáveis para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas. **1.4. Plano de negócio:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 134.574 (R$ 154.204 em 2022) nas Demonstrações Financeiras Individuais e capital circulante líquido negativo no montante de R$ 63.086 (R$ 154.199 em 2022) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Além disso, a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 prejuízo de R$ 27.032 (R$ 96.479 em 2022), melhoria substancial decorrente do fim dos efeitos da pandemia que além de afetar de forma contundente o setor de turismo, principal mercado dos clientes da Companhia, atrasou a implantação do nosso plano de expansão e diversificação de negócios que irá ampliar as receitas da companhia no médio e longo prazo. Com a retomada das operações de turismo e dado o descasamento positivo do ciclo de caixa com a Decolar, nosso maior cliente, a Companhia consegue honrar os compromissos se financiando com o aumento da produção. Esta característica de ciclo de caixa positivo se aplica também, porém em menor medida para os outros estabelecimentos comerciais. Apesar da Companhia vir apurando prejuízos em suas operações, apresentar excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e patrimônio líquido negativo, a perspectiva de longo prazo continua sendo positiva. Essa perspectiva está ancorada no aumento exponencial do número de fintechs, que mais do que dobrou em menos de três anos, que mostra claramente o porquê do Brasil ser principal hub na América Latina, impulsionado por fortes crescimentos no digital banking, trading e mercado de capitais, empréstimos e segmentos de seguros. A onda de transformação em serviços financeiros atingiu todos os cantos do mundo e a América Latina não fica indiferente a esta tendência, pois a região está fazendo uso exponencial de novas tecnologias para melhorar o acesso da população aos serviços financeiros. Além disso, a Companhia conta com uma plataforma própria, de comprovada performance, já integrada e testada pela parceria com a parte relacionada Decolar.com Ltda. ("Decolar") desde o início de 2019 com mais de 602 mil transações canalizadas através de sua plataforma e mais de R$ 1.193 milhões de valor financiado desde então. O plano estratégico de 10 anos aprovado em 2020, que ainda estava em vigor durante 2023, contempla um período inicial de sucessivos prejuízos operacionais, em linha com a tendência comprovada pelas recentes performances de outras fintech de meios de pagamentos. Este período, entre 2 e 4 anos, de investimentos com despesas de pessoal, desenvolvimento de sistemas, infraestrutura e outros, é necessário para suportar a agressividade na escalabilidade de negócios, conforme as seguintes premissas: (i) 119% de crescimento anual em média nas intermediações nos próximos 5 anos; e (ii) expectativa de crescimento de 36% em média do negócio turístico (nosso principal parceiro). No ano de 2020 a pandemia do COVID-19 impactou fortemente a companhia, ficando com um ano praticamente perdido se olharmos para a execução do plano estratégico de 10 anos mencionado acima. Em 2021 e 2022, a Companhia acompanhou o processo de retomada do segmento turístico retomando o crescimento da receita e o início ao processo de diversificação dos segmentos de originação de operações de financiamento para outros segmentos não turísticos, como saúde, varejo, educação etc., fechando o ano de 2022 com mais de 45 novas parcerias. O ano de 2023 confirmou esta tendência de crescimento do volume transacional e da receita tanto no produto BNPL (Buy Now Pay Later – Compre Agora Pague Depois) quanto nos de Gateway de pagamentos e Análise Antifraude. O volume transacionado (TPV) se manteve em relação a 2022 (R$ 376,9 milhões vs R$ 376,9 milhões em 2022) e as receitas totais aumentaram mais de 90% (R$ 123,4 milhões vs R$ 59,9 milhões em 2022) alavancadas pelo aumento do volume transacionado e pelo aporte das novas linhas de negócio. As receitas de MDR aumentaram mais de 49% (R$ 10,6 milhões vs R$ 7,1 milhões em 2022), as de Juros sobre parcelamentos evoluíram 60% (R$ 30,9 milhões vs R$ 19,4 milhões em 2022) e as de Gateway de pagamentos e Análise Antifraude contribuíram com R$ 65 milhões vs R$ 33,4 milhões em 2022 uma evolução de 92%. Isto ratifica a viabilidade da estratégia de diversificação de produtos e serviços prestados pela Companhia. Para o ano de 2024 a companhia espera continuar com a estratégia de aumento do número de merchants e da diversificação das fontes de receita de BNPL, explorando as possibilidades que o aplicativo Koin, desenvolvido durante o ano de 2022 e 2023, oferece. Ao mesmo tempo, se pretende incrementar a base de clientes de Gateway de Pagamentos e Análise Antifraude, de forma a aumentar a diversificação de clientes, diminuindo a dependência do grupo Despegar. Do lado das despesas, o objetivo é fundamentalmente incrementar a eficiência da companhia, focando nas melhorias de processos, desta forma, queremos otimizar a utilização dos recursos, crescendo as despesas menos do que as receitas e focando naqueles projetos que trazem maior retorno por real investido. Se projeta, assim, para o ano de 2024 a continuidade da melhoria no resultado da companhia, consolidando o caminho para a rentabilidade iniciado já no último trimestre de 2023, onde a companhia apresentou sucessivos resultados contábeis positivos. Para suportar esta estratégia de crescimento e ganho de relevância: (i) o acionista continuará com o apoio financeiro à empresa via eventuais aportes de capital; e (ii) o acionista poderia abrir espaço para investimentos de outros investidores interessados no negócio da Companhia. **2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: a) Imobilizado e Intangível:** Imobilizado e intangível são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há indicação de perda por impairment. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável. **b) Passivo contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais, a Companhia entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis a cada caso já foram tomadas e são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação àquelas contabilizadas. **c) Perda (impairment) de ativos financeiros:** Outros valores e bens e créditos tributários são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Outros valores de ativos não financeiros são revistos anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou se sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. **d) PCLD para as contas a receber de clientes:** A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é a estimativa para possíveis perdas que poderão ocorrer do não recebimento de créditos oriundos de transações comerciais realizadas pela Empresa. Reversão da PCLD - A reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorre quando do recebimento ou renegociação desses créditos. **e) Incentivos de longo prazo - Ações restritas:** As provisões para pagamentos de incentivos aos colaboradores considerados chaves pela organização foram efetuadas considerando os cenários de valuation considerados mais adequados tendo em conta as projeções financeiras para a sustentação do ágio. Estas projeções consideram diversas premissas as quais estão sujeitas a variações significativas dependendo das condições conjunturais e estruturais tanto da companhia como do país. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. Caixa e equivalentes de caixa contemplam variação cambial. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, não contemplando variação cambial. **3.3. Ativos Financeiros: 3.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensuração "Mensurados ao valor justo por meio de resultado", exceto para os recebíveis que são "Mensurados ao custo amortizado". A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **3.3.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.3.3. Mensuração:** Os ativos financeiros são mensurados: **i)** Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; **ii)** Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; **iii)** Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima; "Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de: **i)** O modelo de negócios no qual são administrados; **ii)** As características de seus fluxos de caixa; **iii)** Modelo de negócio, que representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: **i)** obter fluxos de caixa contratuais; **ii)** obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou **iii)** outros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica como Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **3.3.4. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultados. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Nos anos de 2022 e de 2023 não ocorreram perdas por impairment. **3.4. Contas a Receber:** Os valores a receber representam empréstimos concedidos aos clientes (pessoas físicas) por meio de nosso meio de pagamento Koin (Buy Now Pay Later - BNPL). Os recebíveis de empréstimos são apresentados pelos saldos de principal em aberto acrescidos de juros cobráveis estimados, líquidos de provisões para devedores duvidosos. Normalmente, coloca-se empréstimos em situação de inadimplência (non-accrual) assim que o cliente atrasa um dos seus pagamentos. As multas e os juros de mora são reconhecidos exclusivamente à medida que os valores são pagos pelos clientes. A provisão é recalculada conforme os pagamentos em atraso são liquidados pelo cliente ajustando o percentual de provisionamento aplicado. Através da solução BNPL a Koin oferece a alternativa de parcelar suas compras no ponto de venda dos lojistas (físico e/ou online). A maioria dos recebíveis de empréstimos é de curto prazo e são amortizados em um período que varia entre sete e dez meses, enquanto uma parcela menor de empréstimos é paga em vinte e quatro meses. A qualidade de crédito é monitorada para todos os recebíveis de empréstimos de forma recorrente. Para avaliar um consumidor que busca um empréstimo, utiliza-se, dentre outros indicadores, um modelo de risco desenvolvido internamente como um indicador de qualidade de crédito para ajudar a prever a capacidade do consumidor de pagar o saldo principal e os juros relacionados ao crédito. O modelo de risco usa múltiplas variáveis como preditores da capacidade do consumidor de pagar o crédito através de motores de decisão, incluindo indicadores externos e internos. Os indicadores internos consideram o histórico do cliente conosco, pontuação de crédito e perfil de risco, entre outros. Além disso, são consideradas informações externas para aprimoramento do modelo de scoring e do processo de tomada de decisão. Os indicadores internos e o score de crédito externo são combinados em uma matriz de risco, que também é utilizada para precificar os empréstimos com base no perfil de risco. Os valores circulantes a receber nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Ativo Circulante	2023	2022
Contas a receber	126.219	127.151
Contas a receber securitizados	51.933	20.949
Provisão para devedores duvidosos	(63.236)	(63.101)
Total Contas a Receber - Líquido	**114.916**	**84.999**

Os valores a receber não circulantes nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Ativo Não Circulante	2023	2022
Contas a receber	10.741	8.767
Provisão para devedores duvidosos	(2.291)	(2.501)
Total Contas a Receber - Líquido	**8.450**	**6.266**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, 75% e 61% dos recebíveis de financiamentos, respectivamente, foram originados para consumidores que buscam comprar produtos e serviços de viagem com nosso Merchant, Decolar, e o restante compreendeu empréstimos a receber originados para consumidores que buscam para comprar produtos com outros comerciantes. Utiliza-se um método simplificado de taxa de rolagem para calcular a provisão para perdas de crédito esperadas e estima-se a provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida com base em uma avaliação coletiva. Baixa-se para prejuízo os empréstimos a receber quando o saldo do cliente está vencido a mais de 360 dias. As seguintes taxas de provisionamento são aplicadas para cálculo com base em dados internos e estas são periodicamente avaliadas para verificar sua adequação a fim de cobrir 100% das perdas de crédito estimadas, para os próximos 12 meses, da carteira atual a cada fechamento de período.

Classe	Status	Percentual Provisão
B	Em dia	1%
B	Atraso 1 - 5 dias	1%
D	Atraso 6 - 14 dias	10%
E	Atraso 15 - 30 dias	30%
F	Atraso 31 - 60 dias	50%
G	Atraso 61 - 90 dias	70%
G	Atraso 91 - 120 dias	70%
G	Atraso 121 - 150 dias	70%
H	Atraso 151 - 360 dias	100%

A carteira de créditos por faixa de atraso ficou conforme o quadro a seguir:

Ativo Circulante

Classe	Status	2023	2022
B	Em dia	93.281	65.892
B	Atraso 1 - 5 dias	8.438	5.952
D	Atraso 6 - 14 dias	3.935	3.047
E	Atraso 15 - 30 dias	5.151	4.179
F	Atraso 31 - 60 dias	9.256	7.135
G	Atraso 61 - 90 dias	8.058	6.198
G	Atraso 91 - 120 dias	5.341	6.114
G	Atraso 121 - 150 dias	5.175	6.924
H	Atraso 151 - 360 dias	39.517	42.661
		178.152	**148.100**

Ativo Não Circulante

Classe	Status	2023	2022
B	Em dia	6.303	5.024
B	Atraso 1 - 5 dias	727	406
D	Atraso 6 - 14 dias	296	159
E	Atraso 15 - 30 dias	611	248
F	Atraso 31 - 60 dias	944	456
G	Atraso 61 - 90 dias	464	396
G	Atraso 91 - 120 dias	327	356
G	Atraso 121 - 150 dias	289	402
H	Atraso 151 - 360 dias	780	1.320
		10.741	**8.767**

3.5. Ativos Intangíveis: a) Software: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir o software e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. O software foi adquirido com os códigos fontes, o que possibilita à Companhia sua customização e atualização, sua amortização é calculada usando o método linear utilizando a taxa de 20% a.a. **b) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil ainda não estimada. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Máquina, equipamentos, inclusive de comunicação 10 anos; • Móveis e utensílios e instalações - 10 anos; • Computadores e periféricos e veículos - 5 anos; • Equipamentos de telecomunicação - 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Nos anos de 2022 e 2023 não ocorreram perdas por impairment. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.10. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.11. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **3.12. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço. O resultado da Companhia é oriundo, principalmente, de: • Comissões recebidas pelos serviços de intermediações de pagamentos quando cliente efetiva a reserva; • Juros sobre pagamentos parcelados oriundos da intermediação de pagamentos. • Receita financeira, reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas atualmente aplicáveis no Brasil para o imposto de renda e a contribuição social são de 25% e 9% respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.14. Arrendamentos:** A Companhia aluga alguns andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, o contrato de aluguel é realizado por período fixo de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **3.15. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro básico por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. **3.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Se aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia será reconhecida somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de capital e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de riscos, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de, basicamente, ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de relações comerciais com fornecedores domiciliados no exterior assim como mútuos financeiros contraídos com partes relacionadas. A tabela com valores de mútuos sujeitos ao risco em questão: **Mútuo 1 - USD 6.000.000,00 - R$ 28.361.400,00; Mútuo 2 - USD 239.509,00 - R$ 1.146.649,67. (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é avaliado como baixo em face da carteira de clientes. As demonstrações financeiras contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração,

continua ...

...continuação

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

monitorando as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até um ano		Acima de 1 ano	
Em 31 de dezembro de 2023	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Salários e encargos sociais	8.315	8.315	-	-
Fornecedores	1.593	1.593	-	-
Contas a pagar	95	95	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.517	6.517	10.977	10.977
Tributos a recolher	1.955	1.955	335	335
Arrendamentos a pagar	311	311	1.969	1.969
Partes relacionadas	206.203	206.203	14.848	14.848
Provisão para contingências	-	-	793	793
Outras contas a pagar	61.259	5.002	5.311	5.311
Total	**286.248**	**229.991**	**34.233**	**34.233**
Em 31 de dezembro de 2022				
Salários e encargos sociais	14.780	14.780	-	-
Fornecedores	3.726	3.726	-	-
Contas a pagar	3	24.039	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.882	5.882	14.872	14.872
Tributos a recolher	2.413	2.416	1.186	1.186
Arrendamentos a pagar	605	605	56	56
Provisão para contingências	-	-	474	474
Partes relacionadas	218.026	199.985	4.190	4.190
Outras contas a pagar	11.547	9.464	5.247	5.247
Total	**256.982**	**260.897**	**26.025**	**26.025**

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Koin possui uma estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. A Estrutura de Gestão de Capital da Koin contempla: - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição; - Estratégias para o gerenciamento de capital estabelecendo mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição; - Acompanhamento periódico dos resultados, incluindo concentração da exposição por cliente (a qual não deve superar 25% do capital da empresa) e reporte à diretoria e para o conselho de administração. Os resultados são acompanhados com a periodicidade adequada e compatível à atividade desempenhada e mensalmente reportados.

5. Instrumentos financeiros por categoria: a) Ativos Financeiros:

Ativos financeiros	2023		2022	
Ativos Circulante	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa (i)	26.996	26.999	10.642	18.528
Adiantamento a fornecedores	564	564	1.154	1.154
Contas a receber	119.618	114.916	84.999	84.999
Tributos a recuperar	3.678	3.678	1.188	1.188
Instrumentos financeiros	0	19.930	3.968	2
Demais ativos	699	699	163	163
Outros créditos	119	119	664	664
	151.674	**166.905**	**102.778**	**106.698**
Ativos Não Circulante				
Contas a receber.	8.450	8.450	6.266	6.266
Depósitos judiciais	85	85	39	39
Imobilizado	1.032	1.032	985	985
Ativos intangíveis	21.814	21.814	12.481	12.481
Direito de uso	2.221	2.221	404	404
Instrumentos financeiros	34.948	-	-	-
	68.550	**33.602**	**20.175**	**20.175**
Total	**220.224**	**200.507**	**122.953**	**126.873**

(i) O caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras têm como objetivo a gestão conservadora dos recursos da Companhia, com foco na preservação do montante aplicado e grau de liquidez. As aplicações da Companhia estão alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e em operações compromissadas.

	2023		Valor de Mercado	
Caixa e Equivalentes	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Aplicações financeiras (i)	26.064	26.064	26.064	26.064
Total	**26.064**	**26.064**	**26.064**	**26.064**

(i) A Companhia realiza aplicações apenas em CDBs e Compromissadas.

b) Passivos Financeiros:	2023		2022	
Passivo Circulante	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Salários e encargos sociais	8.315	8.315	14.780	14.780
Fornecedores	1.593	1.593	3.726	3.726
Contas a pagar	95	95	3	24.039
Empréstimos e financiamentos	6.517	6.517	5.882	5.882
Tributos a recolher	1.955	1.955	2.413	2.416
Arrendamentos a pagar	311	311	605	605
Partes Relacionadas	206.203	206.203	218.026	199.985
Outras contas a pagar	61.259	5.002	11.547	9.464
Total Ativo Circulante	**286.248**	**229.991**	**256.982**	**260.897**
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos.	10.977	10.977	14.872	14.872
Tributos a recolher.	335	335	1.186	1.186
Arrendamentos a pagar.	1.969	1.969	56	56
Provisão para contingências	793	793	474	474
Partes Relacionadas.	14.848	14.848	4.190	4.190
Outras contas a pagar.	5.311	5.311	5.247	5.247
Total Passivo Não Circulante	**34.233**	**34.233**	**26.025**	**26.025**
Total	**320.481**	**264.224**	**283.007**	**286.922**

6. Caixa e equivalentes de caixa	2023		2022	
Caixa e Equivalentes	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Caixa e bancos em moeda local	932	935	1.328	1.328
Aplicações financeiras (i)	26.064	26.064	9.314	9.314
Total	**26.996**	**26.999**	**10.642**	**10.642**

(i) Refere-se as aplicações da Companhia alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) remuneradas em 100% de CDI.

7. Contas a receber	2023		2022	
Valores a Receber Circulante	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Valores a receber	220.513	224.145	172.698	175.606
Juros a incorrer	(45.993)	(45.993)	(27.506)	(27.506)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.902)	(63.236)	(60.193)	(63.101)
Total Ativo Circulante	**119.618**	**114.916**	**84.999**	**84.999**
Valores a Receber Não Circulante				
Valores a receber (i)	13.670	13.670	9.891	9.891
Juros a incorrer	(2.929)	(2.929)	(1.124)	(1.124)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.291)	(2.291)	(2.501)	(2.501)
Total Ativo Não Circulante	**8.450**	**8.450**	**6.266**	**6.266**
Total Contas a Receber	**128.068**	**123.366**	**91.265**	**91.265**

(i) O total dos valores a receber circulante inclui também todos os valores de carteira cedida.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro	62.694	65.602	11.498	11.500
Provisões	62.616	70.950	113.644	116.550
Reversões	(68.115)	(71.023)	(62.448)	(62.448)
Total	**57.194**	**65.528**	**62.694**	**65.602**
Saldo em 31 de dezembro	**57.194**	**65.528**	**62.694**	**65.602**

A movimentação dos juros a apropriar está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro	28.630	28.630	7.111	7.111
Vendas	117.821	117.821	58.439	58.439
Cancelamentos	(31.625)	(31.625)	(7.111)	(7.111)
Recebimentos	(65.903)	(65.903)	(29.809)	(29.809)
Total	**48.923**	**48.923**	**28.630**	**28.630**

Partes relacionadas: A Companhia mantém transações em condições específicas com partes relacionadas as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação: **a) Contas a pagar operacional com partes relacionadas**

Partes Relacionadas	2023		2022	
Passivo Circulante	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Contrato de mútuo (i)	31.452	31.452	80.108	80.108
Repasse Intercompany (ii)	170.604	170.604	116.123	116.123
Outros Repasses (iii)	4.147	4.147	3.754	3.754
Securitizadora (iv)	-	-	18.041	-
	206.203	**206.203**	**218.026**	**199.985**
Passivo Não Circulante				
Repasse Intercompany (ii)	14.848	14.848	4.190	4.190
	14.848	**14.848**	**4.190**	**4.190**
Total	**221.051**	**221.051**	**222.216**	**204.175**

(i) Captação de Mútuo R$ 29.814 sendo um de USD 6M atualizado ao IGPM 8,477% data de aquisição 18/07/2023 com vencimento em um ano sendo em 17/07/2024 com a Travel Reservations S.R.L e o outro no valor de USD 239.5 mil atualizado ao IGPM de 8,89% data de aquisição 01/06/2023 com vencimento em um ano sendo em 30/06/2024, com a Despegar.com.AR. **(ii)** Refere-se aos valores a repassar à Decolar referente aos serviços de intermediação de vendas. **(iii)** Refere-se a outros valores a repassar à Decolar referente a outros serviços prestados como, ações de marketing, programas de pontos e licenças de software. **(iv)** Carteira cedida para a securitizadora, na consolidação o saldo é eliminado, da controladora da Koin. Não apresenta saldos em 31/12/2023 por ter sido liquidada durante o exercício. **b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados em 2023 foi de R$ 2.937 (em 2022 foi R$ 8.087). Em 2023 a companhia passou por uma restruturação na administração com objetivo de ter maior eficiência.

8. Imobilizado	**Equipamentos de Telecomunicação**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Computadores e Periféricos**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3	84	1	442	**530**
Aquisição	-	-	-	677	**677**
Depreciação	(2)	(12)	(1)	(207)	**(222)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**72**	**-**	**912**	**985**
Custo total	4	126	2	1.317	**1.449**
Depreciação acumulada	(3)	(54)	(2)	(405)	**(464)**
Valor residual	**1**	**72**	**-**	**912**	**985**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	72	-	912	**985**
Aquisição	6	-	2	358	**366**
Depreciação	(2)	(13)	(1)	(303)	**(319)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5**	**59**	**1**	**967**	**1.032**
Custo total	10	126	4	1.675	**1.815**
Depreciação acumulada	(5)	(67)	(3)	(708)	**(783)**
Valor Residual	**5**	**59**	**1**	**967**	**1.032**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: equipamentos de comunicações - 10%, móveis e utensílios - 10%, máquinas e equipamentos - 10%, computadores e periféricos -20%.

9. Intangível	**Software**	**Marca**	**Desenvolvimento de Produtos**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	287	754	-	**1.041**
Aquisição (i)	-	-	11.727	**11.727**
Amortização acumulada	**(287)**	**-**	**-**	**(287)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**754**	**11.727**	**12.481**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	754	11.727	**12.481**
Aquisição (ii)	-	-	11.834	**11.834**
Amortização acumulada (iii)	**-**	**-**	**(2.501)**	**(2.501)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**754**	**21.060**	**21.814**

(i) A Companhia adquiriu a marca Koin já registrada no México por um terceiro. Os custos relacionados foram registrados em marcas e patentes. **(ii)** Durante o ano de 2023 a Companhia realizou o desenvolvimento de diversos produtos e projetos que visam o benefício econômico futuro para a Companhia em diferentes frentes de atuação como: aumento de volume transacionado, exploração de novas fontes de receitas e atuação com novos tipos de públicos e mercados. O valor se refere a todo custo relacionado com os profissionais envolvidos nos desenvolvimentos de cada desenvolvimento executado. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 3 anos. **(iii)** Para amortização de Software utiliza-se a taxa de 20% a.a.

10. Securitização	2023		2022	
Instrumentos Financeiros	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Debêntures (i)	-	-	(5.277)	(2)
Investimentos Securitização	-	-	1.308	-
Cotas de fundo de investimento K-FIDC (ii)	34.948	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	4.431	-	-
Renda Fixa	-	15.499	-	-
Total	**34.948**	**19.930**	**(3.968)**	**(2)**

(i) As cessões de carteira para a Vert-Koin foram descontinuadas em outubro de 2023 com o fim da amortização das parcelas restantes na carteira. O resultado com a operação foi positivo por um montante de R$ 3.539 e está registrado na conta de Receitas Financeiras na DRE. **(ii)** Em 2023 a Companhia lançou o fundo de investimento em direitos creditórios K-FIDC como alternativa ao instrumento de Securitização da Vert-Koin findo em 2022. O fundo K-FIDC conta com cotas sêniores e juniores sendo que as últimas são propriedade da Koin e ficam com o risco de crédito, e as sêniores foram integralmente vendidas a investidores do mercado de capitais. **11. Arrendamentos:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Balanço	2023		2022	
Ativos de direito de uso	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Edificações	2.221	2.221	404	404
Passivos de arrendamento				
Circulante	(311)	(311)	(605)	(605)
Não circulante	(1.969)	(1.969)	(56)	(56)
Total	**(2.280)**	**(2.280)**	**1.056**	**1.056**

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2023		2022	
Resultado	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas - encargo total de depreciação)	(439)	(439)	(450)	(450)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(90)	(90)	(205)	(205)
Total	**(529)**	**(529)**	**(655)**	**(655)**

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2023		2022	
Ativos de direito de uso	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro	404	404	753	753
Ajustes por remensuração (i)	2.256	2.256	101	101
Despesa de depreciação	(439)	(439)	(450)	(450)
Saldo de direito de uso em 31 de dezembro	2.221	2.221	404	404

(i) Referente a atualização de contrato de aluguel conforme CPC 06.

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2023		2022	
Passivos de arrendamento	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1 de janeiro	661	661	1.056	1.056
Ajustes por remensuração (i)	2.256	2.256	101	101
Juros provisionados	90	90	205	205
Pagamentos	(726)	(726)	(701)	(701)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	**2.280**	**2.280**	**661**	**661**

(i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia renegociou o contrato de aluguel em 2020 e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma CPC 06 (R2) - "Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", a Companhia adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos. A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. Para o ano de 2023 nenhum fato relevante foi adicionado referente a item em específico.

Maturidade dos contratos	2023		2022	
Vencimento das prestações	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Menos de 1 ano	311	311	605	605
Entre 1 e 2 anos	1.969	1.969	56	56
	2.280	**2.280**	**661**	**661**
Saldo em 31 de dezembro	**2.280**	**2.280**	**661**	**661**

12. Empréstimos e Financiamentos	2023		2022	
(a)	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro	20.754	20.754	21.257	21.257
Pagamentos	(6.416)	(6.416)	(3.928)	(3.928)
Juros	3.156	3.156	3.425	3.425
Saldo em 31 de dezembro	**17.494**	**17.494**	**20.754**	**20.754**
Empréstimos Bancários				
Circulante	6.517	6.517	5.882	5.882
Não Circulante	10.977	10.977	14.872	14.872
Saldo em 31 de dezembro	**17.494**	**17.494**	**20.755**	**20.754**

Em 2020, a Companhia reestruturou seus empréstimos e alongou o prazo da dívida. O empréstimo bancário em reais tem vencimento até Novembro de 2026, a taxa de 4% a.a. + CDI-DI. O contrato possui cláusulas restritivas ("covenants") que podem requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento. Os covenants principais são: **a)** Restrições em novas captações/mútuos com terceiros em prazo inferior ao prazo médio do presente empréstimo: **(i)** para valores entre R$ 50 milhões e R$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar à cédula de empréstimo, uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 50% do seu saldo devedor atualizado ou, alternativamente, constituir novo devedor solidário; e, **(ii)** para valores acima de R$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar a cédula de empréstimo uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 100% do seu saldo devedor atualizado e, adicionalmente, constituir novo devedor solidário. **(iii)** para novas captações/ mútuos com terceiros com prazo médio superior ao atual empréstimo em pelo menos 1 (um) ano tais limitações não são aplicáveis. **(iv)** os limites dos pontos (i) e (ii) podem ser revistos trimestralmente mediante acordo entre as partes, com a apresentação dos resultados da Companhia. **(v)** ficam excluídas do conceito de novas captações/ mútuos as operações de FIDC - Fundo de apresentação de parecer de auditoria externa atestando que tais operações não devem ser classificadas como dívida. **(vi)** Os valores de mútuos com partes relacionadas estão discriminados na Nota 7 referentes ao passivo financeiro com partes relacionadas. Não houve quebra de covenants durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **b)** pagamento de dividendos restrito a 25% do lucro líquido, desde que os demais covenants sejam cumpridos.

(b)

Cálculo fair value	**Moeda**	**Fluxo de caixa valor justo**
Itaú 17,2 MM CDI + 4%	Reais	20.644
Itaú 3 MM CDI + 4%	Reais	3.671

13. Fornecedores	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Fornecedores em moeda local	1.484	1.484	3.645	3.645
Fornecedores estrangeiros	109	109	81	81
Total	**1.593**	**1.593**	**3.727**	**3.726**

14. Outras contas a pagar	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Outros Contas a Pagar Circulante				
Adiantamento de clientes	5.060	295	3.227	1.144
Valores a repassar (i)	56.199	4.707	8.320	8.320
	61.259	**5.002**	**11.547**	**9.464**
Outros Contas a Pagar Não Circulante				
Incentivos parcerias (ii)	5.247	5.247	5.247	5.247
Valores a repassar	64	64	-	-
	5.311	**5.311**	**5.247**	**5.247**
Total	**66.570**	**10.313**	**16.794**	**14.711**

(i) Inclui R$ 51.933 correspondentes à carteira do FIDC. **(ii)** Incentivo Sing-in Bônus Mastercard. No mês de outubro de 2022 a Koin lançou um novo produto de BNPL (Buy Now Pay Later - Compre Agora Pague Depois) em parceria com a Mastercard. Como forma de incentivo deste novo produto a Mastercard forneceu de forma antecipada um bônus de assinatura de contrato no valor de R$ 5.247, como um adiantamento para a Koin atingir pelo menos 60% do volume regional acordado dentro do contrato de parceria entre as partes. Este valor será apropriado à receita conforme as apurações periódicas acordada em contrato. Até o fim do exercício de 2023 não houve nenhuma apropriação.

15. Contas a Pagar	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Contas a pagar (i)	95	95	3	24.039
Total	**95**	**95**	**3**	**24.039**

(i) Inclui R$ 24.036 a repassar ao investidor da debênture.

16. Salários e encargos sociais	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Salários e ordenados a pagar	-	-	1	1
Outros valores a pagar	-	-	4	4
INSS a recolher	756	756	1.225	1.225
FGTS a recolher	271	271	278	278
IRRF sobre salário a recolher	691	691	403	403
Pensões a repassar	1	1	-	-
Emprest. Consignados a repassar	41	41	32	32
Bônus a pagar	16	16	20	20
Provisão para bônus	2.476	2.476	8.862	8.862
Provisão para férias	4.063	4.063	3.955	3.955
Total	**8.315**	**8.315**	**14.780**	**14.780**

17. Provisão para contingências: a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Contingências cíveis (i)	793	793	474	474

(i) Referem-se basicamente às ações por danos morais e materiais, movidas por clientes, sendo que algumas destas causas pode ter tido depósitos judiciais os quais estão devidamente registados no ativo.

b) A movimentação da provisão no exercício está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro	474	474	137	137
Novas Causas	319	319	708	708
Reversões	-	-	(371)	(371)
Saldo em 31 de dezembro	**793**	**793**	**474**	**474**

c) Perdas possíveis não provisionadas: A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no valor de R$ 130 em 2022 e de R$ R$ 134 em 2023, para os quais a Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão. A companhia não tem contingências fiscais e nem trabalhistas.

18. Tributos a recuperar e a recolher	2023		2022	
Tributos a Recuperar e a Recolher	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Imposto de renda retido na fonte a recuperar	1.954	1.954	757	757
COFINS a recuperar	745	745	124	124
Outros	979	979	307	307
Total Impostos a Recuperar	**3.678**	**3.678**	**1.188**	**1.188**
Parcelamento impostos (i)	1.283	1.283	2.487	2.487
Imposto de renda retido na fonte a recolher	51	51	244	244
Contribuição social retida na fonte a recolher	-	-	-	3
IOF a recolher	-	-	5	5
PIS/ COFINS a recolher	502	502	382	382
Imposto sobre serviços a recolher	334	334	163	163
Outros Impostos	120	120	318	318
Total Impostos a Recolher	**2.290**	**2.290**	**3.599**	**3.602**
Impostos a pagar circulante	**1.955**	**1.955**	**2.413**	**2.416**
Impostos a pagar não circulante	**335**	**335**	**1.186**	**1.186**

(i) A Companhia possui diversos parcelamentos classificados conforme quadro a seguir:

	2023		2022	
Parcelamentos	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
COFINS	79	79	135	135
CSRF	7	7	20	20
INSS	939	939	1.921	1.921
IRRF	258	258	407	407
PIS	-	-	4	4
Total Parcelamentos	**1.283**	**1.283**	**2.487**	**2.487**

Refere-se a parcelamentos de impostos e contribuições que estavam em atraso de 2018 a 2021, os quais, em sua maioria, foram parcelados em 60 vezes com o término em 2025. São amortizados mensalmente e ajustados a taxa Selic. **19. Imposto de renda e contribuição social:** Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados observando o regime de lucro real. A Companhia não obteve lucro fiscal e por isso não apurou imposto de renda e contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.032)	(27.032)	(96.479)	(96.479)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas previstas na legislação	9.191	9.191	32.803	32.803
Adições permanentes, líquidas	(2.669)	(2.669)	(1.434)	(1.434)
Adições temporárias para as quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	2.649	2.649	(22.473)	(22.473)
Base negativa cujo diferimento foi desconsiderado por falta expectativa de realização	(9.171)	(9.171)	(8.895)	(8.895)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-

Com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e considerando os estudos técnicos internos sobre a expectativa de realização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa, a Companhia de forma conservadora optou por não realizar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social, além de despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável, não registradas no ativo, no montante de R$ 9.171 (individual e consolidado) e (R$ 8.895 em 2022) para imposto de renda e para contribuição social, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui diferenças temporárias referentes principalmente as adições decorrentes a provisões de devedores duvidosos, para quais conforme prática atual, nenhum imposto diferido foi reconhecido. O montante total é de R$ 2.649 (individual e consolidado) e (R$ 22.473) em 2022. **20. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado, dividido em 113.675.432 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado dividido em 33.144.663 ações com valor nominal de R$ 1 cada.

	2023	2022
	Individual	**Individual**
Dfinance Holding Ltda.	113.675.433	34.144.663
Koin LLC	-	-
Total	**113.675.433**	**34.144.663**

Em 31 de janeiro de 2022, a Dfinance Holding Ltda. comprou a totalidade de ações da Companhia detidas pela antiga acionista Koin LLC, mediante Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, passando a deter 34.144.663 ações. A administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 79.531, com emissão de 79.530.770 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas pela Dfinance Holding Ltda., em razão desta deliberação o valor do capital da companhia passou de R$ 34.145 para R$ 113.675, dividido em 113.675.432 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Durante o ano 2023 a companhia lançou uma operação de FIDC cujo valor de cotas sênior vendidas a investidores do mercado de capitais foi de R$ 36.540, este montante aparece como Participação de Não Controladores na versão Consolidada das Demonstrações Financeiras.

21. Receita de vendas e serviços: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Vendas brutas de intermediação	88.551	88.551	44.100	44.100
Devoluções / cancelamentos	(3.156)	(3.156)	(2.322)	(2.322)
Impostos sobre vendas	(11.162)	(11.162)	(5.728)	(5.728)
Receita Líquida	**74.233**	**74.233**	**36.050**	**36.050**

22. Custo das vendas e serviços e despesas gerais e administrativas

	2023		2022	
Custos	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Comissões administrativas	(348)	(348)	(320)	(320)
Consultas de dados de clientes - Bureau	(6.182)	(6.182)	(4.983)	(4.983)
Payments e Antifraude	(645)	(645)	(1.320)	(1.320)
Reembolso de Chargebacks	(12.859)	(12.859)	(7.812)	(7.812)
Provisões por Fraudes e Erros	(2.977)	(2.977)	-	-
Total dos custos das vendas e serviços	**(23.009)**	**(23.009)**	**(14.435)**	**(14.435)**
Despesas comerciais				
Despesas com propaganda e publicidade	(90)	(90)	(2.821)	(2.821)
Despesas com feiras e exposições	(183)	(183)	(52)	(52)
Campanhas de incentivo	(45)	(45)	(19)	(19)
Outras despesas	(34)	(34)	(6)	(6)
Total das despesas comerciais	**(352)**	**(352)**	**(2.898)**	**(2.898)**
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com salários e ordenados	(26.160)	(26.160)	(31.229)	(31.229)
Despesas com benefícios	(4.137)	(4.137)	4.373	4.373
Impostos e contribuições sobre folha	(11.209)	(11.209)	(10.836)	(10.836)
Despesas com provisões (i)	(1.044)	(1.044)	(9.059)	(9.059)
Despesas de ocupação	(787)	(787)	(480)	(480)
Despesas com consultoria e assessoria	(5.138)	(5.332)	(6.314)	(6.449)
Despesas com tecnologia	(5.851)	(5.851)	(5.601)	(5.601)
Provisão créditos de liq. duvidosa	5.503	76	(51.196)	(54.102)
Despesas tributárias	(2.511)	(2.548)	(1.679)	(1.686)
Despesas legais e judiciais	(1.286)	(1.286)	(914)	(954)
Despesas com depreciação	(315)	(315)	(222)	(222)
Despesas com amortização	-	-	(287)	(287)
Depreciação dos ativos de direito de uso	(2.940)	(2.940)	(349)	(349)
Reavaliação de arrendamentos	-	-	(101)	(101)
Provisão para contingências	(319)	(319)	(337)	(337)
Despesas com outros serviços tomados	(852)	(2.014)	(1.532)	(1.562)
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	(58)	-	(70)
Serviços bancários	-	(44)	-	(92)
Perda em Operações de Crédito	(66.545)	(66.545)	(15.896)	15.896)
Outras despesas	1.145	1.145	(29)	(29)
Total das despesas gerais e administrativas	**(122.447)**	**(129.369)**	**(131.690)**	**(134.970)**
Despesas de captação				
Gestão de carteira	-	(380)	-	(117)
Comissão e estruturação	-	(339)	-	(58)
Agente fiduciário	-	(30)	-	(76)
Agente custodiante	-	(178)	-	(20)
Total das despesas de captação	**-**	**(927)**	**-**	**(271)**

(i) Trata-se de obrigações trabalhistas, e o valor está relacionado a provisões de bônus.

23. Receitas e despesas financeiras	2023		2022	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Ganhos cambiais	6.195	6.195	1.369	1.369
Receitas de juros	51.143	63.698	24.603	29.779
Outras receitas financeiras	2	2	8	8
Total das receitas financeiras	**57.340**	**69.895**	**25.980**	**31.156**
Despesas com juros	(8.347)	(7.895)	(1.295)	(1.295)
Juros sobre debêntures emitidas	-	(975)	-	(2.933)
Despesas fianças bancárias	(129)	(129)	(645)	(645)
Despesas com juros de empréstimos	(3.155)	(3.155)	(3.425)	(3.425)
Despesas com juros de arrendamento	(90)	(90)	(205)	(205)
Despesas com juros de impostos	(175)	(175)	(190)	(190)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(640)	(640)	(592)	(592)
Perdas cambiais	(229)	(229)	(1.803)	(1.803)
Resultado investimento securitização	-	-	-	-
Despesas com instrumentos financeiros	(17)	(4.200)	(1.309)	
Outras despesas financeiras	(15)	(15)	(24)	(24)
Total das despesas financeiras	**(12.797)**	**(17.503)**	**(9.488)**	**(11.112)**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**44.543**	**52.393**	**16.492**	**20.044**

24. Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas: Em 25 de março de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o "Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas" que tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, com a outorga de direito de recebimento, a título não oneroso, de ações de emissão da Companhia, em termos e condições específicas. A Companhia concederá aos elegíveis uma quantidade de Unidades de Ação Restrita estipulada individualmente. Cada Unidade de Ação Restrita representa um direito não capitalizado, não garantido, de receber o valor monetário equivalente a uma ação, sujeito aos termos estipulados no plano. A destinação do saldo provisionado para a transferência das Ações Restritas para os participantes se deu em 01/12/2023. Os participantes não terão quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas, em especial, o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas. Os elegíveis são pessoas consideradas estratégicas para a Companhia, cuja retenção seja considerada parte estratégica para atingimento dos planos de crescimentos, estando limitados aos cargos de diretores e gerentes. Cumprida as exigências especificadas no plano, a Companhia deverá entregar aos elegíveis, assim que razoavelmente praticável e, em qualquer caso, dentro de dois meses e meio, em seguida à data de exercício ao vesting aplicável, uma ação para cada Unidade de Ação Restrita que se tornar adquirida sendo a Ação Restrita cancelada mediante tal entrega. As Unidades de Ação Restritas poderão ser objeto de vesting na respectiva Data de Vesting: 01 de dezembro de 2023, observando-se as seguintes disposições (a Exigência para o Vesting): **a)** Estar vigente o vínculo contratual entre o elegível e a Companhia no vesting; **b)** O exercício do direito pelo vesting será automático, se ocorrer, alternativamente uma das seguintes hipóteses: (i) a Oferta Pública de Ações (OPA), (ii) Rodada de Investimentos (Financial Roadshow) devidamente concluída e concretizada com o devido aporte financeiro pelo(s) novo(s) investidor(es), (iii) a mudança do controle acionário da Companhia antes do vesting, entendendo-se como tal mudança não somente a alteração do controle acionário, como também e cumulativamente, a alteração da administração da Companhia pelo Controlador; ou, ainda, (iv) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária. **c)** Os elegíveis poderão converter a sua participação em recursos financeiros, por meio de venda de suas participações, observando-se os percentuais e período abaixo, sendo certo haver cumulatividade entre períodos, bem como ser necessário que a Companhia tenha alcançado o respectivo Plano de EBITDA do ano anterior, segundo a metodologia de cálculo: EBITDA nominal: • 25% em fevereiro de 2024; • 25% em fevereiro de 2025; • 25% em fevereiro de 2026; • 25% em fevereiro de 2027. A Companhia efetuou o valuation para precificar as ações, sendo que cada contrato terá participação de um percentual específico deste montante (R$ 136.6 milhões), que passou a ser provisionado por 26 meses a partir de novembro de 2021, sendo o valor total provisionado em 2021 de R$ 840. Em 2022 houve atualização no valuation da companhia para (R$ 79.900 milhões), pois houve mudança relevante no número de ações RSU oferecidas pelo plano. O valor total provisionado em 2022 foi de R$ 5.169, a variação é decorrente de correções do prazo contratual de cada participação e adiciona-se a provisão dos impostos que corresponde a R$1.334 do total provisionado. O valor total provisionado em 2023 é de R$ 7.298 o qual foi integralmente transferido para a conta de Reserva de Ações Futuras.

DIRETORIA: **Nicolas Obejero -** Diretor - CPF: 244.988.548-02 | **Daniel Lozano Garcia -** Diretor Financeiro - CPF: 231.543.978-76 | **Renata Gallego Dias -** Contadora - CRC 1SP259810 - CPF: 278.280.808-75

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos

continua ...

...continuação

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 134.574 mil (R$ 63.086 mil no consolidado). Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase:** Chamamos atenção para as Notas 1.4 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nestas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de julho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Daniel Naves Marteletto - Contador CRC 1MG105346/O-2

CAF - BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF Nº 02.430.238/0001-82 - NIRE 35.300.154.479

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2025.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho de 2025, às 10:00 horas, na Rua Tabapuã, nº 81, 7º andar, cj 71, Itaim Bibi, CEP.: 04533-901, São Paulo/SP, reuniram-se os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia: **(i) Construcciones Y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A.**, CNPJ/MF nº 05.710.258/0001-03, Companhia Anônima Organizada e existente sob as leis da Espanha, com sede e foro na cidade de Beasain, província de Guipúzcoa, na Rua José Miguel Iturrioz, nº 26, neste ato representada por seu procurador, **Sr. Alessandre Edo Toso**, brasileiro, RG nº 20.541.199-X SSP/SP, CPF/MF nº 167.779.068-78, residente em São Paulo/SP, na Rua Tabapuã, nº 81, 7º andar, cj 71, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04533-010; e **(ii) CAF Diversified Business Development, S.A.**, CNPJ/MF nº 05.542.324/0001-75, Companhia anônima organizada e existente sob as leis da Espanha, com sede e foro na cidade de Beasain, província de Guipúzcoa, na Rua José Miguel Iturrioz, nº 26, neste ato representada por seu procurador, **Sr. José Rogério Lima de Araújo**, brasileiro, advogado, (OAB/SP) nº 149.578 e CPF/MF nº 175.976.708-50, com escritório na Avenida Angélica nº 688, conj. 401, Higienópolis, CEP: 1228-00. Observada à presença da totalidade dos acionistas e dispensada a convocação prévia pela imprensa facultada pelo §4º, artigo 124 da Lei nº 6.404/76, foi convidado para Presidente da mesa o **Sr. Alessandre Edo Toso** que, para secretariar a reunião, convidou a mim, **Fillipe Augusto dos Santos**, brasileiro, RG nº 43.516.307-3 SSP/SP e CPF/MF nº 419.048.578-09, para, após verificada a regularidade de instalação da sessão, deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a) AGE: (i)** Deliberar sobre a abertura de uma filial localizada no Estado de São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, n° 1330, PARTE, Jardim São Luis, CEP: 05802-140. **1. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos: AGE: (i)** A abertura de uma Filial da Companhia, localizada no Estado de São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, n° 1330, PARTE, Jardim São Luis, CEP: 05802-140. Em face das deliberações acima, o Artigo 2° do Estatuto Social passa a viger com a seguinte redação: ***"Capítulo I Da Denominação, Sede, Objeto e Duração Artigo 1º –** Sob a denominação de CAF - Brasil Indústria e Comércio S.A., fica constituída uma Companhia Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. **Artigo 2º** - A Companhia terá sua sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.430.238/0001-82, na Rua Tabapuã, nº 81, 7º andar, Conj. 71 Itaim Bibi, CEP.: 04533-010, podendo abrir filiais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria. §1º: A Companhia possui filial na Cidade de São Paulo/SP, CNPJ/ME sob o nº 02.430.238/0004-25, situada na Rua Bresser, s/n, Abrigo Engenheiro São Paulo, Edifício 2, Parte 1 - Brás, CEP.: 03053-000. §3º: A Companhia possui filial na Cidade de Hortolândia/SP, CNPJ/ME nº 02.430.238/0006-97, situada na Avenida Ytamaraka, n°1, Gleba A - Sítio Sant'ana, Boa Vista, CEP.: 13184-852. §4º: A companhia possui filial localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, CNPJ/ME n° 02.430.238/0010-73, na Rua São José, nº 860 - Cavaleiro, CEP.: 54210-570. §5º: A companhia possui filial localizada na Cidade de Cuiabá/MT, CNPJ/ME n° 02.430.238/0011-54, na Avenida Miguel Sutil, nº 8000, Salas 1406 e 1407, Edifício Santa Rosa Tower, Jardim Mariana, CEP.: 78040-400. §6º: A companhia possui filial localizada no município de Belo Horizonte/MG, CNPJ/ME n° 02.430.238/0013-16, na Avenida Risoleta Neves, nº 570, Providência, CEP.: 31814-463. §7º: A companhia possui filial localizada no Estado de São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, n° 1330, Parte, Jardim São Luis, CEP: 05802-140.* **(ii)** Permanecem inalterados os dispositivos estatutários, não alterados nesta assembleia; **(iii)** As acionistas acordam em manter na presente Ata a versão vigente consolidada do Estatuto da CAF - Brasil Indústria e Comércio, S.A., a qual se transcreve integralmente no Anexo I da presente Ata. Posteriormente foi dada a palavra aos presentes na Assembleia, a quem dela quisesse fazer uso; não tendo ninguém se manifestado, foi encerrada a ordem do dia. **2. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata** - Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a Ata, em livro próprio, aprovada por todos os Acionistas presentes. Acionistas presentes: **Construcciones Y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A.** p.p. Sr. Alessandre Edo Toso; **CAF Diversified Business Development, S.A.**, p.p. José Rogério Lima de Araújo**.** Diretor presente: Sr. Alessandre Edo Toso (Diretor Econômico-Financeiro). Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Alessandre Edo Toso** - Presidente; **Fillipe Augusto dos Santos** - Secretário. **JUCESP** NIRE Filial n° 3590688490-9, **JUCESP** Registro n° 255.993/25-0 em 25/07/2025, Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral. **Anexo I Ratificação e Consolidação do Estatuto Social da CAF - Brasil Indústria e Comércio S.A. Consolidado Conforme AGO e AGE de 16/05/2024. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração Artigo 1º -** Sob a denominação de CAF - Brasil Indústria e Comércio S.A., fica constituída uma Companhia Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. **Artigo 2º -** A Companhia terá sua sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 02.430.238/0001-82, na Rua Tabapuã, nº 81, 7º andar, Conj. 71 Itaim Bibi, CEP.: 04533-010, podendo abrir filiais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria. **§1º:** A Companhia possui filial na Cidade de São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 02.430.238/0004-25, na Rua Bresser, s/n, Abrigo Engenheiro São Paulo, Edifício 2, Parte 1 - Brás, CEP.: 03053-000. **§3º:** A Companhia possui filial na Cidade de Hortolândia/SP, CNPJ/ME nº 02.430.238/0006-97, na Avenida Ytamaraka, n°1, Gleba A - Sítio Sant'ana, Boa Vista, CEP.: 13184-852. **§4º:** A companhia possui filial localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, CNPJ/ME n° 02.430.238/0010-73, situada na Rua São José, nº 860 - Cavaleiro, CEP.: 54210-570. **§5º:** A companhia possui filial localizada na Cidade de Cuiabá/MT, CNPJ/ME sob o n° 02.430.238/0011-54, situada na Avenida Miguel Sutil, nº 8000, Salas 1406 e 1407, Edifício Santa Rosa Tower, Jardim Mariana, CEP.: 78040-400. **§6º:** A companhia possui filial localizada no município de Belo Horizonte/MG, CNPJ/ME sob o n° 02.430.238/0013-16, situada na Avenida Risoleta Neves, nº 570, Providência, CEP.: 31814-463. **§7º:** A companhia possui filial localizada no Estado de São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, n° 1330, Parte, Jardim São Luis, CEP: 05802-140. **Artigo 3º** - O objeto da Companhia será: **(i)** Fabricação, construção, industrialização, transformação, reparação, manutenção, instalação, montagem, modernização, compra, venda, aquisição, alienação, importação e exportação, transmissão, cessão, distribuição, arrendamento, projetos, exploração ou qualquer outra forma de comercialização: (i.1) de todo e qualquer tipo de trem, locomotiva, vagão, veículos, ferroviários e metroviários em geral; (i.2) de todo tipo de componentes, elementos, peças, acessórios, equipamentos, materiais fixos ou móveis e bens destinados a realização de atividade de transporte e mobilidade de qualquer tipo, inclusive simuladores (cabine e sistemas de informática para treinamento de condutores); (i.3) de todo tipo de comissionamento, integrações, sistemas e operação de sistemas ferroviários e metroferroviários em geral, bem como de seus componentes, inclusive sinalização e componentes; (i.4) de todo tipo de produtos, bens e elementos próprios das indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, plásticas, de caldeiraria e carpintaria; (i.5) de todo tipo de maquinário industrial, máquinas-ferramentas, maquinário de obras públicas; (i.6) de todo tipo de produtos, bens e elementos relacionados a atividade e as indústrias elétricas, eletrônicas de informática e de defesa; (i.7) de todo tipo de elementos, e bens materiais que tenham o caráter de auxiliares, complementares ou derivados das atividades compreendidas nos parágrafos anteriores. (ii) Prestação de serviços de todos os tipos e, em geral os de estudo, assessoria, engenharia, treinamentos; (iii) A realização de todos os tipos de atividades industriais, comerciais financeiras, de serviços que tenham relação direta ou indireta com as atividades descritas nos itens anteriores; (iv) A participação em outras Companhias, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; (v) Aquisição, a qualquer título, de direitos para exploração, desenvolvimento, operação, administração, de empresas comerciais ou industriais, incluindo todo tipo de fábrica, planta, armazém e negócios em geral; (vi) Representação de terceiros, como agente comercial, representante, distribuidor, agente mediador, relativo a todo e qualquer tipo de bens e produtos; (vii) Aquisição, a qualquer título, de direitos sobre marcas e patentes, desenhos e modelos industriais, nomes comerciais, bem como prestação de serviços e assistência técnica relativa aos conceitos deste inciso; (viii) Prestação de serviços, assessoria comercial e assistência técnica dentro e fora do território nacional para todo e qualquer tipo de trem, locomotiva, vagão, veículos ferroviários em geral, bem como de seus componentes, peças, acessórios e equipamentos; (ix) Prestação de serviços de locação por conta própria ou por conta de terceiros; e (x) Prestação de serviços de construção, recomposição, recuperação, manutenção preventiva, preditiva ou corretiva de infraestrutura de vias permanente de tráfego ferroviário, metroferroviario ou rodoviário. **Artigo 4º** - A Companhia terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações Artigo 5º** – O Capital Social é de R$32.000.000,00, dividido em 32.000.000 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada uma, conforme a seguinte composição**:** R$311.882,00, correspondentes a 311.882 ações, pertencentes à acionista Construcciones Y Auxiliar de Ferrocarriles S.A; e R$31.688.118,00, correspondentes a 31.688.118 ações, pertencentes à acionista Caf Diversified Business Development, S.A: ***Acionistas: Número de Ações: Preço de Emissão R$: % De Participação:** Construcciones Y Auxiliar de FerrocarrilesS.A.: 311.882, 311.882,00, 0.9746321049302182; Caf Diversified Business De-velopment,S.A.: 31.688.118, 31.688.118,00, 99.0253678950697, **Total: 32.000.000, 32.000.000,00, 100.*** **§1°:** As ações poderão ser representadas por certificados, assinados por 2 diretores em exercício, podendo haver certificado múltiplo de ações. **§2°:** Adotado o sistema de emissão de certificados para representar as ações, fica estabelecido que as ações ordinárias serão sempre nominativas. **§3°:** Caberá ao Conselho de Administração, se houver, autorizar a manutenção das ações ordinárias em conta de depósito na instituição financeira que designar. **§4°:** Os acionistas terão direito de preferência para a subscrição do aumento de Capital Social, na proporção do número total de ações que possuírem. Tal direito deverá ser exercido no prazo de 30 dias a contar da primeira publicação da deliberação do aumento. Não sendo observado o prazo, o acionista decairá nesse direito. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Da Administração da Companhia** ***Artigo 7º** - A Companhia será administrada por 2 membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Assembleia Geral, na forma da lei, para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição, sendo 1 Diretor Econômico-Financeiro e 1 Diretor, observados as atribuições e poderes indicados no artigo 9º a seguir. **§1°:** Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, assinada pelo respectivo Diretor. **§2°:** Os Diretores poderão receber uma remuneração, a título de honorários ou pró-labore, a ser fixada pela Assembleia Geral. **Artigo 8º** - Ocorrendo vacância do cargo de Diretor da Companhia, o substituto, acionista ou não, será designado pelos demais Diretores, servindo até o término do mandato do Diretor substituído. **Artigo 9º** - Além das prerrogativas gerais atribuídas, competirá aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto Social:* **(i)** ao **Diretor Econômico-Financeiro**: **(a)** Representar, isoladamente, a Companhia, em juízo ou fora dele, em todos os tribunais, ordinários ou especiais, em todas as instâncias, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e Administrações públicas federais, estaduais e municipais, autarquias da administração pública direta ou indireta, empresas públicas e privadas em geral, inclusive perante bancos e instituições financeiras, podendo assinar, isoladamente, escrituras de qualquer natureza, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que exonerem a Companhia de obrigações com terceiros; assinar isoladamente letras e contratos de câmbio, cheques, ordens de pagamento, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da Companhia, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentação bancária, assinar, enfim, todos os papéis de interesse social, inclusive emitir cheques, até o limite de R$ 200.000,00 por ato ou contrato, exceto atos relacionados às movimentações/operações bancárias, que não terão limite de valor; **(b)** Isoladamente, outorgar procurações com cláusula "*ad judicia*", para representação da Companhia nas esferas judicial e administrativa junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sempre mediante a autorização expressa das acionistas detentoras da maioria do Capital Social, por carta, e-mail ou fac-símile **(c)** Isoladamente, outorgar procurações "*ad negotia*" aos agentes aduaneiros, sempre mediante autorização expressa das acionistas detentoras da maioria do Capital Social, por carta, e-mail ou fac-símile; receber citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais. **(ii) ao Diretor**: **(a)** Representar, isoladamente, a Companhia, em licitações públicas e privadas em geral no Brasil, em juízo ou fora dele, em todos os tribunais, ordinários ou especiais, em todas as instâncias, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e Administrações públicas federais, estaduais e municipais, autarquias da administração pública direta ou indireta, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas em geral, inclusive perante bancos e instituições financeiras. Podendo assinar contratos em geral, até o limite de R$36.000.000,00 por contrato; **(b)** Isoladamente, outorgar procurações "*ad negotia*" aos agentes aduaneiros, sempre mediante autorização expressa das acionistas detentoras da maioria do Capital Social, por carta, e-mail ou fac-símile. **(c)** Isoladamente outorgar procurações com cláusula "*ad judicia*", para representação da Companhia nas esferas judicial e administrativa junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sempre mediante, autorização expressa das acionistas detentoras da maioria do Capital Social, por carta, e-mail ou fac-símile; **(d)** Isoladamente outorgar procurações públicas ou privadas, para representação da Companhia em visitas técnicas e apresentação de dúvidas, esclarecimentos e perguntas referente aos Editais de licitações em geral no Brasil, sendo vedado a assinatura de qualquer compromisso, contrato e/ou aditivo contratual, e sempre mediante autorização expressa das acionistas detentoras da maioria do Capital Social, por carta, e-mail ou fac-símile. **§ Único:** Os atos a seguir relacionados deverão ser previamente submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia: **(i)** Aprovação do Plano Anual de Negócios que fixará as diretrizes internas da Companhia; **(ii)** Revisão e deliberação anual das contas e demonstrações financeiras preparadas pelos administradores da Companhia; **(iii)** Aprovação de incorporação, fusão, cisão, transformação, assim como a dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; **(iv)** Elaboração de propostas de aplicação dos resultados e divisão de dividendos, incluindo os dividendos percebidos como resultado do exercício; **(v)** Assinatura de contratos entre a Companhia e qualquer dos acionistas ou seus familiares; **(vi)** Prestação de fianças, avais, garantias ou qualquer outro ato em favor de terceiros em nome da Companhia; **(vii)** Outorga de procurações em nome da Companhia, as quais deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e terão período de validade indeterminado, salvo quando o documento expressamente o dispuser, contado a partir de sua outorga, com exceção daquelas com cláusulas "ad judicia" a advogados e "ad negotia" aos agentes aduaneiros, que poderão ser outorgadas pelos Diretores nos termos do Artigo 9º; **(viii)** Compra e venda de imóveis de qualquer natureza, prédios, terrenos, casas, apartamentos, independentemente do valor envolvido; **(ix)** Aquisição e venda de ações ou quotas, bem como qualquer tipo de investimento em outras Companhias; e **(x)** Pedido Judicial de Recuperação ou Falência. **Artigo 10º -** A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 11°** - A Diretoria reunir-se-á todas as vezes que for necessário ou conveniente, lavrando-se as atas de suas deliberações nos livros competentes. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal Artigo 12º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, o qual somente será instalado, pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, na forma da legislação vigente. **§1°:** No caso de sua instalação, a Assembleia Geral elegerá três membros efetivos a três suplentes, acionistas ou não, para comporem o Conselho Fiscal, o qual terá as atribuições definidas em lei. **§2°:** As remunerações dos membros do Conselho Fiscal serão fixadas pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 13º -** Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das funções que lhes são atribuídas em lei, perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V Da Assembleia Geral Artigo 14º -** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, dentro dos 4 primeiros meses após o término do exercício social, para discutir e deliberar sobre as contas da Diretoria, balanço e parecer do Conselho Fiscal, quando houver, relativos ao exercício findo, e eleger os membros da Diretoria, quando for o caso. **Artigo 15º -** A Assembleia Geral Extraordinária será convocada em todos os casos para os fins previstos em lei, além daqueles previstos neste Estatuto, especialmente os do artigo 9º, §2º. **Artigo 16º -** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor-Presidente ou pelo Diretor Econômico-Financeiro, que convidará para secretário um dos acionistas presentes e, no caso de ausência, por quem a Assembleia designar. **Capítulo VI Do Exercício Social, Lucros e sua Distribuição Artigo 17º -** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18º -** Os lucros líquidos do exercício, regularmente apurados no balanço geral levantado no término do exercício, feitas as necessárias deduções de amortizações e depreciações dos bens fixos e das provisões, serão assim distribuídos: **(i)** 5% para o fundo de Reserva Legal até atingir 20% do Capital Social; **(ii)** gratificação à Diretoria, satisfeito o disposto pelos artigos 152 e 202 da Lei nº 6.404/76; **(iii)** dividendos anuais nos termos fixados em Assembleia Geral, excluídos o valor constituído para o fundo de reserva legal e a gratificação à Diretoria. **§ Único:** A Companhia poderá levantar Balanços intermediários em períodos inferiores a um ano, inclusive mensalmente. Os lucros líquidos dos períodos inferiores ao exercício, regularmente apurados no balanço geral levantado no término do período, feitas as necessárias deduções de amortizações e depreciações dos bens fixos e das provisões, serão distribuídos entre reservas, remuneração de Diretores e dividendos aos acionistas, de acordo com o previsto no Artigo 18 do presente estatuto. **Capítulo VII Da Liquidação da Companhia Artigo 19º** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei e por determinação da Assembleia Geral. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral que decidir a liquidação determinará sua forma, elegendo os liquidantes e o Conselho Fiscal que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Capítulo VIII Disposições Gerais e Transitórias Artigo 21º -** As questões omissas neste estatuto serão decididas de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76 e demais leis em vigor. **Capítulo IX Da Cláusula de Desimpedimento Artigo 22º** - Para os efeitos do disposto no Inciso III do Artigo 38, da Lei nº. 4.726, de 13.07.1965, bem como do contido no Inciso IV do Artigo 53 do Decreto nº 1.800, de 30.01.1996 e dos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 147, da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976, com as alterações propostas pela lei 9.457, de 5 de maio de 1997, os acionistas, seus representantes legais e os diretores declaram, através deste instrumento, não estarem envolvidos em qualquer ação criminal ou violação legal que impeça o exercício, por qualquer deles, de atividade mercantil, firmando, todos, o presente instrumento e a declaração dele constante, cientes de que, em caso de sua comprovada falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, bem como os atos subsequentes, nela baseados, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos os que falsamente declararam seu desimpedimento.

Expansão do mercado de energia solar alerta sobre cuidados com equipamentos

Crescimento da utilização desta fonte de energia acende alerta sobre segurança na utilização. País já é o 4º maior mercado do mundo

O Brasil adicionou 18,9 gigawatts de potência fotovoltaica em 2024, consolidando-se como o quarto maior mercado de energia solar do mundo. Os dados são do relatório SolarPower Europe (2025-2029), que contou com a participação da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). O levantamento reforça o avanço das fontes renováveis e o surgimento de novos modelos de eficiência energética, como o Mercado Híbrido, que combina geração solar, mercado livre e armazenamento em baterias em uma única estratégia de gestão.

zstockphotos_CANVA

Entretanto, o rápido crescimento da energia solar no país também exige atenção redobrada à qualidade e segurança dos produtos utilizados nas instalações. Inversores, módulos fotovoltaicos, cabos, conectores e proteção contra arcos CC que compõem um sistema elétrico de alta potência, que, se não for avaliado e corretamente instalado, pode representar riscos de incêndio, choques elétricos e perda de eficiência.

A avaliação da conformidade de produtos fotovoltaicos, exigida pela Portaria nº 140/2022 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), requer dos fabricantes uma autodeclaração que assegura que o equipamento passou por testes rigorosos de desempenho e segurança elétrica antes de chegar ao consumidor. Esse processo de avaliação pode evoluir e passar a ter sua certificação mandatória, como demandado pelo mercado e é essencial para garantir a confiabilidade dos sistemas, proteger o investimento e promover a sustentabilidade do setor.

Segundo Marco Roque, vice-presidente de Produtos da Associação Brasileira de Infraestrutura da Qualidade (ABRIQ), o uso de equipamentos certificados é um pilar essencial para a consolidação segura do mercado solar brasileiro. "Quando um equipamento é certificado, significa que ele foi avaliado por organismos independentes e reconhecidos, seguindo normas nacionais e internacionais. Isso garante não apenas o desempenho energético, mas também a segurança das pessoas e das instalações", afirma Marco Roque.

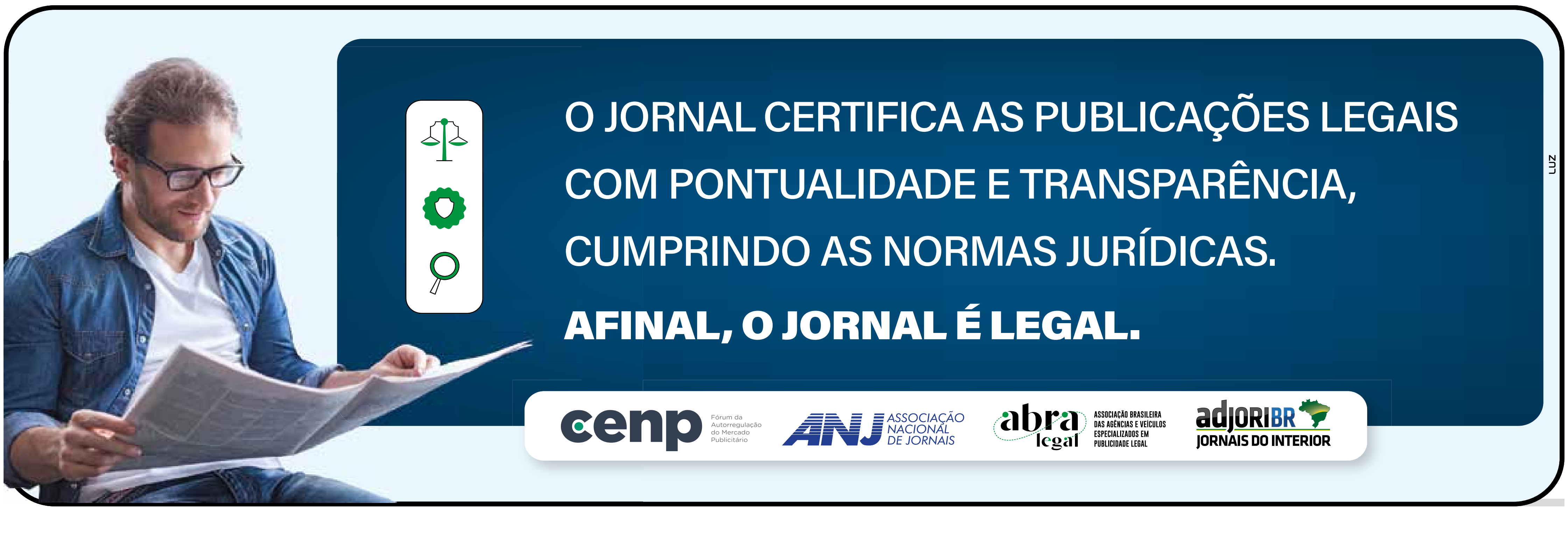
Roque reforça que, em um cenário de expansão acelerada, a infraestrutura da qualidade – que inclui metrologia, normalização, certificação, acreditação e inspeção – precisa acompanhar o ritmo do setor. "A ABRIQ tem defendido a importância de que cada etapa da cadeia solar, desde a fabricação até a instalação, siga padrões técnicos estabelecidos. Um painel ou inversor sem proteções e certificação pode colocar em risco todo o sistema, afetando inclusive a imagem do setor de energia renovável como um todo", complementa o vice-presidente.

Com o avanço do Mercado Híbrido de energia e a entrada de novas tecnologias de armazenamento, a tendência é que a demanda por produtos certificados e instaladores qualificados cresça ainda mais. "A adoção de práticas baseadas no ciclo completo da Infraestrutura da Qualidade é, portanto, um fator-chave para o desenvolvimento sustentável e seguro da matriz energética brasileira", conclui Roque.

Edital de Intimação - Prazo 20 dias. Proc. 0028212-11.2024.8.26.0224. O Dr. ALEX FREITAS LIMA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro de Guarulhos/SP, Faz Saber a LUCIANE BONALDA GOMES CPF: 254.366.918-38, que UNIÃO SOCIAL CAMILIANA, alegando em síntese: foi deferida a sua INTIMAÇÃO por edital para que efetue o pagamento do valor de R$ 85.395,34, que deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, no prazo de 15 dias, (art.513,§2º, IV, CPC) a fluir após os 20 dias supra, sob pena de multa e Honorários de 10 % (art.523, §1º, CPC), podendo oferecer impugnação, no prazo de 15 dias, (art. 525, do CPC). Será o edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Guarulhos, 17 de Setembro 2025.

Edital de Intimação Prazo 20 dias. Proc. 0223778 17.2017.8.19.0001. A Drª. Maria Aparecida da Costa Bastos, Juíza de Direito da 51ª VC do Foro do Rio de Janeiro/RJ, Faz Saber a **Maria José Pereira Bonfim**, CPF: 683.404.197-49, que nos autos de cumprimento de Sentença ajuizado por **Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda**, foi deferida a sua INTIMAÇÃO por edital para que efetue o pagamento do valor de R$ 10.231,83 que deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, no prazo de 15 dias, (art.513,§2º, IV, CPC) a fluir após os 20 dias supra, sob pena de multa e Honorários de 10 % (art.523, §1º, CPC), podendo oferecer impugnação, no prazo de 15 dias (art.525 CPC). Será o edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais.

Empresas & Negócios
Publicidade Legal


O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL
adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

Produtividade pós-IA: o que realmente mudou nas empresas brasileiras

Com dados, governança e times preparados, empresas saem do hype e começam a capturar ganho real de eficiência e qualidade no dia a dia

A adoção de IA deixou de ser promessa e já aparece nas estatísticas: entre 2022 e 2024, o percentual de indústrias que utilizam inteligência artificial no Brasil saltou de 16,9% para 41,9%, segundo levantamento oficial do IBGE divulgado pela Agência Gov, evidenciando um movimento acelerado de digitalização e automação no país.

ipopba_CANVA

Para Alexandre Abdalla, CEO da PPM Education, a produtividade pós-IA não vem da ferramenta em si, mas do alinhamento entre processos, cultura de aprendizagem e métricas. Quando há governança, priorização por valor e revisão humana, os ganhos aparecem: ciclos mais curtos, menos retrabalho e melhor qualidade nas entregas.

O primeiro avanço palpável está no fluxo de trabalho. "A IA reduz tarefas repetitivas e libera tempo para análise e decisão, mas o ganho só aparece quando há limite de trabalho em progresso, critérios claros de pronto e uma fila priorizada por valor", explica. Em termos práticos, empresas que combinaram automações com gestão visual e cadência de checkpoints reduziram tempo de ciclo e revisão, especialmente em atendimento, risco e backoffice. Estudos globais reforçam o cenário: o uso de IA no trabalho praticamente dobrou e vem gerando valor mensurável em várias áreas, segundo pesquisas recentes.

Neste contexto, além de convergência entre áreas, governança clara e conexão contínua com o cliente, vale incorporar um modelo ágil com squads inteligentes que utilizem IA no dia a dia da construção e da inovação de produtos e serviços. Ao combinar ritos enxutos, responsabilidades bem definidas e automações orientadas com dados, esses times aceleram hipóteses e encurtam o caminho entre ideia, validação e entrega de valor.

Outra mudança relevante é a qualidade das entregas. Modelos generativos ajudam em alternativas de design, rascunhos e testes de hipóteses; contudo, sem governança e revisão humana, os ganhos se perdem. "Produtividade responsável é ter políticas claras, trilhas de capacitação, revisão por pares e indicadores de precisão. É assim que a tecnologia deixa de ser risco e vira resultado", comenta.

Do ponto de vista estratégico, as companhias que mais avançaram migraram do projeto isolado para o financiamento por produto e fluxo de valor, com metas orientadas a outcomes. "OKRs conectados ao cliente, e não ao volume de entregas, mudam o comportamento dos times. A IA, nesse arranjo, vira alavanca para reduzir o esforço do cliente e aumentar o valor capturado", avalia o especialista. Setores expostos à automação e análise preditiva têm registrado ganhos mais rápidos de produtividade, um padrão observado também em pesquisas internacionais.

No Brasil, os desafios persistem. Falta de mão de obra qualificada, integração de sistemas e excesso de dashboards pouco acionáveis atrasam ganhos consistentes. Para Abdalla, a resposta passa por formação e foco: "Menos relatórios, mais leitura de tendência; menos ferramentas desconectadas, mais responsabilidades claras sobre dados. Capacitação contínua é a ponte entre potencial e resultado", pontua o professor.

Para 2026, a tendência é de consolidação. Levantamentos recentes indicam que a busca por produtividade segue como objetivo principal da adoção de IA, ao lado de inovação de produtos e redução de custos operacionais, mensagem que é prioridade na agenda de líderes e conselhos. "Quem tratar IA como infraestrutura de negócio, com métricas e governança, vai competir melhor em custo, prazo e qualidade. O resto ficará no piloto eterno", conclui o estrategista digital Alexandre Abdalla.

Disaster Recovery: mais do que proteção, é preciso agilidade

Sthevo Batista (*)

Hoje, a informação é o ativo mais valioso de uma empresa. Nesse sentido, qualquer tipo de falha ou imprevisto pode causar prejuízos severos para o negócio. Como prova disso, de acordo com o Gartner, uma hora de inatividade pode custar mais de US$ 100 mil para uma organização. Diante deste contexto, garantir que a organização esteja preparada para lidar com imprevistos é, sem dúvida, a melhor alternativa – algo que pode ser obtido por meio do Disaster Recovery.

O conceito é um conjunto de técnicas e processos que garantem a rápida retomada do acesso e das funcionalidades de toda a infraestrutura de TI, após situações adversas, que podem ser causadas tanto por falhas sistêmicas, ataques cibernéticos, quanto por desastres naturais – que devem se intensificar cada vez mais devido às mudanças climáticas.

Em um cenário de imprevisibilidade, o Disaster Recovery deixou de ser um "luxo" e se tornou um elemento vital para as organizações. Afinal, além dos prejuízos financeiros, empresas que têm as operações comprometidas por erros e falhas acabam sofrendo impactos na marca, perdendo a confiança e a credibilidade no mercado.

No entanto, mesmo que a conscientização sobre a importância de estar prevenido venha ganhando força, ainda assim, não é incomum ver empresas que não possuem um time técnico de TI preparado. Em muitas vezes, o grande desafio na hora de implementar esse conjunto de ações que permitem um rápido retorno das atividades, está na falta de conhecimento sobre a sua aplicação prática.

Outro obstáculo que inibe muitas empresas de darem esse passo para uma maior proteção é o pensamento errôneo sobre o ROI: "como vou obter o retorno do investimento?". Ao invés desse questionamento, a pergunta correta deveria ser: "o quanto eu vou perder por não ter um plano de ação?".

Se antes investir em recursos de tecnologia era algo inacessível, atualmente, essa realidade é diferente. Hoje, já existe uma gama de ferramentas e sistemas por um custo totalmente acessível. Entretanto, a falta de compreensão sobre a importância e a urgência de se prevenir para futuros imprevistos é o que faz com que as empresas, principalmente no Brasil, fiquem vulneráveis.

Segundo uma pesquisa realizada pela Grant Thornton e pela Opice Blum Advogados, 79% das organizações brasileiras se dizem mais expostas a ataques cibernéticos. Todavia, projeções feitas pela Mordor Intelligence mostram que o nosso país representa o maior mercado em cibersegurança da América Latina.

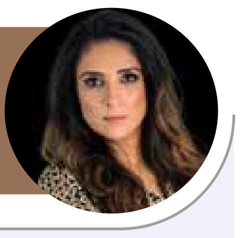
Na prática, os exemplos acima ajudam a ilustrar o seguinte fato: de nada adianta investir em proteção sem ter um plano de contingência para cenários adversos. O Disaster Recovery se posiciona como mais um elemento para garantir que a empresa tenha um direcionamento para recuperar o controle das operações de forma rápida, efetiva e, sobretudo, segura.

Certamente, ao apresentarmos esse conceito como mais um item indispensável nas rotinas organizacionais, brilham os olhos. Porém, para que o plano tenha sucesso, é crucial que todo o planejamento seja feito a partir da avaliação e do mapeamento de riscos na hora de implementar boas práticas. Sendo assim, é essencial contar com o apoio de uma equipe especializada e com ferramentas altamente preparadas para proteger os dados, realizando backups diários, a fim de garantir que todas as informações das operações estejam protegidas.

É importante salientar que todo o investimento feito de forma antecipada elimina a necessidade de fazer gastos emergenciais, algo que, por si só, já mostra os ganhos financeiros. À medida que as empresas passam a operar no ambiente digital, todo cuidado é essencial. Por isso, o Disaster Recovery é mais uma abordagem que deve fazer parte da rotina organizacional. Afinal, mais do que estar pronto, é preciso ter agilidade na hora de solucionar os problemas.

(*) Diretor da SPS Tech – (https://www.spsgroup.com.br/).

Negócios & Carreira



Fabiana Monteiro (*)

Bernar Campos - Vice-presidente na Strata Engenharia: De Recife ao Mundo, um Trajeto de Inspiração e Resultados

Engenheiro por vocação e líder por convicção, traduz a força da vontade em resultados que ultrapassam fronteiras

Certa vez, um mentor deu a Bernar Campos um conselho marcante: "*mantenha a sinceridade em todas as circunstâncias e jamais tome decisões em momentos de tensão*." Esse ensinamento o acompanhou ao longo da vida e continua guiando suas escolhas. Se pudesse aconselhar o jovem que foi aos 17 anos, diria a ele para confiar em seus ideais e seguir com determinação o caminho escolhido.

Nascido em Recife (PE), filho de mãe mineira e pai pernambucano — empresário e escritor com mais de dez livros publicados —, Bernar cresceu em um ambiente que valorizava o conhecimento e a criatividade. Aos 11 anos, mudou-se para Goiânia (GO), onde iniciou os estudos em Administração de Empresas e, posteriormente, graduou-se em Engenharia Civil, motivado pela vontade de atuar em projetos que unissem propósito e resultados. Hoje, divide essa trajetória com sua esposa e dois filhos, de 17 e 14 anos, que considera sua maior inspiração.

Sua carreira começou em 2003, em empresas privadas, e dois anos depois ele ingressou na **Agetop (Agência Goiana de Transportes e Obras)**, onde atuou em campo, projetos e gestão, consolidando uma base técnica sólida. Em 2008, recebeu o convite para integrar a **Strata Engenharia**, mudando-se para Belo Horizonte. Desde então, percorreu uma trajetória de crescimento constante até assumir, em 2018, a vice-presidência da companhia. Atualmente, lidera uma organização com mais de 2 mil profissionais, presente em 18 estados brasileiros e três países da América do Sul.

Para Bernar, **excelência, empatia, autenticidade e comunicação clara** são atributos indispensáveis a qualquer liderança. Durante a pandemia, reforçou ainda mais sua crença na resiliência e na adaptabilidade — virtudes que se tornaram essenciais no cenário corporativo. Ele acredita que liderar é inspirar pessoas a compreenderem o propósito do que fazem, pois, quando a equipe entende o "porquê", surge o engajamento genuíno.

Bernar Campos.

Na Strata, Campos promove um ambiente colaborativo, baseado em reconhecimento, planos de carreira e oportunidades de crescimento que fortalecem o senso de pertencimento. Com o apoio de ferramentas de integração, como o **TOTVS**, a empresa mantém uma comunicação estruturada e eficiente, capaz de conectar todas as áreas e otimizar processos.

Nos momentos de maior pressão, Bernar encontra equilíbrio na fé, fonte que sustenta sua motivação e o mantém focado no propósito de construir algo que ultrapasse o tempo. Entre suas referências de liderança, estão **Jesus Cristo, Mahatma Gandhi, Winston Churchill e Steve Jobs** — personalidades que, segundo ele, representam a essência da liderança baseada em exemplo e coerência entre valores e atitudes.

Visionário, ele vê a **inteligência artificial** como uma aliada e não como substituta do ser humano. À frente de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, lidera iniciativas que utilizam IA para otimizar operações e ampliar resultados, sem perder de vista o protagonismo humano. Para Bernar, o conhecimento e a ética devem permanecer como o eixo central de qualquer avanço tecnológico.

Ao refletir sobre sua jornada, costuma resumir sua filosofia em uma frase: **"Força de vontade com sucesso"**. Acredita que tudo o que se entrega ao mundo retorna de alguma forma, e que o verdadeiro legado é aquele que inspira, eleva e transforma.

Leituras que o inspiram:
Iacocca: An Autobiography – Lee Iacocca
O Homem sem Qualidades – Robert Musil
Sapiens: Uma Breve História da Humanidade – Yuval Noah Harari

---

(*) Chairman, CEO da Editora Global Partners - Affiliated to Institute of Coaching at McLean Hospital, associate Harvard Medical School - (ICPA). Conselheira de empresas.

Empresas & Negócios
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
3106-4171

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ: 17.991.841/0001-00

Demonstração Financeira

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024		2023	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	13.756	14.737	26.996	26.999
Adiantamento a fornecedores	1.725	1.725	564	564
Contas a receber	138.951	123.753	119.618	114.916
Tributos a recuperar	2.921	2.921	3.678	3.678
Instrumentos financeiros	-	18.123	-	19.930
Demais ativos	3.099	3.105	699	699
Outros créditos	452	452	119	119
Total do Ativo Circulante	**160.904**	**164.816**	**151.674**	**166.905**
Não circulante				
Contas a receber.	2.312	2.312	8.450	8.450
Depósitos judiciais	79	79	85	85
Imobilizado	904	904	1.032	1.032
Ativos intangíveis	24.434	24.434	21.814	21.814
Direito de uso	1.352	1.352	2.221	2.221
Instrumentos financeiros.	37.210	-	34.948	-
Total do Ativo Não Circulante	**66.291**	**29.081**	**68.550**	**33.602**
Total do ativo	**227.195**	**193.897**	**220.224**	**200.507**

	2024		2023	
Passivo e patrimônio líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante				
Salários e encargos sociais	9.477	9.477	8.315	8.315
Fornecedores	3.118	3.118	1.593	1.593
Contas a pagar	222	222	95	95
Empréstimos e financiamentos	7.079	7.079	6.517	6.517
Tributos a recolher	1.385	1.385	1.955	1.955
Arrendamentos a pagar	245	245	311	311
Partes Relacionadas	243.980	243.980	206.203	206.203
Outras contas a pagar	81.204	11.366	61.259	5.002
Total do Passivo Circulante	**346.710**	**276.872**	**286.248**	**229.991**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos.	5.581	5.581	10.977	10.977
Tributos a recolher.	66	66	335	335
Arrendamentos a pagar.	1.267	1.267	1.969	1.969
Provisão para contingências	838	838	793	793
Partes Relacionadas.	7.449	7.449	14.848	14.848
Outras contas a pagar.	5.287	5.287	5.311	5.311
Total do Passivo Não Circulante	**20.488**	**20.488**	**34.233**	**34.233**
Total do Passivo	**367.198**	**297.360**	**320.481**	**264.224**
Patrimônio líquido				
Capital social	113.675	113.675	113.675	113.675
Prejuízos acumulados	(258.310)	(258.310)	(221.231)	(221.231)
Reservas	4.632	4.632	7.299	7.299
Participação de não controladores	-	36.540	-	36.540
Total do patrimônio líquido	**(140.003)**	**(103.463)**	**(100.257)**	**(63.717)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**227.195**	**193.897**	**220.224**	**200.507**

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024		2023	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Receita de vendas e serviços	78.291	78.291	74.233	74.233
Custo das vendas e serviços	(13.193)	(13.193)	(23.009)	(23.009)
Lucro bruto	**65.098**	**65.098**	**51.224**	**51.224**
Despesas comerciais	(1.276)	(1.276)	(352)	(352)
Despesas gerais e administrativas	(158.126)	(180.266)	(122.447)	(129.369)
Despesa de captação	-	(809)	-	(927)
	(159.402)	**(182.351)**	**(122.799)**	**(130.648)**
Lucro (prejuízo) operacional	**(94.304)**	**(117.253)**	**(71.575)**	**(79.424)**
Receitas financeiras	73.404	101.965	57.340	69.895
Despesas financeiras	(16.179)	(21.791)	(12.797)	(17.503)
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	**57.225**	**80.174**	**44.543**	**52.392**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por quota	(0,33)	(0,33)	(0,24)	(0,24)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(37.079)	(37.079)	(27.032)	(27.032)
Total de resultado abrangente do exercício	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024		2023	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**
Total de resultado abrangente do exercício	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Reservas	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**34.145**	**(194.199)**	**-**	**-**	**(160.054)**
Capital social	-	-	-	36.540	**36.540**
Aumento de capital	79.530	-	-	-	**79.530**
Reservas	-	-	7.299	-	**7.299**
Prejuízo do exercício	-	(27.032)	-	-	**(27.032)**
Em 31 de dezembro de 2023	**113.675**	**(221.231)**	**7.299**	**36.540**	**(63.717)**
Reservas	-	-	(2.667)	-	**(2.667)**
Prejuízo do exercício	-	(37.079)	-	-	**(37.079)**
Em 31 de dezembro de 2024	**113.675**	**(258.310)**	**4.632**	**36.540**	**(103.463)**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024		2023	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(37.079)**	**(37.079)**	**(27.032)**	**(27.032)**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Juros sobre arrendamentos	297	297	90	90
Reavaliação de arrendamentos	(531)	(531)	2.256	2.256
Juros sobre empréstimos	2.192	2.192	3.156	3.156
Juros sobre mútuo	2.966	2.966	6.699	6.699
Depreciação e amortização	8.872	8.872	3.256	3.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.434	28.095	(5.503)	(5.503)
Provisão para contingências	44	44	319	319
Variações no capital circulante				
Contas a receber	(25.629)	(30.793)	(31.300)	(26.599)
Tributos a recuperar	757	757	(2.491)	(2.491)
Adiantamentos a fornecedores	(1.161)	(1.161)	590	590
Fornecedores e contas a pagar	21.572	7.991	47.736	(30.474)
Salários e encargos sociais	1.162	1.162	(6.465)	(6.465)
Tributos a recolher	(839)	(839)	(1.309)	(1.316)
Partes relacionadas	22.111	22.111	47.491	65.532
Demais ativos e passivos	(842)	(848)	(38)	(38)
Caixa líquido gerado (usado nas) atividades operacionais	**6.326**	**3.236**	**37.455**	**(18.020)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Instrumentos financeiros	(6.223)	1.807	(34.948)	(19.930)
Baixa de instrumentos financeiros	3.962	-	3.968	2
Reavaliação de direito de uso	531	531	(2.256)	(2.256)
Baixa de ativo Direito de uso	338	338	-	-
Aquisição de ativo intangível	(11.173)	(11.173)	(11.834)	(11.834)
Aquisição de ativo imobilizado	(191)	(191)	(363)	(363)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(12.756)**	**(8.688)**	**(45.433)**	**(34.381)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento (redução) do Capital	-	-	79.531	116.071
Reserva de ações	(2.667)	(2.667)	7.299	7.299
Pagamento de arrendamentos	(534)	(534)	(727)	(727)
Pagamento de empréstimos	(7.026)	(7.026)	(6.416)	(6.416)
Pagamento de mútuo	(28.516)	(28.516)	(85.173)	(85.173)
Empréstimo de Mútuo	(1.676)	(1.676)	-	-
Captação de mútuo	33.609	33.609	29.818	29.818
Caixa líquido usados nas atividades de financiamento	**(6.810)**	**(6.810)**	**24.332**	**60.872**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(13.240)**	**(12.262)**	**16.354**	**8.471**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**26.996**	**26.999**	**10.642**	**18.528**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**13.756**	**14.737**	**26.996**	**26.999**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1. Contexto operacional: A Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 2 de abril de 2013 e que tem como principal objetivo a prestação de serviços de meios de pagamento pós-pago (através de plataforma tecnológica própria de boleto bancário parcelado) para lojistas que fornecem bens ou serviços para o consumidor final, com a finalidade de incrementar a conversão de vendas dos estabelecimentos associados. A companhia é uma entidade controlada pela Dfinance Holding Ltda. (“Dfinance”), holding pertencente ao grupo Despegar.com Inc. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de julho de 2025. **1.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional considerando a análise descrita no seu plano de negócio descrito na nota 1.4. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso, de determinados ativos e passivos financeiros, têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Em outubro de 2023, com a extinção do controle exercido sobre a Vert-Koin, a Administração descontinuou o processo de consolidação das demonstrações individuais daquela companhia. No exercício findo em 31 de dezembro 2023, de acordo com a estratégia de originar e ceder seus ativos retendo riscos e benefícios via a pose das cotas subordinadas, a Companhia consolidou o K-FIDC - K - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios. **1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: a) Novas normas que entraram em vigor no exercício:** As seguintes alterações de normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024, mas não trouxeram nenhum impacto nas demonstrações financeiras: • Alterações na IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. A classificação de um passivo depende do direito da entidade de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após o período de reporte e Introduz diretrizes sobre o significado de “liquidação” para essa classificação. Não há impactos nessa demonstração. • Alterações da IAS 1 - Passivos Não Circulantes com Cláusulas Contratuais. Especifica o direito de adiar a liquidação de um passivo que está sujeito ao cumprimento de condições (covenants), esse direito deve existir na data do balanço para que o passivo seja classificado como não circulante. A entidade possui contrato com covenants que já seguem a norma descrita para contabilização. • Alterações ao IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, introduzindo novos requerimentos adicionais de divulgação referentes ao Supplier Finance Arrangements (SFA) - acordos que possuem outras nomenclaturas comumente referenciadas no mercado, como por exemplo, risco sacado, supply chain finance, payables finance, reverse factoring, entre outras. Estas alterações são aplicáveis para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas. **b) Novas normas que entrarão em vigor no futuro:** • Falta de Convertibilidade (IAS 21) - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Define critérios para determinar quando uma moeda é considerada não conversível e como estimar a taxa de câmbio nesses casos. • Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (IFRS 9 e IFRS 7) - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Incluem alterações relacionadas à desreconhecimento de passivos financeiros liquidados via transferências eletrônicas e à avaliação de características contratuais de fluxos de caixa. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Substitui o IAS 1, introduzindo mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Terá impacto nas demonstrações financeiras mas ainda não está sendo apresentado com a mudança. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Permite que subsidiárias sem responsabilidade pública apliquem requisitos de divulgação reduzidos ao preparar demonstrações financeiras conforme as IFRS. **1.4. Plano de negócio:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 185.806 (R$ 134.574 em 2023) nas Demonstrações Financeiras Individuais e capital circulante líquido negativo no montante de R$ 112.056 (R$ 63.086 em 2023) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Além disso, a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024 prejuízo de R$ 37.079 (R$ 27.032 em 2023). Apesar da Companhia vir apurando prejuízos em suas operações, apresentar excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e patrimônio líquido negativo, a perspectiva de longo prazo continua sendo positiva. Essa perspectiva está ancorada no aumento exponencial do número de fintechs, que mais do que dobrou em menos de três anos, que mostra claramente o porquê do Brasil ser principal hub na América Latina, impulsionado por fortes crescimentos no digital banking, trading e mercado de capitais, empréstimos e segmentos de seguros. A onda de transformação em serviços financeiros atingiu todos os cantos do mundo e a América Latina não fica indiferente a esta tendência, pois a região está fazendo uso exponencial de novas tecnologias para melhorar o acesso da população aos serviços financeiros. Além disso, a Companhia conta com uma plataforma própria, de comprovada performance, já integrada e testada pela parceria com a parte relacionada Decolar.com Ltda. (“Decolar”) desde o início de 2019 com mais de 726 mil transações canalizadas através de sua plataforma e mais de R$1.526 milhões de valor financiado desde então. O plano estratégico de 10 anos aprovado em 2020, que ainda estava em vigor durante 2024, contempla um período inicial de sucessivos prejuízos operacionais, em linha com a tendência comprovada pelas recentes performances de outras fintech de meios de pagamentos. Este período, entre 2 e 4 anos, de investimentos com despesas de pessoal, desenvolvimento de sistemas, infraestrutura e outros, é necessário para suportar a agressividade na escalabilidade de negócios, conforme as seguintes premissas: (i) 119% de crescimento anual em média nas intermediações nos próximos 5 anos; e (ii) expectativa de crescimento de 36% em média do negócio turístico (nosso principal parceiro). No ano de 2020 a pandemia do COVID-19 impactou fortemente a companhia, ficando com um ano praticamente perdido se olharmos para a execução do plano estratégico de 10 anos mencionado acima. Em 2021 e 2022, a Companhia acompanhou o processo de retomada do segmento turístico retomando o crescimento da receita e o início ao processo de diversificação dos segmentos de originação de operações de financiamento para outros segmentos não turísticos, como saúde, varejo, educação etc., fechando o ano de 2022 com mais de 45 novas parcerias. O ano de 2023 confirmou esta tendência de crescimento do volume transacional e da receita tanto no produto BNPL (Buy Now Pay Later - Compre Agora Pague Depois) quanto nos de Gateway de pagamentos e Análise Antifraude. O volume transacionado (TPV) se manteve em relação a 2022 (R$ 376,9 milhões vs R$ 376,9 milhões em 2022) e as receitas totais aumentaram mais de 90% (R$ 123,4 milhões vs R$ 59,9 milhões em 2022) alavancadas pelo aumento do volume transacionado e pelo aporte das novas linhas de negócio. As receitas de MDR aumentaram mais de 49% (R$ 10,6 milhões vs R$ 7,1 milhões em 2022), as de Juros sobre parcelamentos evoluíram 60% (R$ 30,9 milhões vs R$ 19,4 milhões em 2022) e as de Gateway de pagamentos e Análise Antifraude contribuíram com R$ 65 milhões vs R$ 33,4 milhões em 2022 uma evolução de 92%. Isto ratifica a viabilidade da estratégia de diversificação de produtos e serviços prestados pela Companhia. O ano de 2024 confirmou esta tendência de crescimento do volume transacional e da receita no produto BNPL (Buy Now Pay Later - Compre Agora Pague Depois), com crescimento no valor transacionado impulsionado pelo Aplicativo da Koin, passando de R$11,7 milhões em 2023 para 41,2 milhões em 2024, 253% de crescimento. Já a receita líquida obteve um crescimento de 54,5% passado de R$63 milhões em 2023 para R$97,5 milhões em 2024. Para o ano de 2025 a companhia espera continuar com a estratégia de aumento do número de merchants e da diversificação das fontes de receita de BNPL, explorando as possibilidades que o aplicativo Koin oferece. Ao mesmo tempo, se pretende incrementar a base de clientes de Gateway de Pagamentos e Análise Antifraude, de forma a aumentar a diversificação de clientes, diminuindo a dependência do grupo Despegar. Do lado das despesas, o objetivo é fundamentalmente incrementar a eficiência da companhia, focando nas melhorias de processos, desta forma, queremos otimizar a utilização dos recursos, crescendo as despesas menos do que as receitas e focando naqueles projetos que trazem maior retorno por real investido. Se projeta, assim, para o ano de 2025 a melhoria no resultado da companhia, consolidando o caminho para a rentabilidade iniciado já no último trimestre de 2023. Para suportar esta estratégia de crescimento e ganho de relevância: (i) o acionista continuará com o apoio financeiro à empresa via eventuais aportes de capital; e (ii) o acionista poderia abrir espaço para investimentos de outros investidores interessados no negócio da Companhia. **2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1. Estimativas e principais políticas contábeis materiais: a) Imobilizado e Intangível:** Imobilizado e intangível são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há indicação de perda por impairment. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável. **b) Passivo contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais, a Companhia entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis a cada caso já foram tomadas e são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação àquelas contabilizadas. **c) Perda (impairment) de ativos financeiros:** Outros valores e bens e créditos tributários são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Outros valores de ativos não financeiros são revistos anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou se sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. **d) PCLD para as contas a receber de clientes:** A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é a estimativa para possíveis perdas que poderão ocorrer do não recebimento de créditos oriundos de transações comerciais realizadas pela Empresa. Reversão da PCLD - A reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorre quando do recebimento ou renegociação desses créditos. **e) Incentivos de longo prazo - Ações restritas:** As provisões para pagamentos de incentivos aos colaboradores considerados chaves pela organização foram efetuadas considerando os cenários de valuation considerados mais adequados tendo em conta as projeções financeiras para a sustentação do ágio. Estas projeções consideram diversas premissas as quais estão sujeitas a variações significativas dependendo das condições conjunturais e estruturais tanto da companhia como do país. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. Caixa e equivalentes de caixa contemplam variação cambial. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, não contemplando variação cambial. **3.3. Ativos Financeiros: 3.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensuração “Mensurados ao valor justo por meio de resultado”, exceto para os recebíveis que são “Mensurados ao custo amortizado”. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **3.3.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.3.3. Mensuração:** Os ativos financeiros são mensurados: **i)** Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; **ii)** Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; **iii)** Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima; “Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de: **i)** O modelo de negócios no qual são administrados; **ii)** As características de seus fluxos de caixa; **iii)** Modelo de negócio, que representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: **i)** obter fluxos de caixa contratuais; **ii)** obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou **iii)** outros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica como Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **3.3.4. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultados. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Nos anos de 2023 e de 2024 não ocorreram perdas por impairment. **3.4. Contas a Receber:** Os valores a receber representam empréstimos concedidos aos clientes (pessoas físicas) por meio de nosso meio de pagamento Koin (Buy Now Pay Later - BNPL). Os recebíveis de empréstimos são apresentados pelos saldos de principal em aberto acrescidos de juros cobráveis estimados, líquidos de provisões para devedores duvidosos. Normalmente, coloca-se empréstimos em situação de inadimplência (non-accrual) assim que o cliente atrasa um dos seus pagamentos. As multas e os juros de mora são reconhecidos exclusivamente à medida que os valores são pagos pelos clientes. A provisão é recalculada conforme os pagamentos em atraso são liquidados pelo cliente ajustando o percentual de provisionamento aplicado. Através da solução BNPL a Koin oferece a alternativa de parcelar suas compras no ponto de venda dos lojistas (físico e/ou online). A maioria dos recebíveis de empréstimos é de curto prazo e são amortizados em um período que varia entre sete e dez meses, enquanto uma parcela menor de empréstimos é paga em vinte e quatro meses. A qualidade de crédito é monitorada para todos os recebíveis de empréstimos de forma recorrente. Para avaliar um consumidor que busca um empréstimo, utiliza-se, dentre outros indicadores, um modelo de risco desenvolvido internamente como um indicador de qualidade de crédito para ajudar a prever a capacidade do consumidor de pagar o saldo principal e os juros relacionados ao crédito. O modelo de risco usa múltiplas variáveis como preditores da capacidade do consumidor de pagar o crédito através de motores de decisão, incluindo indicadores externos e internos. Os indicadores internos consideram o histórico do cliente conosco, pontuação de crédito e perfil de risco, entre outros. Além disso, são consideradas informações externas para aprimoramento do modelo de scoring e do processo de tomada de decisão. Os indicadores internos e o score de crédito externo são combinados em uma matriz de risco, que também é utilizada para precificar os empréstimos com base no perfil de risco. Os valores circulantes a receber nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Ativo Circulante	**2024**	**2023**
Contas a receber	151.920	126.219
Contas a receber securitizados	62.877	51.933
Provisão para crédito de liquidação duvidos	(91.044)	(63.236)
Total Contas a Receber - Líquido	**123.753**	**114.916**

Os valores a receber não circulantes nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Ativo Não Circulante	**2024**	**2023**
Contas a receber	4.889	10.741
Provisão para crédito de liquidação duvidos	(2.577)	(2.291)
Total Contas a Receber - Líquido	**2.312**	**8.450**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, 79% e 75% dos recebíveis de financiamentos, respectivamente, foram originados para consumidores que buscam comprar produtos e serviços de viagem com nosso Merchant, Decolar, e o restante compreendeu empréstimos a receber originados para consumidores que buscam para comprar produtos com outros comerciantes. Utiliza-se um método simplificado de taxa de rolagem para calcular a provisão para perdas de crédito esperadas e estima-se a provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida com base em uma avaliação coletiva. Baixa-se para prejuízo os empréstimos a receber quando o saldo do cliente está vencido a mais de 360 dias. As seguintes taxas de provisionamento são aplicadas para cálculo com base em dados internos e estas são periodicamente avaliadas para verificar sua adequação a fim de cobrir 100% das perdas de crédito estimadas, para os próximos 12 meses, da carteira atual a cada fechamento de período.

Classe	Status	Percentual Provisão
B	Em dia	1%
B	Atraso 1 - 5 dias	1%
D	Atraso 6 - 14 dias	10%
E	Atraso 15 - 30 dias	30%
F	Atraso 31 - 60 dias	50%
G	Atraso 61 - 90 dias	70%
G	Atraso 91 - 120 dias	70%
G	Atraso 121 - 150 dias	70%
H	Atraso 151 - 360 dias	100%

A carteira de créditos por faixa de atraso ficou conforme o quadro a seguir:

Ativo Circulante

Classe	Status	2024	2023
B	Em dia	111.771	93.281
B	Atraso 1 - 5 dias	6.298	8.438
D	Atraso 6 - 14 dias	4.305	3.935
E	Atraso 15 - 30 dias	5.213	5.151
F	Atraso 31 - 60 dias	8.400	9.256
G	Atraso 61 - 90 dias	7.080	8.058
G	Atraso 91 - 120 dias	7.114	5.341
G	Atraso 121 - 150 dias	6.572	5.175
H	Atraso 151 - 360 dias	58.044	39.517
		214.797	**178.152**

Ativo Não Circulante

Classe	Status	2024	2023
B	Em dia	1.557	6.303
B	Atraso 1 - 5 dias	96	727
D	Atraso 6 - 14 dias	85	296
E	Atraso 15 - 30 dias	165	611
F	Atraso 31 - 60 dias	412	944
G	Atraso 61 - 90 dias	305	464
G	Atraso 91 - 120 dias	333	327
G	Atraso 121 - 150 dias	289	289
H	Atraso 151 - 360 dias	1.647	780
		4.889	**10.741**

3.5. Ativos Intangíveis: a) Software: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir o software e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. O software foi adquirido com os códigos fontes, o que possibilita à Companhia sua customização e atualização, sua amortização é calculada usando o método linear utilizando a taxa de 20% a.a. **b) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil ainda não estimada. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Máquina, equipamentos, inclusive de comunicação 10 anos; • Móveis e utensílios e instalações - 10 anos; • Computadores e periféricos e veículos - 5 anos; • Equipamentos de telecomunicação - 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Despesas operacionais” na demonstração do resultado. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Nos anos de 2023 e 2024 não ocorreram perdas por impairment. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.10. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.11. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **3.12. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço. O resultado da Companhia é oriundo, principalmente, de: • Comissões recebidas pelos serviços de intermediações de pagamentos quando cliente efetiva a reserva; • Juros sobre pagamentos parcelados oriundos da intermediação de pagamentos. • Receita financeira, reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas atualmente aplicáveis no Brasil para o imposto de renda e a contribuição social são de 25% e 9% respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.14. Arrendamentos:** A Companhia aluga alguns andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, o contrato de aluguel é realizado por período fixo de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **3.15. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro básico por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. **3.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Se aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia será reconhecida somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de capital e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de riscos, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de, basicamente, ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de relações comerciais com fornecedores domiciliados no exterior assim como mútuos financeiros contraídos com partes relacionadas. A tabela com valores de mútuos sujeitos ao risco em questão: **Mútuo 1 (A Pagar) - USD 6.000.000,00 - R$ 37.041.600,00; Mútuo 2 (A Pagar) - USD 239.509,00 - R$ 1.478.633,19; Mútuo 3 (A receber) - USD 300.000,00 - R$ 1.852.080,00. (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é avaliado como baixo em face da carteira de clientes. As demonstrações financeiras contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração, monitorando as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

continua ...

...continuação

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até um ano		Entre dois e cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2024	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Salários e encargos sociais	9.477	9.477	-	-
Fornecedores	3.118	3.118	-	-
Contas a pagar	222	222	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.079	7.079	5.581	5.581
Tributos a recolher	1.385	1.385	66	66
Arrendamentos a pagar	245	245	1.267	1.267
Partes relacionadas	243.980	243.980	7.449	7.449
Provisão para contingências	-	-	838	838
Outras contas a pagar	81.204	11.366	5.287	5.287
Total	**346.710**	**276.872**	**20.488**	**20.488**
Em 31 de dezembro de 2023				
Salários e encargos sociais	8.315	8.315	-	-
Fornecedores	1.593	1.593	-	-
Contas a pagar	95	95	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.517	6.517	10.977	10.977
Tributos a recolher	1.955	1.955	335	335
Arrendamentos a pagar	311	311	1.969	1.969
Provisão para contingências	-	-	793	793
Partes relacionadas	206.203	206.203	14.848	14.848
Outras contas a pagar	61.259	5.002	5.311	5.311
Total	**286.248**	**229.991**	**34.233**	**34.233**

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Koin possui uma estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. A Estrutura de Gestão de Capital da Koin contempla: - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição; - Estratégias para o gerenciamento de capital estabelecendo mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição; - Acompanhamento periódico dos resultados, incluindo concentração da exposição por cliente (a qual não deve superar 25% do capital da empresa) e reporte à diretoria e para o conselho de administração. Os resultados são acompanhados com a periodicidade adequada e compatível à atividade desempenhada e mensalmente reportados.

5. Instrumentos financeiros por categoria: a) Ativos Financeiros:

Ativos financeiros	2024		2023	
Ativos Circulante	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa (i)	13.756	14.737	26.996	26.999
Adiantamento a fornecedores	1.725	1.725	564	564
Contas a receber	138.951	123.753	119.618	114.916
Tributos a recuperar	2.921	2.921	3.678	3.678
Instrumentos financeiros	-	18.123	-	19.930
Demais ativos	3.099	3.105	699	699
Outros créditos	452	452	119	119
	160.904	**164.816**	**151.674**	**166.905**
Ativos Não Circulante				
Contas a receber	2.312	2.312	8.450	8.450
Depósitos judiciais	79	79	85	85
Imobilizado	904	904	1.032	1.032
Ativos intangíveis	24.434	24.434	21.814	21.814
Direito de uso	1.352	1.352	2.221	2.221
Instrumentos financeiros	37.210	-	34.948	-
	66.291	**29.081**	**68.550**	**33.602**
Total	**227.195**	**193.897**	**220.224**	**200.507**

(i) O caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras têm como objetivo a gestão conservadora dos recursos da Companhia, com foco na preservação do montante aplicado e grau de liquidez. As aplicações da Companhia estão alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e em operações compromissadas.

	2024		Valor de Mercado	
Caixa e Equivalentes	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Aplicações financeiras (i)	12.471	12.471	12.471	12.471
Total	**12.471**	**12.471**	**12.471**	**12.471**

(i) A Companhia realiza aplicações apenas em CDBs e Compromissadas.

b) Passivos Financeiros:	2024		2023	
Passivo Circulante	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Salários e encargos sociais	9.477	9.477	8.315	8.315
Fornecedores	3.118	3.118	1.593	1.593
Contas a pagar	222	222	95	95
Empréstimos e financiamentos	7.079	7.079	6.517	6.517
Tributos a recolher	1.385	1.385	1.955	1.955
Arrendamentos a pagar	245	245	311	311
Partes Relacionadas	243.980	243.980	206.203	206.203
Outras contas a pagar	81.204	11.366	61.259	5.002
Total A/C	**346.710**	**276.872**	**286.248**	**229.991**
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	5.581	5.581	10.977	10.977
Tributos a recolher	66	66	335	335
Arrendamentos a pagar	1.267	1.267	1.969	1.969
Provisão para contingências	838	838	793	793
Partes Relacionadas	7.449	7.449	14.848	14.848
Outras contas a pagar	5.287	5.287	5.311	5.311
Total N/C	**20.488**	**20.488**	**34.233**	**34.233**
Total	**367.198**	**297.360**	**320.481**	**264.224**

6. Caixa e equivalentes de caixa	2024		2023	
Caixa e Equivalentes	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Caixa e bancos em moeda local	1.285	2.266	932	935
Aplicações financeiras (i)	12.471	12.471	26.064	26.064
Total	**13.756**	**14.737**	**26.996**	**26.999**

(i) Refere-se as aplicações da Companhia alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) remuneradas em 100% de CDI.

7. Contas a receber	2024		2023	
Valores a Receber Circulante	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Valores a receber	278.324	287.121	220.513	224.145
Juros a incorrer	(72.324)	(72.324)	(45.993)	(45.993)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.049)	(91.044)	(54.902)	(63.236)
Total A/C	**138.951**	**123.753**	**119.618**	**114.916**
Valores a Receber Não Circulante				
Valores a receber	6.158	6.158	13.670	13.670
Juros a incorrer	(1.269)	(1.269)	(2.929)	(2.929)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(2.577)	(2.577)	(2.291)	(2.291)
Total N/C	**2.312**	**2.312**	**8.450**	**8.450**
Total Ativo	**141.263**	**126.065**	**128.068**	**123.366**

(i) O total dos valores a receber circulante inclui também todos os valores de carteira cedida.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	57.194	65.528	62.694	65.602
Provisões	76.210	91.871	62.616	70.950
Reversões	(63.778)	(63.778)	(68.115)	(71.023)
Total	**69.626**	**93.621**	**57.195**	**65.529**
Saldo em 31 de dezembro	**69.626**	**93.621**	**57.194**	**65.528**

A movimentação dos juros a apropriar está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	48.923	48.923	28.630	28.630
Vendas	162.504	162.504	117.821	117.821
Cancelamentos	(47.307)	(47.307)	(31.625)	(31.625)
Recebimentos	(90.527)	(90.527)	(65.903)	(65.903)
Total	**73.593**	**73.593**	**48.923**	**48.923**

8. Partes relacionadas: A Companhia mantém transações em condições específicas com partes relacionadas as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação: **a) Contas a pagar operacional com partes relacionadas**

Partes Relacionadas	2024		2023	
Passivo Circulante	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Contrato de mútuo (i)	39.719	39.719	31.452	31.452
Repasse Intercompany (ii)	200.750	200.750	170.604	170.604
Outros Repasses (iii)	3.511	3.511	4.147	4.147
Passivo Não Circulante	**243.980**	**243.980**	**206.203**	**206.203**
Repasse Intercompany (ii)	7.449	7.449	14.848	14.848
	7.449	**7.449**	**14.848**	**14.848**
Total	**251.429**	**251.429**	**221.051**	**221.051**

(i) Captação de Mútuo R$ 33.609 sendo um de USD 6M atualizado ao IGPM 6,32% data de aquisição 25/07/2024 com vencimento em um ano sendo em 24/07/2025 com a Travel Reservations S.R.L e o outro no valor de USD 239.5 mil atualizado ao IGPM de 6,32% data de aquisição 01/06/2023 com vencimento postergado em um ano sendo em 30/06/2025, com a Despegar.com.AR. **(ii)** Refere-se aos valores a repassar à Decolar referente aos serviços de intermediação de vendas. **(iii)** Refere-se a outros valores a repassarem à Decolar referente a outros custos com o produto de antifraude (custos com chargeback e provisões). **b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados em 2024 foi de R$ 2.382 (em 2023 foi R$ 2.937). Em 2024 a companhia passou por uma restruturação na administração com objetivo de ter maior eficiência.

9. Imobilizado	Equipamentos de Telecomunicação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	72	-	912	**985**
Aquisição	6	-	2	358	**366**
Depreciação	(2)	(13)	(1)	(303)	**(319)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5**	**59**	**1**	**967**	**1.032**
Custo total	10	126	4	1.675	**1.815**
Depreciação acumulada	(5)	(67)	(3)	(708)	**(783)**
Valor residual	**5**	**59**	**1**	**967**	**1.032**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5	59	1	967	**1.032**
Aquisição	8	-	-	182	**190**
Depreciação	(1)	(13)	-	(304)	**(318)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**12**	**46**	**1**	**845**	**904**
Custo total	18	126	4	1.857	**2.005**
Depreciação acumulada	(6)	(80)	(3)	(1.012)	**(1.101)**
Valor Residual	**12**	**46**	**1**	**845**	**904**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: equipamentos de comunicações - 10%, móveis e utensílios - 10%, máquinas e equipamentos - 10%, computadores e periféricos -20%.

10. Intangível	Marca (i)	Desenvolvimento de Produtos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	754	11.727	**12.481**
Aquisição (ii)	-	11.834	**11.834**
Amortização acumulada (iii)	-	(2.501)	**(2.501)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**754**	**21.060**	**21.814**
Aquisição (ii)	-	11.172	**11.172**
Amortização acumulada (iii)	-	(8.552)	**(8.552)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**754**	**23.680**	**24.434**

(i) A Companhia adquiriu a marca Koin já registrada no México por um terceiro. Os custos relacionados foram registrados em marcas e patentes. **(ii)** Durante o ano de 2023 e 2024 a Companhia realizou o desenvolvimento de diversos produtos e projetos que visam o benefício econômico futuro para a Companhia em diferentes frentes de atuação como: aumento de volume transacionado, exploração de novas fontes de receitas e atuação com novos tipos de públicos e mercados. O valor se refere a todo custo relacionado com os profissionais envolvidos nos desenvolvimentos de cada desenvolvimento executado. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 3 anos. **(iii)** Para amortização de Desenvolvimento de Produtos utiliza-se a taxa de 33,33% a.a.

11. Securitização	2024		2023	
Instrumentos Financeiros	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Cotas de fundo de investimento (i)	37.210	-	34.948	-
Letras financeiras do tesouro (ii)	-	4.926	-	4.431
Renda fixa (ii)	-	13.197	-	15.499
Total	**37.210**	**18.123**	**34.948**	**19.930**

(i) Em 2023 a Companhia lançou o fundo de investimento em direitos creditórios K-FIDC como alternativa ao instrumento de Securitização da Vert-Koin findo em 2023. O fundo K-FIDC conta com cotas sêniores e juniores sendo que as últimas são propriedade da Koin e ficam com o risco de crédito, e as sêniores foram integralmente vendidas a investidores do mercado de capitais. **(ii)** Valores do fundo investidos em aplicações financeiras de renda fixa e LFT (Letras Financeiras do Tesouro). **12. Arrendamentos:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2024		2023	
Ativos de direito de uso	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Edificações	1.352	1.352	2.221	2.221
Passivos de arrendamento				
Circulante	(245)	(245)	(311)	(311)
Não circulante	(1.267)	(1.267)	(1.969)	(1.969)
Total	**(1.512)**	**(1.512)**	**(2.281)**	**(2.281)**

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2024		2023	
Resultado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas - encargo total de depreciação)	(338)	(338)	(439)	(439)
Ajustes por redução de pagamento	-	-	-	-
Despesas com juros (incluídas nas despesas	(297)	(297)	(90)	(90)
Total	**(635)**	**(635)**	**(529)**	**(529)**

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2024		2023	
Ativos de direito de uso	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	2.221	2.221	404	404
Ajustes por remensuração	(531)	(531)	2.256	2.256
Despesa de depreciação	(338)	(338)	(439)	(439)
Saldo de direito de uso em 31 de dezembro	**1.352**	**1.352**	**2.221**	**2.221**

(i) Referente a atualização de contrato de aluguel conforme CPC 06.

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2024		2023	
Passivos de arrendamento	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro	2.280	2.280	661	661
Ajustes por remensuração (i)	(531)	(531)	2.256	2.256
Juros provisionados	297	297	90	90
Pagamentos	(534)	(534)	(726)	(726)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	**1.512**	**1.512**	**2.280**	**2.280**

(i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia renegociou o contrato de aluguel em 2020 e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma CPC 06 (R2) - "Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", a Companhia adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos. A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. Para o ano de 2024, a atualização do contrato foi negativa devido a negociações com o locador e diminuição no valor mensal do aluguel.

Maturidade dos contratos	2024		2023	
Vencimento das prestações	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Menos de 1 ano	245	245	311	311
Entre 1 e 2 anos	1.267	1.267	1.969	1.969
	1.512	**1.512**	**2.280**	**2.280**
Saldo em 31 de dezembro	**1.512**	**1.512**	**2.280**	**2.280**

13. Empréstimos e Financiamentos	2024		2023	
(a)	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	17.494	17.494	20.754	20.754
Pagamentos	(7.026)	(7.026)	(6.416)	(6.416)
Juros	2.192	2.192	3.156	3.156
Saldo em 31 de dezembro	**12.660**	**12.660**	**17.494**	**17.494**
Empréstimos Bancários				
Circulante	7.079	7.079	6.517	6.517
Não Circulante	5.581	5.581	10.977	10.977
Saldo em 31 de dezembro	**12.660**	**12.660**	**17.494**	**17.494**

Em 2020, a Companhia reestruturou seus empréstimos e alongou o prazo da dívida. O empréstimo bancário em reais tem vencimento até Novembro de 2026, a taxa de 4% a.a. + CDI-DI. O contrato possui cláusulas restritivas ("covenants") que podem requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento. Os covenants principais são: **a)** Restrições em novas captações/mútuos com terceiros em prazo inferior ao prazo médio do presente empréstimo: **(i)** para valores entre R$ 50 milhões e R$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar à cédula de empréstimo, uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 50% do seu saldo devedor atualizado ou, alternativamente, constituir novo devedor solidário; e, **(ii)** para valores acima de R$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar a cédula de empréstimo uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 100% do seu saldo devedor atualizado e, adicionalmente, constituir novo devedor solidário. **(iii)** para novas captações/ mútuos com terceiros com prazo médio superior ao atual empréstimo em pelo menos 1 (um) ano tais limitações não são aplicáveis. **(iv)** os limites dos pontos (i) e (ii) podem ser revistos trimestralmente mediante acordo entre as partes, com a apresentação dos resultados da Companhia. **(v)** ficam excluídas do conceito de novas captações/ mútuos as operações de FIDC - Fundo de apresentação de parecer de auditoria externa atestando que tais operações não devem ser classificadas como dívida. **(vi)** Os valores de mútuos com partes relacionadas estão discriminados na Nota 7 referentes ao passivo financeiro com partes relacionadas. Não houve quebra de covenants durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **b)** pagamento de dividendos restrito a 25% do lucro líquido, desde que os demais covenants sejam cumpridos.

(b)

Cálculo fair value	Moeda	Fluxo de caixa valor justo
Itaú 17,2 MM CDI + 4%	Reais	11.684
Itaú 3 MM CDI + 4%	Reais	1.851

14. Fornecedores	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Fornecedores em moeda local	3.072	3.072	1.484	1.484
Fornecedores estrangeiros	46	46	109	109
Total	**3.118**	**3.118**	**1.593**	**1.593**

15. Outras contas a pagar	2024		2023	
Outros Contas a Pagar Circulante	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Adiantamento de clientes	9.549	2.500	5.060	295
Processos civis	3.206	3.206	-	-
Valores a repassar (ii)	68.449	5.660	56.199	4.707
	81.204	**11.366**	**61.259**	**5.002**
Outros Contas a Pagar Não Circulante				
Incentivos parcerias (i)	5.247	5.247	5.247	5.247
Valores a repassar.	40	40	64	64
	5.287	**5.287**	**5.311**	**5.311**
Total	**86.491**	**16.653**	**66.570**	**10.313**

(i) No mês de outubro de 2022 a Koin lançou um novo produto de BNPL (Buy Now Pay Later - Compre Agora Pague Depois) em parceria com a Mastercard. Como forma de incentivo deste novo produto a Mastercard forneceu de forma antecipada um bônus de assinatura de contrato no valor de R$ 5.247, como um adiantamento para a Koin atingir pelo menos 60% do volume regional acordado dentro do contrato de parceria entre as partes. Este valor será apropriado à receita conforme as apurações periódicas acordada em contrato ou se não for cumprida as metas será devolvido. Até o fim do exercício de 2024 não houve nenhuma apropriação. **(ii)** No consolidado se refere a valores de intermediação a repassar para os parceiros comerciais e no individual se soma a obrigação com a carteira cedida do fundo de investimento (FIDC).

16. Contas a Pagar	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Contas a pagar	222	222	95	95
Total	**222**	**222**	**95**	**95**

17. Salários e encargos sociais	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Salários e ordenados a pagar	3	3	-	-
INSS a recolher	782	782	756	756
FGTS a recolher	334	334	271	271
IRRF sobre salário a recolher	705	705	691	691
Pensões a repassar	-	-	1	1
Emprest. Consignados a repassar	37	37	41	41
Bônus a pagar	-	-	16	16
Provisão para bônus	2.144	2.144	2.476	2.476
Provisão para férias	4.462	4.462	4.063	4.063
Provisões para Processos Trabalhistas	1.010	1.010	-	-
Total	**9.477**	**9.477**	**8.315**	**8.315**

18. Provisão para contingências: a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Contingências cíveis	838	838	793	793

(i) Referem-se basicamente às ações por danos morais e materiais, movidas por clientes, sendo que algumas destas causas pode ter tido depósitos judiciais os quais estão devidamente registados no ativo.

b) A movimentação da provisão no exercício está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	793	793	474	474
Provisões	145	145	319	319
Reversões	(100)	(100)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	**838**	**838**	**793**	**793**

c) Perdas possíveis não provisionadas: A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no valor de R$ 132 em 2024 e de R$ R$ 134 em 2023, para os quais a Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão. A companhia não tem contingências fiscais e nem trabalhistas.

19. Tributos a recuperar e a recolher	2024		2023	
Tributos a Recuperar e a Recolher	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Imposto de renda retido na fonte a recuperar	1.655	1.655	1.954	1.954
COFINS a recuperar	328	328	745	745
Outros	938	938	979	979
Total Impostos a Recuperar	**2.921**	**2.921**	**3.678**	**3.678**
Parcelamento impostos (i)	362	362	1.283	1.283
Imposto de renda retido na fonte a recolher	102	102	51	51
PIS/ COFINS a recolher	543	543	502	502
Imposto sobre serviços a recolher	270	270	334	334
Outros Impostos	174	174	120	120
Total Impostos a Recolher	**1.451**	**1.451**	**2.290**	**2.290**
Impostos a pagar circulante	**1.385**	**1.385**	**1.955**	**1.955**
Impostos a pagar não circulante	**66**	**66**	**335**	**335**

(i) A Companhia possui diversos parcelamentos classificados conforme quadro a seguir:

	2024		2023	
Parcelamentos	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
COFINS	10	10	79	79
CSRF	-	-	7	7
INSS	269	269	939	939
IRRF	83	83	258	258
Total Parcelamentos	**362**	**362**	**1.283**	**1.283**

Parcelamentos	Ano 2025	Ano 2026
COFINS	10	-
INSS	203	66
IRRF	83	-
Total Parcelamentos	**296**	**66**

Refere-se a parcelamentos de impostos e contribuições que estavam em atraso de 2018 a 2021, os quais, em sua maioria, foram parcelados em 60 vezes com o término em 2026. São amortizados mensalmente e ajustados a taxa Selic. **20. Imposto de renda e contribuição social:** Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados observando o regime de lucro real. A Companhia não obteve lucro fiscal e por isso não apurou imposto de renda e contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.079)	(37.079)	(27.032)	(27.032)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas previstas na legislação	12.607	12.607	9.191	9.191
Adições permanentes, líquidas	(2.741)	(2.741)	(2.669)	(2.669)
Adições temporárias para as quais nenhum imposto difereido foi reconhecido	(7.050)	(7.050)	2.649	2.649
Base negativa cujo diferimento foi desconsiderado por falta expectativa de realização	(2.816)	(2.816)	(9.171)	(9.171)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	-	-
Imposto de renda e contibruição social diferidos	-	-	-	-

Com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e considerando os estudos técnicos internos sobre a expectativa de realização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa, a Companhia de forma conservadora optou por não realizar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social, além de despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável, não registradas no ativo, no montante de R$ 2.816 (individual e consolidado) e R$ 9.171 em 2023 para imposto de renda e para contribuição social, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui diferenças temporárias referentes principalmente as adições decorrentes a provisões de devedores duvidosos, para quais conforme prática atual, nenhum imposto diferido foi reconhecido. **21. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado, dividido em 113.675.432 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado dividido em 113.675.432 ações com valor nominal de R$ 1 cada.

	2024	2023
	Individual	Individual
Dfinance Holding Ltda.	113.675.433	113.675.433
Koin LLC	-	-
Total	**113.675.433**	**113.675.433**

Em 31 de janeiro de 2022, a Dfinance Holding Ltda. comprou a totalidade de ações da Companhia detidas pela antiga acionista Koin LLC, mediante Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, passando a deter 34.144.663 ações. A administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 79.531, com emissão de 79.530.770 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas pela Dfinance Holding Ltda., em razão desta deliberação o valor do capital da companhia passou de R$ 34.145 para R$ 113.675, dividido em 113.675.432 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Durante o ano 2023 a companhia lançou uma operação de FIDC cujo valor de cotas sênior vendidas a investidores do mercado de capitais foi de R$ 36.540, este montante aparece como Participação de Não Controladores na versão Consolidada das Demonstrações Financeiras. **22. Receita de vendas e serviços:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Vendas brutas de intermediação	91.519	91.519	88.551	88.551
Devoluções / cancelamentos	(666)	(666)	(3.156)	(3.156)
Impostos sobre vendas	(12.562)	(12.562)	(11.162)	(11.162)
Receita Líquida	**78.291**	**78.291**	**74.233**	**74.233**

23. Custo das vendas e serviços e despesas gerais e administrativas

	2024		2023	
Custos	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Comissões administrativas	(385)	(385)	(348)	(348)
Consultas de dados de clientes - Bureau	(5.731)	(5.731)	(6.182)	(6.182)
Paymentz e Antifraude	-	-	(645)	(645)
Outros custos	(7.077)	(7.077)	(15.834)	(15.834)
Total dos custos das vendas e serviços	**(13.193)**	**(13.193)**	**(23.009)**	**(23.009)**
Despesas comerciais				
Despesas com propaganda e publicidade	(520)	(520)	(90)	(90)
Despesas com feiras e exposições	(257)	(257)	(183)	(183)
Campanhas de incentivo	(447)	(447)	(45)	(45)
Outras despesas	(52)	(52)	(34)	(34)
Total das despesas comerciais	**(1.276)**	**(1.276)**	**(352)**	**(352)**
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com salários e ordenados	(34.608)	(34.608)	(26.160)	(26.160)
Despesas com benefícios	(4.153)	(4.153)	(4.137)	(4.137)
Impostos e contribuições sobre folha	(12.527)	(12.527)	(11.209)	(11.209)
Despesas com provisões (i)	2.583	2.583	(1.044)	(1.044)
Despesas de ocupação	(644)	(644)	(787)	(787)
Despesas com consultoria e assessoria	(7.856)	(7.935)	(5.138)	(5.332)
Despesas com tecnologia	(12.317)	(12.317)	(5.851)	(5.851)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.	(12.434)	(28.095)	5.503	76
Perdas efetivas do contas a receber	(60.517)	(66.862)	(66.546)	(66.546)
Despesas tributárias	(5.011)	(5.011)	(1.333)	(1.371)
Despesas legais e judiciais	(1.566)	(1.566)	(1.286)	(1.286)
Despesas com depreciação	(319)	(319)	(315)	(315)
Despesas com amortização	(8.553)	(8.553)	(2.501)	(2.501)
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	(338)	(338)	(439)	(439)
Provisão para contingências	(44)	(44)	(319)	(319)
Despesas com outros serviços tomados	(1.090)	(1.144)	(1.498)	(2.660)
Créditos tributários sobre serviços e outros	1.371	1.371	646	646
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	(58)
Serviços bancários	-	-	-	(44)
Outras despesas.	(103)	(104)	(33)	(33)
Total das despesas gerais e administrativas	**(158.126)**	**(180.266)**	**(122.447)**	**(129.370)**
Despesas de captação				
Gestão de carteira	-	(314)	-	(380)
Comissão e estruturação	-	(313)	-	(339)
Agente fiduciário	-	-	-	(30)
Agente custodiante	-	(182)	-	(178)
Total das despesas de captação	**-**	**(809)**	**-**	**(927)**

(i) Valor positivo em 2024 em despesas com provisões devido a reversões de provisões de períodos anteriores.

24. Receitas e despesas financeiras	2024		2023	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Ganhos cambiais	79	79	6.195	6.195
Receitas de juros	71.335	101.117	51.143	63.698
Receita de alienação de ativos (i)	1.221	-	-	-
Outras receitas financeiras	769	769	2	2
Total das receitas financeiras	**73.404**	**101.965**	**57.340**	**69.895**
Despesas com juros	(3.702)	(3.702)	(8.347)	(7.895)
Juros sobre debêntures emitidas	-	-	-	(975)
Despesas fianças bancárias	(63)	(63)	(129)	(129)
Despesas com juros de empréstimos	(2.192)	(2.192)	(3.155)	(3.155)
Despesas com juros de arrendamento	(297)	(297)	(90)	(90)
Despesas com juros de impostos	(87)	(87)	(175)	(175)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(824)	(824)	(640)	(640)
Perdas cambiais	(9.006)	(9.006)	(229)	(229)
Despesas com instrumentos financeiros	17	(5.595)	(17)	(4.200)
Outras despesas financeiras	(25)	(25)	(15)	(15)
Total das despesas financeiras	**(16.179)**	**(21.791)**	**(12.797)**	**(17.503)**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**57.225**	**80.174**	**44.543**	**52.392**

(i) Receita referente investimento do fundo com amortização parcial de quotas.

25. Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas: Em 25 de março de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o "Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas" que tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, com a outorga de direito de recebimento, a título não oneroso, de ações de emissão da Companhia, em termos e condições específicas. A Companhia concederá aos elegíveis uma quantidade de Unidades de Ação Restrita estipulada individualmente. Cada Unidade de Ação Restrita representa um direito não capitalizado, não garantido, de receber o valor monetário equivalente a uma ação, sujeito aos termos estipulados no plano. A destinação do saldo provisionado para a transferência das Ações Restritas para os participantes se deu em 01/12/2023. Os participantes não terão quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas, em especial, o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas. Os elegíveis são pessoas consideradas estratégicas para a Companhia, cuja retenção seja considerada parte estratégica para atingimento dos planos de crescimentos, estando limitados aos cargos de diretores e gerentes. Cumprida as exigências especificadas no plano, a Companhia deverá entregar aos elegíveis, assim que razoavelmente praticável e, em qualquer caso, dentro de dois meses e meio, em seguida à data de exercício ao vesting aplicável, uma ação para cada Unidade de Ação Restrita que se tornar adquirida sendo a Ação Restrita cancelada mediante tal entrega. As Unidades de Ação Restritas poderão ser objeto de vesting na respectiva Data de Vesting: 01 de dezembro de 2023, observando-se as seguintes disposições (a Exigência para o Vesting): **a)** Estar vigente o vínculo contratual entre o elegível e a Companhia no vesting; **b)** O exercício do direito pelo vesting será automático, se ocorrer, alternativamente uma das seguintes hipóteses: (i) a Oferta Pública de Ações (OPA), (ii) Rodada de Investimentos (Financial Roadshow) devidamente concluída e concretizada com o devido aporte financeiro pelo(s) novo(s) investidor(es), (iii) a mudança do controle acionário da Companhia antes do vesting, entendendo-se como tal mudança não somente a alteração do controle acionário, como também e cumulativamente, a alteração da administração da Companhia pelo Controlador; ou, ainda, (iv) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária. **c)** Os elegíveis poderão converter a sua participação em recursos financeiros, por meio de venda de suas participações, observando-se os percentuais e período abaixo, sendo certo haver cumulatividade entre períodos, bem como ser necessário que a Companhia tenha alcançado o respectivo Plano de EBITDA do ano anterior, segundo a metodologia de cálculo: EBITDA nominal: • 25% em fevereiro de 2024; • 25% em fevereiro de 2025; • 25% em fevereiro de 2026; • 25% em fevereiro de 2027. A Companhia efetuou o valuation para precificar as ações, sendo que cada contrato terá participação de um percentual específico deste montante (R$ 136.6 milhões), que passou a ser provisionado por 26 meses a partir de novembro de 2021, sendo o valor total provisionado em 2021 de R$ 840. Em 2022 houve atualização no valuation da companhia para (R$ 79.900 milhões), pois houve mudança relevante no número de ações RSU oferecidas pelo plano. O valor total provisionado em 2022 foi de R$ 5.169, a variação é decorrente de correções do prazo contratual de cada participação e adiciona-se a provisão dos impostos que corresponde a R$1.334 do total provisionado. O valor total provisionado em 2023 é de R$ 7.298 o qual foi integralmente transferido para a conta de Reserva de Ações Futuras. Durante o ano de 2024 foram efetuadas baixas na conta de Reserva de Ações Futuras pelo valor de R$ 2.666, resultando no saldo de R$ 4.632.

DIRETORIA: **Nicolas Obejero -** Diretor - CPF: 244.988.548-02 | **Daniel Lozano Garcia -** Diretor Financeiro - CPF: 231.543.978-76 | **Renata Gallego Dias -** Contadora - CRC 1SP259810 - CPF: 278.280.808-75

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 185.806 mil (R$ 112.056 mil no consolidado). Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1.4 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nestas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determi-

continua ...

...continuação

KOIN ADMINISTRADORA DE CARTÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

nou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos eexecutamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência deauditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude podeenvolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de julho de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5
Daniel Naves Marteletto - Counter CRC 1MG105346/O-2

CEO: vale a pena contratar no último trimestre?

No mundo dos negócios, o último trimestre não é apenas sobre fechar o ano, mas preparar o budget, definir as metas estratégicas e apresentar os resultados aos acionistas e stakeholders

Fernando Poziomczyk (*)

Nesse turbilhão de deveres, pode parecer impensável cogitar, ainda, contratar um novo CEO, uma vez que costuma ser uma movimentação mais típica de finais de mandatos. Apesar disso, conduzir esse processo nessa época pode ser um grande diferencial competitivo para as empresas que souberem se planejar e orquestrar essa chegada para começar o novo ano com chave de ouro.

Idealmente, a substituição de qualquer profissional – especialmente, um C-Level – deve ocorrer ao final de seu ciclo contratual, caso não tenha atingido as expectativas em suas responsabilidades. Dependendo da urgência ou demanda, por outro lado, muito vem sendo visto dessas movimentações no último trimestre do ano, justamente por ser uma época em que se planeja as estratégias que serão executadas a partir de janeiro, de forma que tenha tempo hábil para que o novo CEO se adapte ao novo ambiente profissional, compreendendo o que é esperado em seu cargo.

Ao mesmo tempo, contudo, esse também pode ser um tema com um certo risco ao negócio, considerando que, com energia e tempo direcionados a encontrar esse C-Level, outras decisões importantes para o estabelecimento do planejamento estratégico podem ficar de lado, uma vez que nenhuma contratação é feita da noite para o dia. É preciso tempo de qualidade e dedicação para um processo seletivo eficaz, algo que, no último trimestre, nem sempre será possível, dependendo de cada organização.

Jirsak_CANVA

No final, o que a alta liderança precisa levar em consideração sobre o 'melhor momento' para recrutar um novo CEO, é o motivo por trás disso. Faça um diagnóstico interno que compreenda o que está levando a empresa a tomar essa decisão: o antigo profissional teve baixa performance? Não se adaptou à cultura interna? Não teve compatibilidade com o estilo de gestão existente?

Não há como seguir uma matemática exata em um tema tão delicado e individual como esse. Até porque, segundo um estudo da Gartner, apenas 35% das organizações selecionam sucessores alinhados com suas necessidades futuras. Falta um entendimento e alinhamento entre os requisitos por trás desses recrutamentos, e o quanto eles têm plena consciência disso em seu exercício diário, o que abre margem para necessidades de substituições antes do final de seu mandato e, consequentemente, um menor tempo hábil e de qualidade para que se adaptem.

Quanto maior for essa maturidade em termos de organização e planejamento, maior também será a vantagem competitiva da organização, para que comecem o próximo ano com o pé direito com um novo CEO apar do que se espera dele. Mas, caso haja essa necessidade em outro período, não há como postergar o processo seletivo, exigindo um cuidado ainda maior para encontrar este executivo o quanto antes, sem perda de tempo que impacte a conquista dos resultados esperados.

Uma organização é tão forte quanto sua liderança, e o CEO é o principal arquiteto da cultura e do engajamento das equipes. Nesta dinâmica, o melhor momento de iniciar essa contratação não se limita a um mês específico, mas na necessidade de cada empresa. Quanto mais tempo tiver, maior a calma em orquestrar esse movimento através de um onboarding profundo que o situe no ambiente e lhe prepare para começar o primeiro trimestre com o pé direito e mais qualidade em cada passo dado, ao invés de velocidade na condução deste tema sensível à prosperidade do negócio.

(*) Sócio da Wide Executive Search, boutique de recrutamento executivo focado em posições de alta e média gestão.

Transformação digital no SUS avança com parceria entre governo e setor tecnológico

Miguel Gomes (*)

A aproximação entre empresas privadas de tecnologia em saúde e o governo brasileiro tem se intensificado nos últimos anos, impulsionando a modernização do setor público e promovendo uma profunda transformação digital no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa parceria é estratégica e fundamental para garantir a inclusão digital na rede pública, sobretudo em um país de dimensões continentais e marcado por desigualdades regionais.

Um marco importante desse processo é o Programa SUS Digital, lançado pelo Ministério da Saúde. Com adesão de 99,9% dos municípios na primeira etapa, o programa busca integrar tecnologia, informação e saúde, assegurando acesso equitativo a serviços digitais de qualidade e reduzindo desigualdades históricas no atendimento.

A digitalização dos serviços públicos de saúde já proporciona avanços concretos, como o uso de prontuários eletrônicos, a ampliação da telessaúde e a gestão unificada por meio de plataformas integradas de dados. Atualmente, cerca de 90% das Unidades Básicas de Saúde utilizam o Prontuário Eletrônico do Cidadão, com mais de 180 mil profissionais capacitados. Isso permite o acompanhamento contínuo dos pacientes, facilita o compartilhamento de informações clínicas e agiliza diagnósticos e tratamentos.

O SUS já adotou uma série de iniciativas tecnológicas arrojadas que resultaram em importantes avanços. Estima-se que, até o fim de 2025, a ampliação do uso de prontuários eletrônicos interoperáveis — como os aplicativos e-SUS APS e AGHU, que registram atendimentos, acompanham os pacientes e monitoram as visitas domiciliares da Saúde da Família — facilitará a integração de informações entre diferentes níveis de atenção e regiões do país.

Outro marco importante é a expansão acelerada da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), que já acumula cerca de 1,6 bilhão de registros e ilustra os passos do Governo Federal na digitalização e no compartilhamento seguro de informações clínicas.

A interoperabilidade de dados — um dos maiores desafios — está sendo enfrentada por meio da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil, que prevê, até 2028, a unificação das informações de saúde, garantindo a cada cidadão um prontuário único acessível em toda a rede pública e privada.

A inteligência artificial também tem ganhado espaço no SUS, com aplicações em diagnósticos médicos, predição de emergências e até na análise de ações judiciais relacionadas à oferta de medicamentos, contribuindo para decisões mais rápidas e baseadas em evidências.

O setor privado, especialmente as startups e empresas de tecnologia, tem papel decisivo no desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas em inteligência artificial, big data e aplicativos de autogestão em saúde. Projetos-piloto resultantes da colaboração entre governo, empresas e universidades já demonstram impacto: em 2024, em apenas três meses, seis empresas participantes de um painel de indicadores registraram mais de 1,2 milhão de atendimentos digitais, com taxa de resolutividade de 95,7%.

Além de tornar a gestão mais eficiente e transparente, essa transformação aproxima o SUS da realidade cotidiana da população. A inclusão digital é essencial nesse movimento, e esforços conjuntos dos Ministérios da Saúde e das Comunicações têm levado conectividade a unidades de saúde em áreas remotas e indígenas, buscando garantir que a digitalização alcance todos os brasileiros.

Entretanto, ainda há barreiras a serem enfrentadas, como a qualificação dos profissionais, o fortalecimento da cultura digital, a segurança de dados e a sustentabilidade das infraestruturas tecnológicas.

Nesse cenário, a transformação digital tem se consolidado como um alicerce para um sistema de saúde mais justo, eficiente e centrado no cidadão. Ao integrar regiões diversas ao sistema nacional, promove-se uma equidade real no cuidado e amplia-se o acesso a serviços com qualidade equivalente em todo o país.

A transparência proporcionada pelas tecnologias digitais também fortalece o controle social. Com acesso facilitado a indicadores, investimentos e resultados, sociedade civil, imprensa e órgãos de fiscalização podem exercer um papel mais ativo, promovendo a ética e a eficiência na gestão pública.

Ainda assim, o progresso traz novos desafios: é preciso garantir a interoperabilidade entre sistemas e plataformas e a inclusão digital dos usuários, muitos dos quais têm dificuldades no uso de tecnologias. Políticas públicas de capacitação e acessibilidade tornam-se, portanto, urgentes.

Por fim, assegurar a confidencialidade das informações sensíveis exige investimentos contínuos em cibersegurança, além da adoção de protocolos robustos de privacidade e governança de dados.

A experiência brasileira demonstra que a colaboração entre tecnologia e governo é essencial para ampliar a inclusão digital no cuidado à saúde, tornando o SUS mais acessível, eficiente e centrado no paciente. O futuro aponta para um ecossistema cada vez mais colaborativo, onde inovação, parcerias público-privadas e políticas alinhadas serão a base para uma saúde digital de qualidade para todos.

(*) CEO do Grupo Vivhas.

Empresa que oferece plataforma de IA para oficinas mecânicas chega ao Brasil

Pitz quer chegar a 1.000 oficinas no país em 2026, afirma a CEO Natalia Salcedo. Chega ao Brasil no mês de outubro a Pitz, empresa que oferece uma solução de IA para oficinas mecânicas. Dados do México, onde a plataforma de software começou, apontam para um aumento de até 30% no faturamento e recuperação de até 500 horas de produtividade por mês ao simplificar tarefas demoradas como elaboração de orçamentos, agendamento de atendimentos e controle de estoque. Os planos são de ultrapassar 1.000 oficinas até 2026.

Com a visão de viabilizar reparos automotivos em até 24 horas, a Pitz tem como objetivo construir o sistema operacional das oficinas mecânicas na América Latina, onde, segundo dados internos, 85% das oficinas ainda funcionam com papel e caneta. Com foco em oficinas independentes, mecânicos profissionais, frotas corporativas e concessionárias, a empresa apresentará módulos de gestão de frotas, com ferramentas de combustível, manutenção e rastreamento.

A Pitz pretende reduzir o tempo de espera e o custo dos reparos, simplificando tarefas demoradas como elaboração de orçamentos, agendamento de atendimentos, registro detalhado de clientes frequentes, controle de estoque, criação de ordens de serviço e emissão de cobranças. Totalmente desenhada para o dia a dia das oficinas, a plataforma poderá ser paga em reais, por assinatura mensal e sem multa em caso de cancelamento.

A fundadora colombiana Natalia Salcedo, em sua terceira empreitada, lidera a ferramenta inovadora com inteligência artificial, criada para oficinas e lojas de autopeças. O potencial atraiu pilotos de Fórmula 1 como investidores-anjo e fundos globais como Hustle Fund, Marathon e Valor Capital. "Queremos que qualquer mecânico no Brasil, apenas usando o celular e a voz, possa operar como se tivesse uma equipe corporativa ao seu lado. Tomando decisões inteligentes, retendo clientes e se beneficiando de processos automatizados e integrados", afirma Salcedo.

Dados da empresa mostram que os mecânicos abrem o aplicativo em média 3,7 vezes por dia, com churn zero até hoje. "Somos os primeiros a combinar diagnósticos por voz com inteligência artificial, marketplace de peças e automação de fluxo de trabalho. Queremos dignificar e profissionalizar um ofício essencial, sem impor ferramentas complexas, simplificando a vida de clientes e donos de negócios e reduzindo a ansiedade que uma ida à oficina normalmente causa."

CEO integrou equipe inicial da Rappi

Salcedo acredita que a Pitz pode melhorar a renda de mais de 20 milhões de famílias ligadas ao mercado de reparos automotivos na América Latina e nos EUA. A CEO tem histórico de desafiar setores dominados por homens, construindo empresas de tecnologia que reinventam padrões estabelecidos.

Salcedo integrou a equipe inicial da Rappi, uma das startups que mais cresceram na América Latina. Depois, cofundou a Jokr/Daki, que alcançou o status de unicórnio ao repensar a entrega de supermercado. Como fundadora da Meru, criou um marketplace B2B de autopeças na região, que chegou ao ponto de equilíbrio e movimentou milhões em transações, levando a transformação digital a um setor altamente tradicional.

Com a Pitz, Salcedo reúne esses aprendizados em uma plataforma IA que redefine o reparo automotivo. "Minha missão é construir uma empresa que defina uma categoria, inspirando a próxima geração de empreendedores na América Latina e além. Especialmente aqueles de setores esquecidos, que sustentam a vida cotidiana, mas muitas vezes são ignorados pela tecnologia e pelo capital", afirma.

Empresas & Negócios

Matéria de capa

Fotos: JEN

PARA MELHOR

MULHERES DO AGRO DISCUTEM OS DESAFIOS DO SETOR

Consenso entre participantes, o seguro rural entrou forte na pauta

Redação

Quais os principais desafios do agro brasileiro? Seguro rural, terras de fronteira, licenciamento ambiental, Plano Clima e tarifaço são alguns dos mais aparentes, listou a senadora Tereza Cristina (PP-MS) durante abertura do 10º Congresso Nacional de Mulheres do Agro, em São Paulo. Ela que foi definida como "baluarte do agro no Senado", pelo secretário de Agricultura de São Paulo, Guilherme Piaí, explicou os caminhos para aprovação de projetos no Parlamento. A ex-ministra criticou a "ganância" e convocou as mulheres a resgatar o respeito e o hábito "de fazer o bem" como forma de se criar um mundo melhor. Evento aconteceu no Transamérica Expo Center, dias 22 e 23 últimos, reunindo diversos painelistas em quatro espaços, além da arena master.

"Brasil, o país que muda o mundo para melhor" foi o tema da mesa-redonda de abertura, que teve como moderador Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como debatedores estavam a senadora (e também ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) Tereza Cristina (PP-MS); o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai; e a diretora de Promoção Comercial do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ângela Peres.

Piaí falou sobre linhas de crédito para agricultores paulistas e destacou o "FEAP Mulher", programa com juros de 2% a.a. e carência de três anos. Ele fez eco a senadora sobre o seguro rural, observando que o Brasil só tem cobertura de 10%, enquanto a China abrange 70% e os Estados Unidos 90%.

SEGURO RURAL

"Tenho projeto sobre o seguro rural, mas sua aprovação passa por um caminho longo, desde conversas com setores da sociedade, até homologação pelo presidente da República, passando antes por várias Comissões Técnicas no Senado e na Câmara", disse a senadora, completando adiante: "Sem um seguro rural eficiente, não dá para continuar nos desenvolvendo do jeito que precisamos".

Ângela Peres discorreu sobre a experiência dos "adidos agrícolas" que atuam junto a Embaixadas brasileiras. Hoje o número é pequeno, mas vem crescendo: são 40 adidos no total, dos quais 12 mulheres, promovendo os produtos brasileiros no exterior. O papel da mulher no dia a dia da agricultura brasileira foi igualmente destacado pela diretora do Mapa. "Queremos levar todos os produtos feitos por mulheres para o mundo", entusiasmou-se. Segundo ela, nos últimos anos o ministério conseguiu abrir 460 novos mercados, mas não basta só abrir, ponderou, "é preciso fazer promoção comercial".

Mariana Beckhauser

Gerardo_Manzano_de_Pexels_CANVA

> "Desenvolvimento de equipamentos é também parte da pecuária regenerativa.

REGENERATIVO

Equipamentos que auxiliam a regeneração agrícola, incluindo manejo de gado, recuperação de pastagem e substituição de materiais por perfis ecológicos são alguns dos serviços que presta a Beckhauser, empresa criada há 55 anos que hoje tem Mariana Beckhauser (terceira geração da família) à frente. "Desenvolvimento de equipamentos é também parte da pecuária regenerativa", explica a CEO, ao comentar como conecta parceiros e utiliza bio insumos. "Temos olhado muito para a sustentabilidade e precisamos ir além", enfatiza.

GOVERNANÇA

Falar em sucessão empresarial é algo desesperador para o produtor rural, porque este não quer parar e nem passar o comando de forma abrupta. Mas tratar o processo como continuidade, já alivia a narrativa. Este é só um exemplo do que fazem Amanda Guazzelli e Diego Falcão na empresa Governança Agro. "Atuávamos junto a outros perfis de empresas, mas encontramos uma oportunidade com pequenas e médias no agro", diz Falcão, revelando o desafio de mostrar ao produtor do campo que um modelo urbano de governança, por exemplo, não se aplica à atividade rural.

A empresa cria modelos customizados de governança e atua no desenvolvimento e implantação, bem como em situações de reestruturação.

DRONES

Aplicar insumos no campo por meio de drones é o negócio da empresa Oceano Azul. Presente neste CNMA, com estande na feira de serviços, o diretor operacional Pedro Henrique Simões diz que trabalha com 40 drones – em tamanhos de 200 gramas a 150 Kg, a depender da necessidade.

Atualmente a Oceano Azul atende não só o campo como também a Prefeitura de São Paulo, no combate à dengue (via aplicação de larvicidas).

SOMOS A PRIMEIRA EDUTECH
de desenvolvimento de carreira, negócios e gestão para mulheres, famílias e empresas do agronegócio.
CLUBE AgroMulher

Pedro Henrique Santos